



RETRATO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Catálogo Recomendada

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Retrato da área metropolitana do porto / Instituto Nacional de Estatística,
Direcção Regional do Norte. - Porto : I.N.E.- D.R.N., 2004. - 86 p. : gráf.,
qua.; 30 cm
ISBN 972-673-716-8

Director

Presidente do Conselho de Administração
José Mata

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção Regional do Norte
Edifício Scala - Rua do Vilar
4050-626 PORTO
Telefone: 22 607 20 00
Fax: 22 607 20 03

Fotografia

Câmara Municipal do Porto

Capa

DDP - Dep. Difusão e Promoção

Composição

DDP - Dep. Difusão e Promoção

Impressão

DFA - Dep. Financeiro Administrativo

Tiragem: 320 exemplares

Depósito legal n° 206582/04

Preço: 10,00 € (IVA incluído)

O INE na Internet

www.ine.pt



ÍNDICE

Nota Introdutória.....	3
Conceitos.....	7
Capítulo 1 - Características do Território.....	17
Capítulo 2 - Movimento da População.....	23
Capítulo 3 - Habitação.....	35
Capítulo 4 - Escolarização da População.....	41
Capítulo 5 - Nível de Instrução da Mão-de-Obra.....	49
Capítulo 6 - Emprego, Desemprego e Mobilidade.....	53
Capítulo 7 - Actividade Económica.....	65
Capítulo 8 - Infra-Estruturas.....	79



NOTA INTRODUTÓRIA

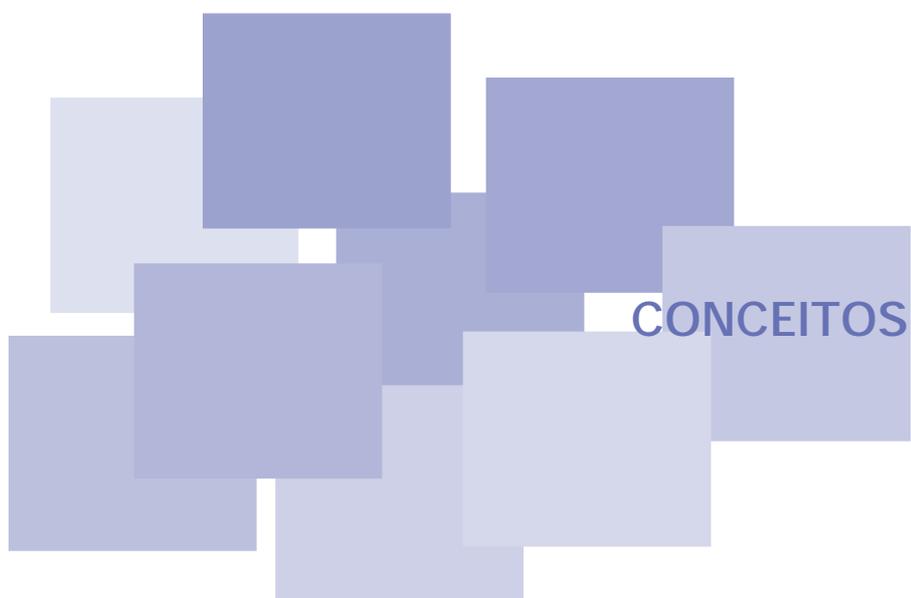
O Retrato da Área Metropolitana do Porto é uma publicação que contém informação estatística relevante, acompanhada de comentários de análise, para o conhecimento do perfil sócio-económico daquele espaço metropolitano, em várias áreas seleccionadas, e vem dar continuidade à colaboração existente entre a Junta Metropolitana do Porto e o Instituto Nacional de Estatística através da sua Direcção Regional do Norte.

Nesta publicação é compilada informação estatística, de várias áreas da produção estatística do INE, para a Área Metropolitana do Porto e cada um dos seus concelhos, bem como para outros espaços de referência: Portugal, a Área Metropolitana de Lisboa e um território composto por um conjunto de concelhos envolventes da Área Metropolitana do Porto, cujos critérios de delimitação são devidamente explicitados.

A necessidade de trabalhar com informação à escala concelhia determinou a importância atribuída às áreas da produção estatística do INE que fornecem informação com este nível de desagregação territorial. Neste sentido, importa destacar o contributo dos dados definitivos do Recenseamento Geral da População de 2001.

A publicação encontra-se organizada pelos temas *território e população, habitação, escolarização da população, mercado de trabalho, actividade económica e dotação de infra-estruturas*. Em cada tema, a informação é apresentada sob a forma de quadros, gráficos, cartogramas e textos de análise.

Para além de ter contado com a colaboração de vários Departamentos do INE, no que se refere à disponibilização de informação, a realização desta publicação contou igualmente com a colaboração de outras entidades e organismos. A todos eles, gostaríamos de deixar expresso o nosso sincero agradecimento.



Acréscimo populacional: diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos de tempo. O acréscimo populacional é calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

$$AP_{(0,t)} = P_t - P_0 = SN_{(0,t)} + SM_{(0,t)}$$

P_t = População no momento t

P_0 = População no momento 0

Alojamento: local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação humana e, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins; ou qualquer outro local que, no momento censitário, estivesse a ser utilizado como residência de pessoas.

Área infra-estruturada para localização empresarial: aglomeração planeada de actividades industriais, comerciais e/ou serviços, instalada em área devidamente infra-estruturada e equipada para o efeito e gerida por uma entidade pública ou privada.

Densidade de emprego: número de indivíduos empregados na unidade territorial, independentemente do local de residência, por Km².

Densidade de emprego na indústria e construção: número de indivíduos empregados na unidade territorial, independentemente do local de residência, nos ramos de actividade da indústria e da construção (códigos 15 a 45 da CAE Rev.2) por Km².

Densidade populacional: intensidade de povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por Km²).

Desempregado (Instituto do Emprego e Formação Profissional): considera-se desempregado o candidato inscrito num Centro de Emprego que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho.

Desempregado (sentido lato): indivíduo com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não;
- disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

Desempregado (sentido restrito): indivíduo com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não;
- disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não;
- à procura de trabalho, ou seja, tendo realizado diligências para encontrar um emprego, remunerado ou não, nos últimos 30 dias.

Desemprego de longa duração: conjunto de indivíduos desempregados há um ou mais anos.

Duração média dos movimentos pendulares: população que demora até 15 minutos * 7,5 + população que demora de 16 a 30 * 23 + população que demora de 31 a 60 minutos * 45,5 + população que demora mais de 60 minutos * 90) / População residente presente empregada.

Edifício: construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

Entrada: somatório das chegadas a Portugal de mercadorias provenientes dos restantes Estados-membro, com as importações portuguesas com origem em países terceiros.

Emprego (Contas Regionais): compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

Ensino básico - 1º ciclo: inclui o ensino primário (do 1º ao 4º ano de escolaridade).



Ensino básico - 2º e 3º ciclos: inclui o ensino preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) e o ensino secundário unificado (7º, 8º e 9º anos de escolaridade).

Ensino secundário: o 2º e 3º ciclos correspondem respectivamente ao ensino secundário complementar (10º e 11º anos de escolaridade), o 12º ano de escolaridade, o ensino secundário liceal e o ensino secundário técnico-profissional.

Ensino superior: inclui o ensino que exige como condição mínima de admissão o aproveitamento no 12º ano de escolaridade.

Ensino profissional: ministrado em escolas profissionais que conferem um diploma que certifica a qualificação profissional de nível 3 e a equivalência à conclusão dos estudos secundários.

Esperança de vida à nascença: corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estabelecimento de ensino: a unidade que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupa alunos para lhes ser ministrado o ensino por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direcção administrativa e/ou pedagógica. No mesmo estabelecimento pode ser ministrado mais do que um grau de ensino.

Família clássica: conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família.

Ganho médio mensal: média mensal das remunerações base com diuturnidades e remunerações por horas extraordinárias, assim como outras prestações regulares.

Indicador *per capita* do poder de compra: é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*,

com o poder de compra médio do país, a que foi atribuído o valor 100.

Índice de dependência de idosos: relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

$$I_{di} = (P_{65+} / P_{15-64}) \times 100$$

Índice de dependência de jovens: relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

$$I_{dj} = (P_{0-14} / P_{15-64}) \times 100$$

Índice de dependência total: relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

$$I_{dt} = [(P_{0-14} + P_{65+}) / P_{15-64}] \times 100$$

Índice de envelhecimento: relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

$$I_e = (P_{65+} / P_{0-14}) \times 100$$

Índice de envelhecimento dos edifícios: relação percentual entre o número de edifícios construídos até 1945 e o número de edifícios após 1991.

Índice de polarização de emprego: quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial, inde-

pendentemente do local de residência, e a população empregada que reside na unidade territorial, independentemente do local onde trabalha.

Índice de rejuvenescimento da população activa: relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

$$I_{rpa} = (P_{20-29} / P_{55-64}) \times 100$$

Investimento bruto: conjunto de despesas de investimento realizadas pela empresa em imobilizados tangíveis e intangíveis, que utiliza na sua actividade normal, com carácter de permanência.

Média dos encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário: (alojamentos com encargos até 12 000 (escudos) * 6 000 + alojamentos com encargos entre 12 000 e 19 999 * 16 000 + alojamentos com encargos entre 20 000 e 29 999 * 25 000 + alojamentos com encargos entre 30 000 e 39 999 * 35 000 + alojamentos com encargos entre 40 000 e 49 999 * 45 000 + alojamentos com encargos entre 50 000 e 59 999 * 55 000 + alojamentos com encargos entre 60 000 e 79 999 * 70 000 + alojamentos com encargos entre 80 000 e 99 999 * 90 000 + alojamentos com encargos entre 100 000 e 119 999 * 110 000 + alojamentos com encargos superiores a 120 000 * 139 999) /alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos. Os dados finais são apresentados em euros.

Média das rendas dos alojamentos arrendados: (alojamentos com rendas até 3 000 * 1 500 + alojamentos com rendas entre 3 000 e 4 999 * 4 000 + alojamentos com rendas entre 5 000 e 6 999 * 6 000 + alojamentos com rendas entre 7 000 e 11 999 * 9 500 + alojamentos com rendas entre 12 000 e 19 999 * 16 000 + alojamentos com rendas entre 20 000 e 29 999 * 25 000 + alojamentos com rendas entre 34 999 e 39 999 * 35 000 + alojamentos com rendas entre 40 000 e 49 999 * 45 000 + aloja-

mentos com rendas entre 50 000 e 59 999 * 55 000 + alojamentos com rendas entre 60 000 e 79 999 * 70 000 + alojamentos com rendas entre 80 000 e 99 999 * 90 000 + alojamentos com rendas superiores a 100 000 * 119 999) /alojamentos arrendados. Os dados finais são apresentados em euros.

Movimento: é considerado como um movimento cada aterragem ou descolagem de um avião.

Movimento de aeronaves comerciais: todos os movimentos de aeronaves que pertençam a uma companhia de transporte aéreo afectas a actividade remunerada. Pode ser:

Regular: todos os voos com horário regular, bem como os voos de desdobramento a esse horário, e que resultam de um aumento de procura de tráfego.

Não regular: todos os voos não incluídos em horários regulares, sem continuidade e frequência e destinados a satisfazer necessidades específicas de transporte de passageiros ou carga, mediante um contrato de fretamento.

Movimento pendular: deslocação, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efectuada pela população residente. Nesta publicação são considerados apenas os movimentos casa-trabalho.

Nado-vivo: produto da fecundação que após a expulsão ou extracção completa do corpo materno, independente da duração da gravidez, do corte do cordão umbilical e da retenção da placenta, respira ou manifesta sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade.

Nível de instrução: grau de ensino mais elevado atingido pelo recenseado, completo ou incompleto.

Óbito: desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida em qualquer momento, após o nascimento com vida.

Obra concluída: obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada independentemente de ter sido ou não concedida a licença de utilização.



Oferta de emprego (Instituto do Emprego e Formação Profissional): registo de um ou mais postos de trabalho, para a mesma profissão, comunicados por uma Entidade Empregadora para serem preenchidos por candidatos inscritos nos Centros de Emprego.

Padrão de Poder de Compra (PPC): os valores regionais do Produto Interno Bruto (PIB) são expressos em termos monetários. Por essa razão, para se realizarem comparações internacionais, os valores nacionais devem ser convertidos numa moeda única. No entanto, as taxas de câmbio não reflectem todas as diferenças que existem, internacionalmente, em termos de níveis de preços. Para corrigir as diferenças remanescentes, os PIB são convertidos naquilo que se convencionou chamar de Padrão de Poder de Compra (PPC), eliminando-se as diferenças de níveis de preços que não estão reflectidas nas taxas de câmbio. Como resultado, torna-se possível efectuar comparações internacionais, as quais se baseiam em unidades de volume e não em valores.

Passageiro: toda a pessoa que é transportada por avião, à excepção de crianças com idade inferior a dois anos não ocupando um lugar sentado, e dos membros da tripulação.

Pedido de emprego: registo no Centro de Emprego de pessoa com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), como candidato a uma Oferta de Emprego. Os pedidos de emprego dizem respeito a empregados (indivíduos que têm um emprego que pretendem abandonar), ocupados (trabalhadores ocupados em programas especiais de emprego), desempregados (não têm emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar) e indisponíveis temporariamente (inscritos num Centro de Emprego que não reúne condições imediatas para o trabalho). A totalidade dos pedidos de emprego corresponde ao desemprego registado. Nesta publicação foram avaliados no final de cada período (Dezembro de cada ano).

Percentagem do poder de compra: é um indicador, inferido do Indicador per Capita de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do país, que toma o valor 100.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência participaram efectivamente na actividade da empresa, independentemente do vínculo que a ela tenham. Inclui as pessoas temporariamente ausentes no período de referência para férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a um mês. Inclui também os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa sendo aí directamente remunerados. Exclui os trabalhadores a cumprir o serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas (vereadores, deputados), ausentes por doença ou acidente de trabalho de duração superior a um mês, assim como trabalhadores com vínculo à empresa deslocados para outras empresas, sendo nessas directamente remunerados.

População activa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos:

- população empregada;
- população desempregada à procura de novo emprego;
- população desempregada à procura do primeiro emprego.

População empregada: população com 15 ou mais anos de idade¹ que, na semana de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

¹12, no caso do Recenseamento Geral da População de 1981 e 1991.

Os trabalhadores familiares não remunerados foram considerados população empregada se trabalharam pelo menos 15 horas na semana de referência. Atendendo à situação dos indivíduos na semana de referência, foram considerados como população empregada:

- a população a exercer profissão qualquer que seja a sua situação na profissão;
- os indivíduos a fazer formação profissional e que mantêm um vínculo com a entidade empregadora;
- os militares de carreira;
- os indivíduos a prestar o serviço militar obrigatório (SMO).

Os indivíduos que, na semana de referência, não trabalharam por motivos passageiros, tais como doença, maternidade, férias, acidentes de trabalho, redução de actividade, por motivos técnicos, condições climatéricas desfavoráveis ou outros motivos, foram incluídos na população empregada.

População presente: indivíduos que no momento censitário

- zero horas do dia 12 de Março de 2001 - se encontravam numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegaram até às 12 horas desse dia.

População residente: indivíduos que, independentemente de

no momento censitário - zero horas do dia 12 de Março de 2001 - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Preços médios de avaliação bancária: resultam do Inquérito

à Avaliação Bancária na Habitação (IABH) que recolhe informação caracterizadora dos alojamentos objecto de financiamento bancário, em cujo processo há lugar a uma avaliação técnica de cada imóvel. Assim, os seus resultados são representativos para o universo de alojamentos em que há recurso a esse meio de financiamento. O manuseamento desta informação deve precaver o facto das estimativas dos valores de avaliação dos alojamentos estarem dependentes da variação qualitativa das habitações avaliadas em cada período.

Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado: representa o resultado final da actividade de produção das unidades

produtivas residentes. Pode ser definido como sendo igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não são afectados aos sectores e ramos de actividades). (§8.89 – SEC 95).

Proporção da população que entra na região: relação entre a população que trabalha na unidade territorial, residindo noutra unidade territorial (entradas), e a população empregada na unidade territorial (independentemente do local de residência).

Proporção da população que sai na região: relação entre a população que trabalha noutra unidade territorial, residindo na unidade territorial (saídas), e a população empregada que reside na unidade territorial (independentemente do local de trabalho).

Qualificação académica: grau de instrução completo mais elevado que o indivíduo atingiu no momento censitário.

Quociente de localização: medida que permite avaliar o grau relativo de concentração de uma dada actividade, estabelecendo o confronto entre a importância da actividade j na região r com a importância que essa mesma actividade assume numa região padrão p .

$$QL_{rj} = \frac{\frac{X_{rj}}{X_r}}{\frac{X_{pj}}{X_p}} \quad (0 \leq QL_{rj} \leq \infty)$$

X_{rj} = valor da actividade j na região r

X_r = valor do total de actividades consideradas na região r

X_{pj} = valor da actividade j na região padrão

X_p = valor do total de actividades consideradas na região padrão

Nesta publicação, a região padrão é Portugal e o valor das actividades foi medido em termos de pessoal ao serviço e de volume de vendas.

Saída: somatório das expedições de mercadorias efectuadas por Portugal para os restantes Estados-membro, com as exportações de Portugal para os países terceiros.



Saldo migratório: diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

$$SM_{(0,t)} = I_{(0,t)} - E_{(0,t)}$$

$I_{(0,t)}$ = Imigrantes entre os instantes 0 e t

$E_{(0,t)}$ = Emigrantes entre os instantes 0 e t

Saldo natural: diferença entre o número de nados-vivos e número de óbitos, num dado período de tempo.

$$SM_{(0,t)} = NV_{(0,t)} - O_{(0,t)}$$

$NV_{(0,t)}$ = Nados-vivos entre os momentos 0 e t

$O_{(0,t)}$ = Óbitos entre os momentos 0 e t

Situação na profissão (Censos): relação de dependência ou independência de um indivíduo activo, no exercício da profissão, na semana de referência. Quando o indivíduo esteve em mais do que uma situação na semana de referência, deveria indicar a que lhe ocupou mais tempo. Os indivíduos desempregados à procura de novo emprego indicavam a situação que possuíam no último emprego. Esta variável tem as seguintes modalidades:

- patrão é o indivíduo activo a exercer uma profissão por conta própria e que emprega, habitualmente, um ou mais trabalhadores remunerados;
- trabalhador por conta própria é o indivíduo activo que trabalha por sua conta, sem assalariados, mas podendo ter a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados;
- trabalhador familiar não remunerado é o indivíduo activo que, na semana de referência, trabalhou pelo menos 15 horas por conta de um familiar, sem remuneração regular previamente fixada. Classificam-se também nesta categoria os indivíduos que habitualmente trabalham por conta de um familiar sem remuneração mas que na semana de referência não o fizeram por motivos passageiros, tais como: férias, acidente de trabalho, causas técnicas, etc.
- trabalhador por conta de outrem é o indivíduo activo que, na semana de referência, trabalhou para uma entidade pública ou privada e que, por isso, recebe uma remuneração, salário, comissão, etc., ou que não o fez por motivos passageiros, tais como: doença, férias, causas técnicas, condições climatéricas desfavoráveis, etc. Incluem-se nesta cate-

goria os “trabalhadores familiares remunerados” e os “trabalhadores das unidades colectivas de produção”.

Taxa de actividade (população em idade activa): taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população em idade activa (população com 15 ou mais anos de idade¹). Deste modo, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\text{Taxa de actividade (\%)} = \frac{\text{População activa}}{\text{População total (15+)}} \times 100$$

Taxa de atracção total: relação entre a população residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou outro país e a população residente na unidade territorial, expressa em percentagem.

Taxa de crescimento efectivo: acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

$$TCE = \frac{AP_{(0,t)}}{\frac{(P_0 + P_t)}{2}} \times 1000$$

$AP_{(0,t)}$ = Acréscimo populacional

P_t = População no momento t

P_0 = População no momento 0

Taxa de crescimento migratório: saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

$$TCM = \frac{SM_{(0,t)}}{\frac{(P_0 + P_t)}{2}} \times 1000$$

$SM_{(0,t)}$ = Saldo migratório

P_t = População no momento t

P_0 = População no momento 0

Taxa de crescimento natural: saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

$$TCN = \frac{SN_{(0,t)}}{\frac{(P_0 + P_t)}{2}} \times 1000$$

$SN_{(0,t)}$ = Saldo natural

P_t = População no momento t

P_0 = População no momento 0

Taxa de desemprego: a taxa de desemprego foi utilizada tomando como referência o desemprego em sentido lato, de acordo com o seguinte:

$$\text{Taxa de desemprego (\%)} = \frac{\text{População desempregada (sentido lato)}}{\text{População activa}} \times 100$$

$$\text{Taxa de desemprego de jovens(\%)} = \frac{\text{População desempregada (sentido lato) 15 - 24 anos}}{\text{População activa 15 - 24 anos}} \times 100$$

$$\text{Taxa de desemprego de adultos(\%)} = \frac{\text{População desempregada (sentido lato) } \geq 25 \text{ anos}}{\text{População activa } \geq 25 \text{ anos}} \times 100$$

Taxa de emprego (população em idade activa): taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 ou mais anos de idade).

Taxa de mortalidade: número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de óbitos por 1000 habitantes).

$$TM = \frac{O_{(0,t)}}{\frac{(P_0 + P_t)}{2}} \times 1000$$

Taxa de mortalidade infantil: número de óbitos com menos de um ano referido ao número de nados-vivos do mesmo período (número de óbitos com menos de um ano por 1000 nados-vivos ocorridos no mesmo período).

Taxa de natalidade: número de nados-vivos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente, o número de nados-vivos por 1000 habitantes).

$$TN = \frac{NV_{(0,t)}}{\frac{(P_0 + P_t)}{2}} \times 1000$$

Taxa de participação por idade: população com a idade i que frequenta determinado nível de ensino face à população total com a idade i.

Taxa de repulsão interna: relação entre a população residente que 5 anos antes residia na unidade territorial e já não reside e a população residente na unidade territorial, expressa em percentagem.

Trabalhador por conta de outrem (Quadros de Pessoal): indivíduo que exerce a sua profissão por conta de outrem e na base de um contrato de trabalho e recebe uma remuneração em dinheiro ou em géneros.

Tráfego comercial: voos regulares e não regulares de transporte público de passageiros, de correio ou de carga.

Volume de vendas: valor total da facturação, com exclusão do IVA, realizada pela unidade estatística de observação durante o período de referência, correspondente à venda mercadorias, produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (contas POC 711, 712 e 713) e à prestação de serviços a terceiros (contas POC 721, 722, 723, 724 e 725). Ao valor da facturação, devem ser deduzidas as devoluções, descontos e abatimentos (contas POC 717, 718 e 728) e consideradas todas as outras taxas, encargos ou despesas que recaiam sobre os produtos e que devam ser imputadas ao cliente, ainda que facturadas separadamente. Não devem ser considerados os subsídios de exploração ou quaisquer receitas provenientes da venda de imobilizado.



Nota:

O concelho de Vizela foi criado a 1 de Setembro de 1998 a partir dos concelhos de Felgueiras, Guimarães e Lousada e o concelho da Trofa foi criado a 14 de Dezembro de 1999 a partir do concelho de Santo Tirso.

A criação daqueles dois concelhos veio reduzir os limites geográficos dos 5 concelhos de onde são originários e, conseqüentemente, os valores das variáveis estatísticas que os caracterizavam. Além disso, dada a composição concelhia das áreas geográficas escolhidas para análise nesta publicação, verifica-se que a criação dos concelhos de Trofa e de Vizela contribuiu também para a redução da área da região “envolvente Norte”, que foi transferida para a área da região “envolvente Este”, sem mais repercussão sobre os outros espaços consideradas.

A ausência de informação por freguesia, para a generalidade das variáveis consideradas, inviabiliza qualquer tentativa de cálculo, para anos anteriores, tendo em conta os novos limites, incorrendo-se num erro, em análises de evolução, ainda que diminuto. A título de exemplo, a população da região “envolvente Norte” diminuiu 1% e a da “envolvente Este” aumentou 1,4%, em 2001 (Censos), em resultando apenas da alteração dos limites geográficos.



Capítulo 1

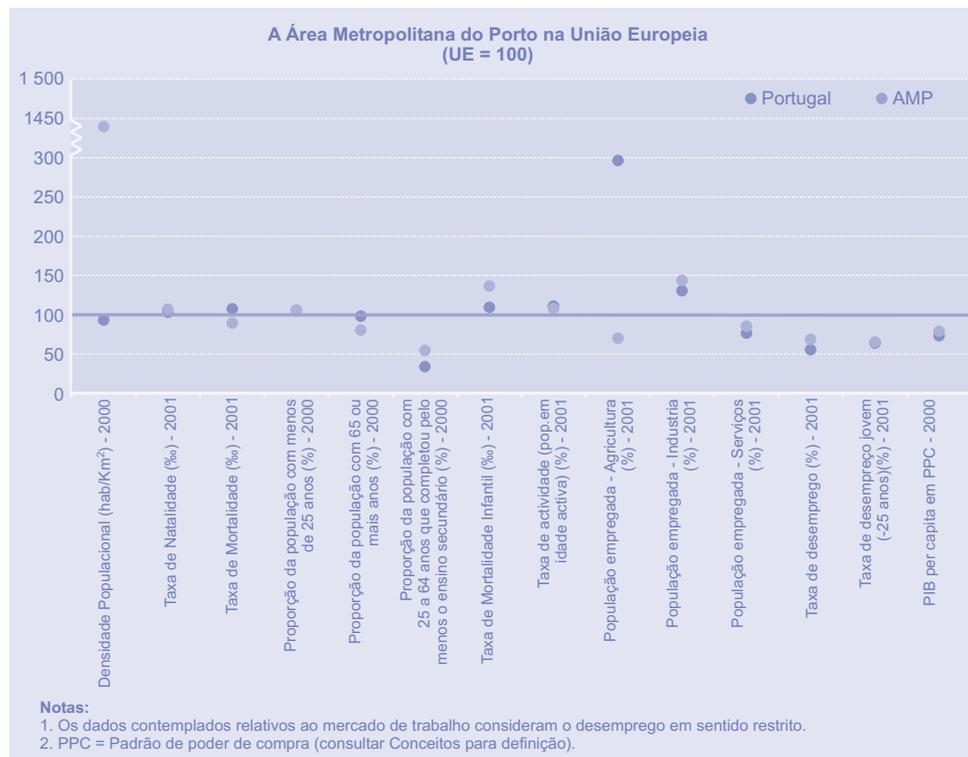
CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO



O Retrato da Área Metropolitana do Porto pretende sumariar as principais características sócio-económicas daquele espaço metropolitano em alguns domínios seleccionados, como o território e a população, a habitação, a escolarização da população, o mercado de trabalho, a actividade económica e a dotação de infra-estruturas.

Para uma melhor compreensão dos traços que descrevem o território em causa, foi privilegiada uma forma de apresentação da informação que assenta na consideração de três vectores fundamentais:

- permitir estabelecer o confronto da Área Metropolitana do Porto com o outro grande espaço metropolitano do país (a Área Metropolitana de Lisboa) e com o que se observa globalmente para Portugal, para um conjunto assinalável de indicadores;
- garantir uma desagregação territorial acrescida no que se refere à análise da informação que reporta à Área Metropolitana do Porto, através da inclusão de informação para os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia;
- integrar a análise dos resultados da Área Metropolitana do Porto no contexto de um território envolvente mais alargado, no qual se insere e com o qual estabelece relações de funcionalidade e complementaridade.



Nos contextos português e europeu, a Área Metropolitana do Porto é uma região relativamente jovem. Em 2001, apresentava um saldo natural (diferença entre nados-vivos e óbitos) de 2,9‰ da população residente, o que excedia, tanto a média nacional, como a europeia. Por outro lado, concentrava uma maior proporção de jovens e uma menor proporção de idosos do que aqueles dois espaços de referência. Não obstante, a população residente na Área Metropolitana do Porto apresentava ainda níveis de escolaridade muito inferiores ao padrão europeu. Em 2001, a proporção de indivíduos com idade compreendida entre 25 e 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário ficava-se em 34,7%, enquanto que a média europeia era já de 63,5%. Ainda assim, a taxa de actividade na Área Metropolitana do Porto excedia a média europeia, em 2001, e a taxa de desemprego total (5,1%) e de jovens

(9,5%), embora superiores às médias nacionais, situavam-se bastante abaixo das médias europeias. O tecido empresarial da Área Metropolitana do Porto assenta essencialmente em actividades do sector terciário, o qual absorvia, em 2001, 59,1% da população empregada. Ainda assim, a proporção de mão-de-obra industrial (37,9%) era bastante superior à média europeia (26,4%). O nível médio de escolarização, associado à especialização produtiva, concorre, entre outros factores, para explicar o facto de o Produto Interno Bruto *per capita* (em PPC¹), em 2000, se ter situado 21,1% abaixo da média europeia, atingindo os 17 812 euros. Este era, todavia, superior à média nacional em 7,6%.

A Área Metropolitana do Porto constitui um espaço com um único centro principal, o concelho do Porto, rodeado por uma primeira coroa de subúrbios onde a

¹ Padrão de Poder de Compra (consultar Conceitos, para definição).

Concelhos da Área Metropolitana do Porto e da região envolvente

	DTCC	Concelho	Designação NUTSIII	Zona da região envolvente
Área Metropolitana do Porto	107	Espinho	AMP	-
	1304	Gondomar	AMP	-
	1306	Maia	AMP	-
	1308	Matosinhos	AMP	-
	1312	Porto	AMP	-
	1313	Póvoa de Varzim	AMP	-
	1315	Valongo	AMP	-
	1316	Vila do Conde	AMP	-
	1317	Vila Nova de Gaia	AMP	-
região envolvente da Área Metropolitana do Porto	302	Barcelos	Cávado	Norte
	303	Braga	Cávado	Norte
	306	Esposende	Cávado	Norte
	308	Guimarães	Ave	Norte
	1314	Santo Tirso	Ave	Norte
	1318	Trofa	Ave	Norte
	312	Vila Nova de Famalicão	Ave	Norte
	314	Vizela	Ave	Norte
	113	Oliveira de Azeméis	Entre Douro e Vouga	Sul
	109	Santa Maria da Feira	Entre Douro e Vouga	Sul
	116	São João da Madeira	Entre Douro e Vouga	Sul
	115	Ovar	Baixo Vouga	Sul
	1301	Amarante	Tâmega	Este
	1302	Baião	Tâmega	Este
	106	Castelo de Paiva	Tâmega	Este
	1804	Cinfães	Tâmega	Este
	1303	Felgueiras	Tâmega	Este
	1305	Lousada	Tâmega	Este
	1307	Marco de Canaveses	Tâmega	Este
1309	Paços de Ferreira	Tâmega	Este	
1310	Paredes	Tâmega	Este	
1311	Penafiel	Tâmega	Este	
1704	Mesão Frio	Douro	Este	

densidade construtiva tende a aumentar e onde se mantém alguma tradição industrial, embora a par de um processo de terciarização crescente. A cidade central e os concelhos desta primeira coroa - Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Maia, Gondomar e Valongo - formam um contínuo urbano que alguns autores designam por "Cidade Aglomeração"². Uma segunda coroa é composta pelos concelhos mais periféricos - Espinho, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, que integram as freguesias menos terciari-

zadas da Área Metropolitana do Porto e onde o sector primário se reveste de uma importância acrescida. Estes concelhos revelam uma certa autonomia em relação ao centro metropolitano. As relações existentes entre a "Cidade-Aglomeração" e os concelhos mais periféricos são semelhantes às que mantêm com outros centros exteriores à Área Metropolitana do Porto. A "Cidade-Aglomeração" desempenha, assim, o papel de centralidade, não apenas metropolitana, mas também regional.

Os espaços produzidos pelas dinâmicas urbanas contemporâneas não são simplesmente territórios. São também "modos de vida" e "modos de produção" e, nesta perspectiva, a área em análise deve ser encarada, não apenas como um espaço urbanizado à volta de uma grande cidade, mas como uma área de quotidianos urbanos onde se desenvolvem inter-relações, isto é, laços mais ou menos complexos entre a cidade-pólo e os centros urbanos envolventes, por sua vez interligados. A metropolização operou-se através da dilatação das zonas urbanas e da integração no funcionamento metropolitano, não apenas das zonas periféricas, mas de territórios cada vez mais afastados, não contíguos em relação ao espaço urbano inicial, realidade que se apreende quando se analisam os movimentos pendulares. A força destas deslocamentos quotidianos constituiu, por essa razão, o primeiro critério utilizado neste trabalho para a determinação da extensão de um território envolvente formado por concelhos exteriores à Área Metropolitana do Porto, para melhor integração dos resultados. Note-se, porém, que a selecção dos concelhos que o compõem não teve por objectivo definir uma "Região Metropolitana"³, mas tão somente fazer emergir um território, mais alargado, de referência para a actividade da Área Metropolitana do Porto. A delimitação do espaço envolvente, constituído por vinte e três concelhos, foi conseguida, então, da seguinte forma:

2 Vale, M. (coord.), "Dimensões Urbano-Metropolitanas e Emprego", CEDRU / INXL, 2000.

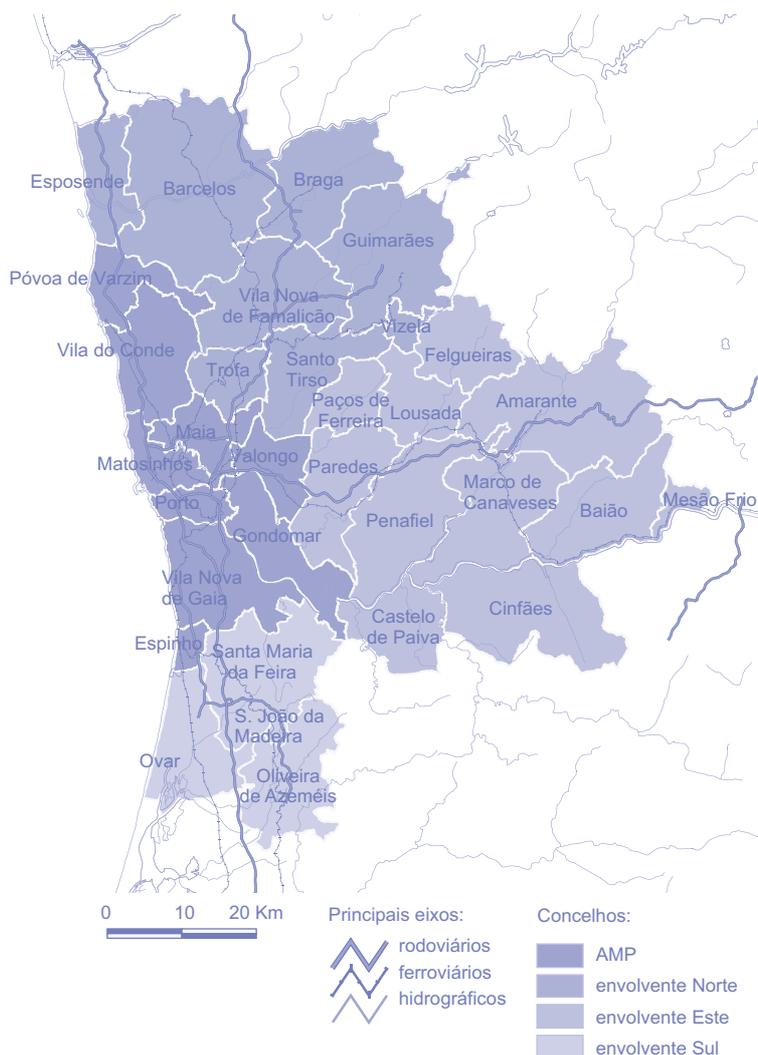
3 Veja-se, a este propósito, o estudo "As Regiões Metropolitanas portuguesas no contexto Ibérico", Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Março de 2002.

delimitado aos concelhos que lhe estão próximos e que, por usufruírem de um dinamismo próprio, são relativamente imunes ao efeito polarizador do centro, em termos de emprego, embora denunciem características de urbanidade. Estes critérios adicionais resultam de

uma combinação aligeirada daquilo que é habitualmente considerado para delimitar *aglomerações morfológicas e económicas*. Note-se, por fim, que foi ainda retido o concelho de Vizela uma vez que, pese embora não cumprir nenhum dos critérios anteriores, se encontrava

geograficamente inserido no espaço entretanto definido. A região envolvente da Área Metropolitana do Porto foi ainda dividida, para efeitos de análise, em três zonas. Na zona Norte, localizam-se os concelhos pertencentes às regiões NUTSIII do Cávado e do Ave, na região Este os que pertencem ao Tâmega e um concelho do Douro e, na zona Sul, os concelhos do Entre Douro e Vouga e o único concelho da Região Centro (Ovar).

Principais estradas, caminhos-de-ferro e rios da Área Metropolitana do Porto e região envolvente.



Da aplicação destes critérios resultou um espaço composto por vinte e três concelhos que, em conjunto com os nove da Área Metropolitana do Porto, se estendem por uma área geográfica de 4 395 Km² onde residia, em 2001, 26,8% da população nacional e onde trabalhavam 21,0% dos empregados do país. Na região envolvente, em média, 5,9% dos residentes deslocam-se diariamente para um concelho da Área Metropolitana do Porto para trabalhar e a densidade populacional e de emprego equivalem a quatro e três vezes, respectivamente, a média nacional. As empresas com sede na Área Metropolitana do Porto e na região envolvente exportavam, em 2000, um montante que correspondia a 41,5% do valor de mercadorias saídas de Portugal.

A decorative graphic consisting of several overlapping squares in various shades of blue, ranging from light to dark. The squares are arranged in a cluster, with some overlapping others, creating a layered effect. The text is overlaid on this graphic.

Capítulo 2

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

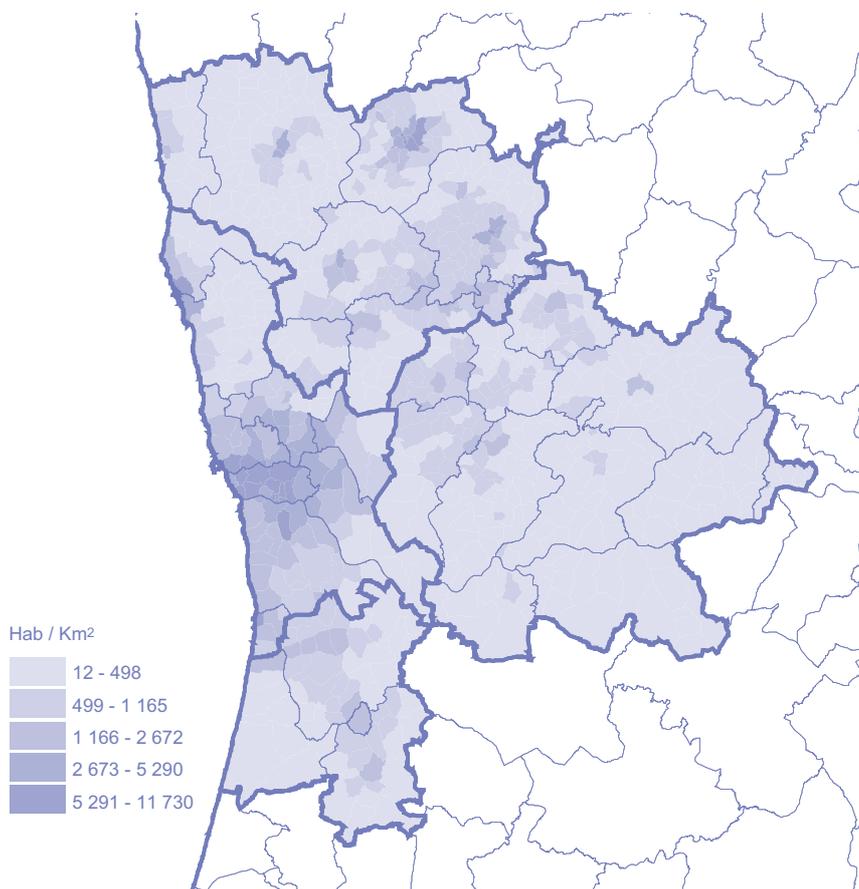


Entre 1991 e 2001, a população da Área Metropolitana do Porto intensificou o crescimento que observara nas décadas anteriores, para o qual foi determinante o crescimento populacional do concelho de Vila Nova de Gaia, seguido do da Maia e de Gondomar.

Nos últimos 50 anos, a população portuguesa cresceu 22,7%, evolução que se estendeu, de forma bem mais acentuada, à Área Metropolitana do Porto e à sua região envolvente. Esta dinâmica foi também patente em todos os concelhos que compõem a Área Metropolitana do Porto, que evidenciaram crescimentos populacionais fortes e continuados, com excepção do concelho do Porto, cuja população residente foi crescente até 1981 mas começou a diminuir desde então. Para esta evolução, concorreram vários fenómenos associados aos processos de urbanização, que tiveram como consequência o crescimento dos movimentos migratórios para os concelhos vizinhos, e o envelhecimento populacional daquele território. Na região envolvente da Área Metropolitana do Porto, destacam-se as zonas mais a Norte e a Sul pela expressividade do crescimento populacional que verificaram nesta última metade de século, de 81,8% e 84,8%, respectivamente.

Face a 1991, a população residente na Área Metropolitana do Porto cresceu 8,0%, enquanto que a da região envolvente subiu 10,9%. Já entre 1981 e 1991 as duas regiões haviam registado crescimentos, embora de menor intensidade, conferindo a estes territórios um dinamismo populacional superior ao verificado globalmente para Portugal. A evolução, populacional, porém, não assumiu contornos idênticos entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, nem entre os três

Densidade populacional na Área Metropolitana do Porto e região envolvente, em 2001



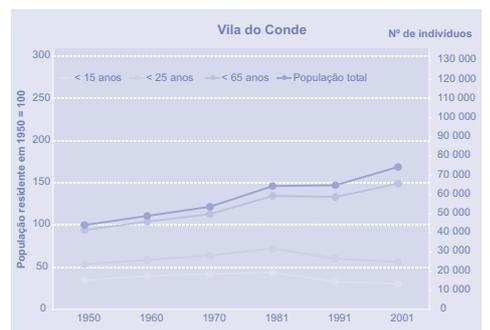
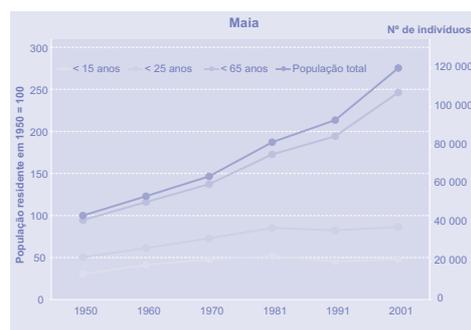
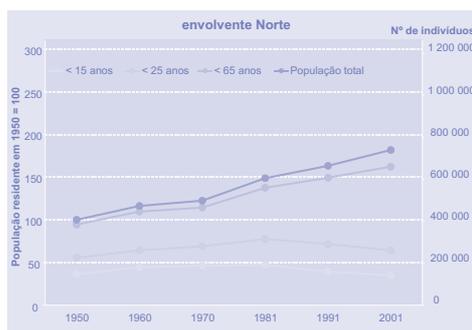
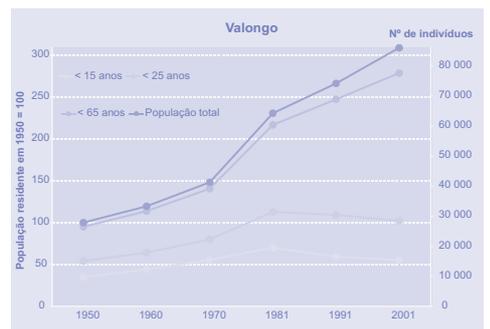
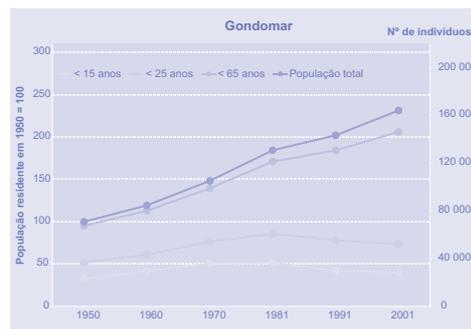
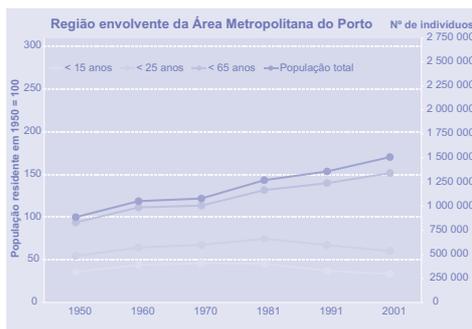
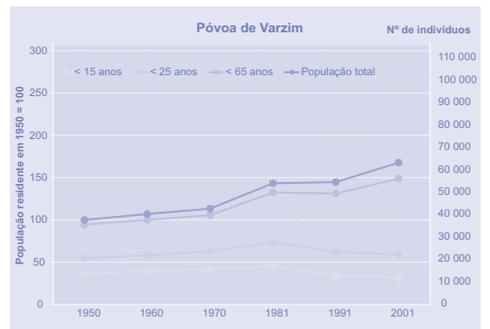
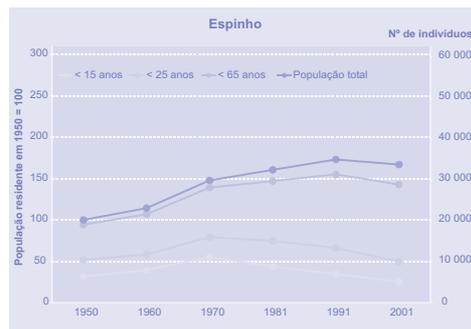
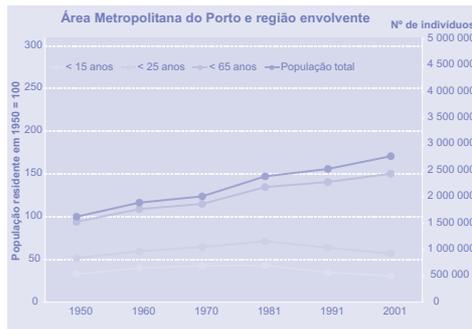
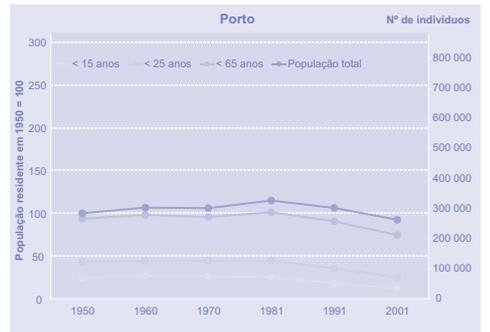
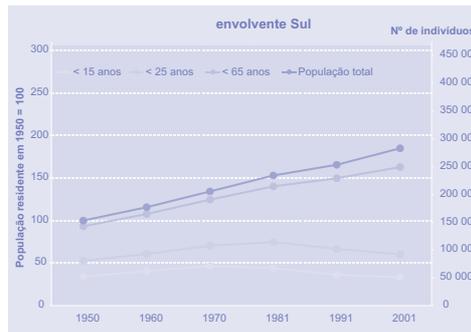
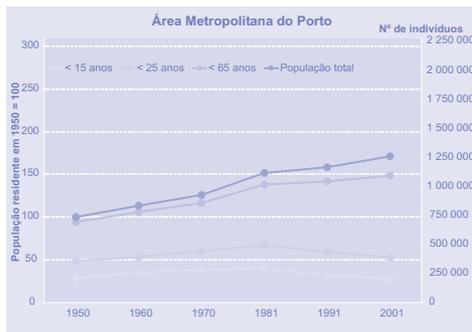
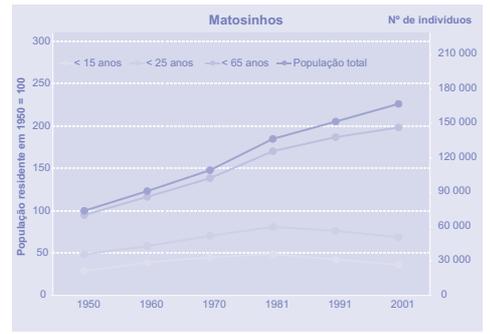
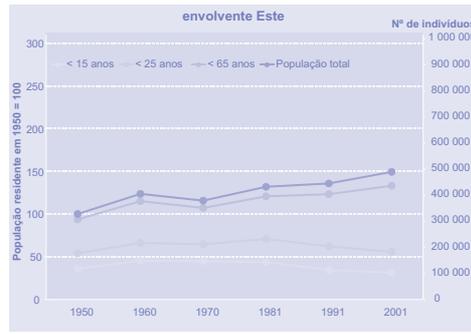
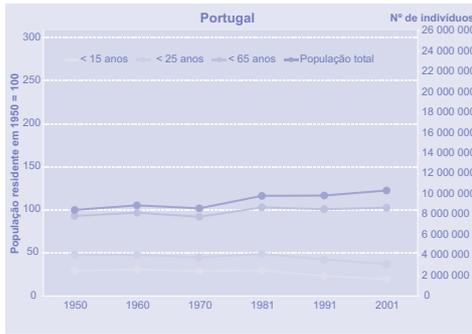
Fontes: INE, Recenseamentos da População, 2001.

INE, BGRI - Base Geográfica de Referenciação de Informação

últimos momentos censitários. De facto, entre 1981 e 1991, apenas o concelho do Porto assistiu a uma redução populacional, constituindo porém, em ambos os anos, o concelho que mais concentrava população metropolitana (29,2% e 25,9%, respectivamente, em 1981 e em 1991). Num outro extremo, os concelhos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos verificaram o maior acréscimo absoluto de população. Entre 1991 e 2001, o concelho do Porto intensificou a queda populacional da década

anterior e surgiu também o concelho de Espinho a exibir um decréscimo populacional. Neste período, Vila Nova de Gaia assistiu a um acréscimo populacional duplo do da década anterior, movimento que veio a posicionar o concelho, em 2001, na categoria de mais populoso da Área Metropolitana do Porto, concentrando 22,9% da população metropolitana e retirando esta posição ao Porto.

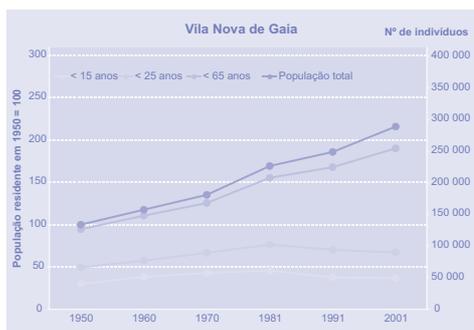
Evolução da População residente por grupo etário



(continua)



(continuação)



Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001.

O concelho de Matosinhos, cujo protagonismo foi notório na década anterior, deu nesta década lugar aos concelhos da Maia e de Gondomar, que verificaram os maiores acréscimos populacionais, a seguir a Vila Nova de Gaia, entre 1991 e 2001.

A região envolvente da Área Metropolitana do Porto expandiu-se, em termos populacionais, nas duas últimas décadas, tendo mesmo intensificado o crescimento entre 1991 e 2001, o que foi em grande medida explicado pelo dinamismo demográfico da zona mais a Norte.

Estes movimentos demográficos contribuíram para o facto de, em 2001, a

Área Metropolitana do Porto concentrar cerca de 12,2% do total da população residente em Portugal, resultando uma densidade populacional 14 vezes superior à nacional e quase dupla da da Área Metropolitana de Lisboa. Adicionando os concelhos do espaço envolvente, a população deste território mais alargado representava 26,8% do total nacional. A repartição da população, mesmo dentro da Área Metropolitana do Porto, e como se pôde constatar, é bastante desigual com as densidades populacionais a variarem entre 6 337 habitantes por Km² no Porto, e 499, em Vila do Conde.

A estrutura etária da Área Metropolitana do Porto deixa perceber uma população relativamente jovem mas cada vez mais envelhecida.

A partir dos anos 80, assistiu-se a um envelhecimento progressivo da população portuguesa, que se traduziu por decréscimos sucessivos na população de jovens (com idade inferior a 25 anos e, em particular, com menos de 15

anos) por oposição a acréscimos da população mais idosa, estes verificados já desde 1950. Este padrão estendeu-se à Área Metropolitana do Porto e à sua região envolvente (sobretudo a Norte), embora apenas na década seguinte. A este nível, os concelhos da Área Metropolitana do Porto deixam transparecer a existência de alguma heterogeneidade, com Espinho a perder jovens logo a partir de 1970 e a Maia e Matosinhos a evidenciarem decréscimos na população jovem apenas a partir de 1991.

Entre 1981 e 1991, o acréscimo populacional na Área Metropolitana do Porto e na generalidade dos seus concelhos ficou a dever-se sobretudo a uma evolução idêntica da população com idade compreendida entre 15 e os 64 anos. No concelho do Porto, porém, o decréscimo populacional que descreveu a evolução demográfica naquele período teve origem na forte redução da população jovem acompanhada pelo aumento de idosos. Note-se que a Área Metropolitana de Lisboa, ao contrário

População residente por sexo e grupo etário e indicadores demográficos em 2001

	População total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população activa
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 772 561	1 343 359	1 429 202	500 833	422 431	1 516 847	332 450	43,0	25,8	17,1	66,4	1,8
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 260 680	603 985	656 695	205 776	181 396	707 916	165 592	41,8	23,1	18,6	80,5	1,6
Espinho	33 701	16 218	17 483	5 134	4 898	18 778	4 891	42,3	21,7	20,7	95,3	1,4
Gondomar	164 096	80 103	83 993	28 411	23 641	94 065	17 979	39,4	24,1	15,3	63,3	1,7
Maia	120 111	58 387	61 724	20 940	16 794	69 733	12 644	38,8	24,2	14,6	60,4	1,8
Matosinhos	167 026	80 959	86 067	26 686	24 035	95 807	20 498	39,4	22,3	17,1	76,8	1,5
Porto	263 131	119 715	143 416	34 584	36 850	140 694	51 003	48,2	19,5	28,7	147,5	1,3
Póvoa de Varzim	63 470	30 542	32 928	12 081	10 231	34 031	7 127	43,4	27,3	16,1	59,0	2,0
Valongo	86 005	41 915	44 090	15 349	13 060	49 173	8 423	38,2	24,7	13,5	54,9	1,9
Vila do Conde	74 391	36 338	38 053	13 369	11 276	41 066	8 680	42,1	25,5	16,6	64,9	1,7
Vila Nova de Gaia	288 749	139 808	148 941	49 222	40 611	164 569	34 347	40,7	24,0	16,7	69,8	1,7
Região envolvente da AMP	1 511 881	739 374	772 507	295 057	241 035	808 931	166 858	44,0	28,1	15,9	56,6	2,0
envolvente Norte	739 328	360 149	379 179	141 533	119 345	398 559	79 891	42,8	27,3	15,4	56,4	2,1
envolvente Este	489 568	241 081	248 487	102 642	80 031	253 678	53 217	46,7	30,8	15,9	51,8	2,2
envolvente Sul	282 985	138 144	144 841	50 882	41 659	156 694	33 750	42,7	25,7	17,0	66,3	1,7
Área Metropolitana de Lisboa	2 682 687	1 286 194	1 396 493	399 150	369 555	1 500 080	413 902	43,5	21,3	22,1	103,7	1,4
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493	47,8	23,6	24,2	102,2	1,4

Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001.

Evolução intercensitária da população, por sexo e grupo etário, em 2001

	Crescimento da população residente total (1981-1991) e decomposição por sexo e grupo etário							Crescimento da população residente total (1991-2001) e decomposição por sexo e grupo etário						
	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+
	%													
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	7,2	3,7	3,5	- 5,8	0,7	10,7	1,6	9,6	4,7	4,9	- 2,5	- 1,9	10,5	3,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	4,5	2,3	2,2	- 5,3	0,2	7,5	2,1	8,0	3,8	4,1	- 2,4	- 1,9	8,6	3,6
Espinho	7,9	4,1	3,8	- 5,6	0,3	10,3	2,9	- 3,6	- 1,7	- 1,9	- 5,4	- 4,1	2,4	3,6
Gondomar	9,5	4,6	4,9	- 5,1	0,9	11,4	2,3	14,6	6,8	7,8	- 1,1	- 1,3	13,1	3,8
Maia	14,0	6,8	7,3	- 3,5	2,1	13,0	2,5	28,9	13,8	15,1	1,2	0,7	22,4	4,6
Matosinhos	11,1	5,2	6,0	- 3,4	0,8	11,5	2,2	10,1	4,8	5,3	- 3,0	- 0,6	9,3	4,5
Porto	- 7,6	- 3,4	- 4,2	- 6,3	- 1,9	- 1,1	1,7	- 13,0	- 6,0	- 7,0	- 5,5	- 4,3	- 5,2	2,1
Póvoa de Varzim	1,0	0,5	0,5	- 7,5	- 0,1	6,7	1,9	15,8	7,9	8,0	- 1,8	- 0,6	14,6	3,7
Valongo	15,5	7,7	7,8	- 4,7	3,2	14,8	2,3	16,0	7,7	8,3	- 1,5	- 1,2	14,4	4,2
Vila do Conde	0,7	0,3	0,4	- 7,4	- 0,6	7,1	1,6	14,7	7,1	7,6	- 1,7	- 1,3	13,9	3,9
Vila Nova de Gaia	9,8	5,0	4,8	- 4,8	1,1	11,1	2,3	16,2	7,7	8,5	- 0,4	- 1,2	13,6	4,2
Região envolvente da AMP	7,2	3,7	3,5	- 5,8	0,7	10,7	1,6	10,9	5,4	5,5	- 2,5	- 1,9	12,1	3,3
envolvente Norte	9,8	5,0	4,8	- 5,2	1,2	12,0	1,8	11,3	5,6	5,8	- 2,9	- 1,7	12,4	3,5
envolvente Este	3,0	1,5	1,4	- 7,0	0,3	8,6	1,1	10,0	4,9	5,0	- 2,3	- 2,3	11,9	2,7
envolvente Sul	8,3	4,3	4,0	- 5,1	- 0,1	11,3	2,2	11,6	5,8	5,8	- 1,9	- 1,9	11,7	3,6
Área Metropolitana de Lisboa	1,5	0,6	0,9	- 5,2	1,4	2,5	2,8	5,6	2,8	2,8	- 2,3	- 1,2	5,2	4,0
Portugal	0,3	0,2	0,2	- 5,5	- 0,2	3,8	2,2	5,0	2,5	2,5	- 3,2	- 1,3	5,9	3,6

Fonte:

INE, Recenseamentos da População, 1981, 1991 e 2001.

da do Porto, cresceu, naquela década, essencialmente à custa da população mais idosa. Entre 1991 e 2001, o panorama repetiu-se. Nas pirâmides etárias de 1981 e 2001, é visível o envelhecimento da população da Área Metropolitana do Porto e da região envolvente, tal como sucedeu para Portugal, traduzido por menores proporções de indivíduos nos grupos etários mais jovens (envelhecimento pela base - explicado pela redução na natalidade) e pela maiores proporções de indivíduos mais idosos (envelhecimento pelo topo - explicado pelo aumento da esperança média de vida), sobretudo entre as mulheres. Verifica-se também que a ligeira subida da natalidade no final dos anos noventa se reflectiu na maior expressão relativa dos indivíduos pertencentes ao grupo etário até aos 5 anos.

Esta evolução contribui para explicar o facto de a Área Metropolitana do Porto ser uma região mais jovem, em média, do que Portugal e do que a Área Metropolitana de Lisboa, em 2001: a idade

média dos seus habitantes era de 38 anos, ao passo que em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa se atingiam os 40 anos. A região envolvente da Área Metropolitana do Porto, sobretudo a zona a Este, constitui uma região ainda mais jovem, com uma idade média de 35 anos. Na Área Metropolitana do Porto, destaca-se o concelho do Porto, seguido (com algum desfasamento) de Espinho e Matosinhos, como os mais envelhecidos. A leitura dos valores dos índices de envelhecimento confirma estes resultados: enquanto que em Portugal existiam, em 2001, cerca de 102 idosos (com 65 ou mais anos de idade) por cada 100 jovens (com idade inferior a 15 anos), no caso da Área Metropolitana do Porto, o mesmo índice desce para 81, sendo ainda maior a proporção de jovens do que de idosos. O Porto sobressai, todavia, com 148 idosos por cada 100 jovens. A ele seguem-se os concelhos de Espinho e de Matosinhos, embora evidenciando uma maior proporção de jovens do que de idosos. Na região envolvente da Área

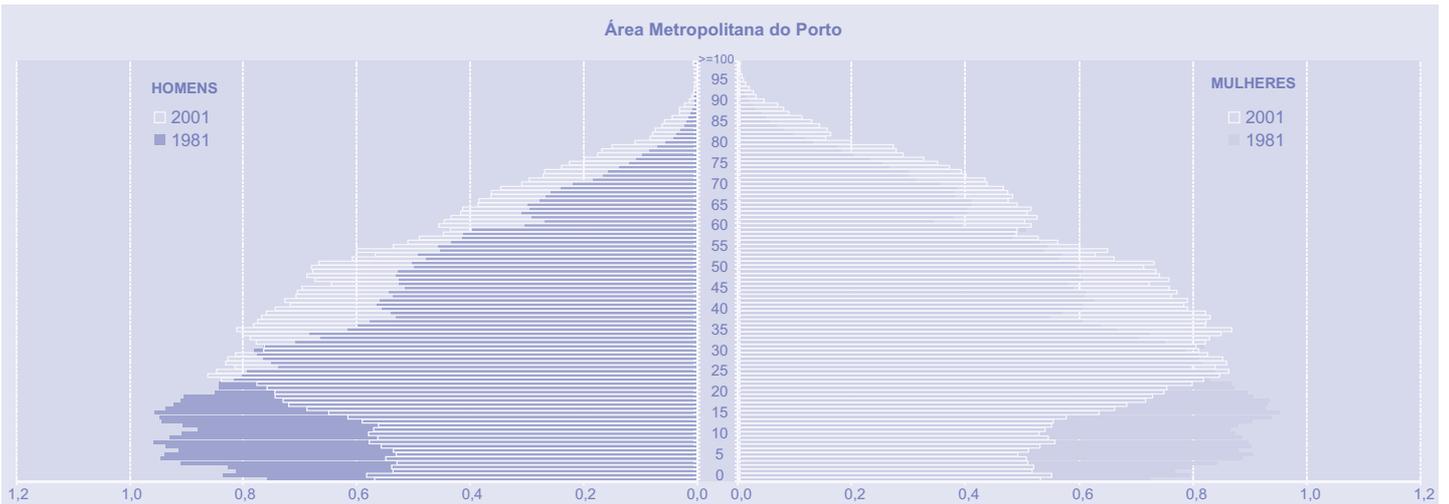
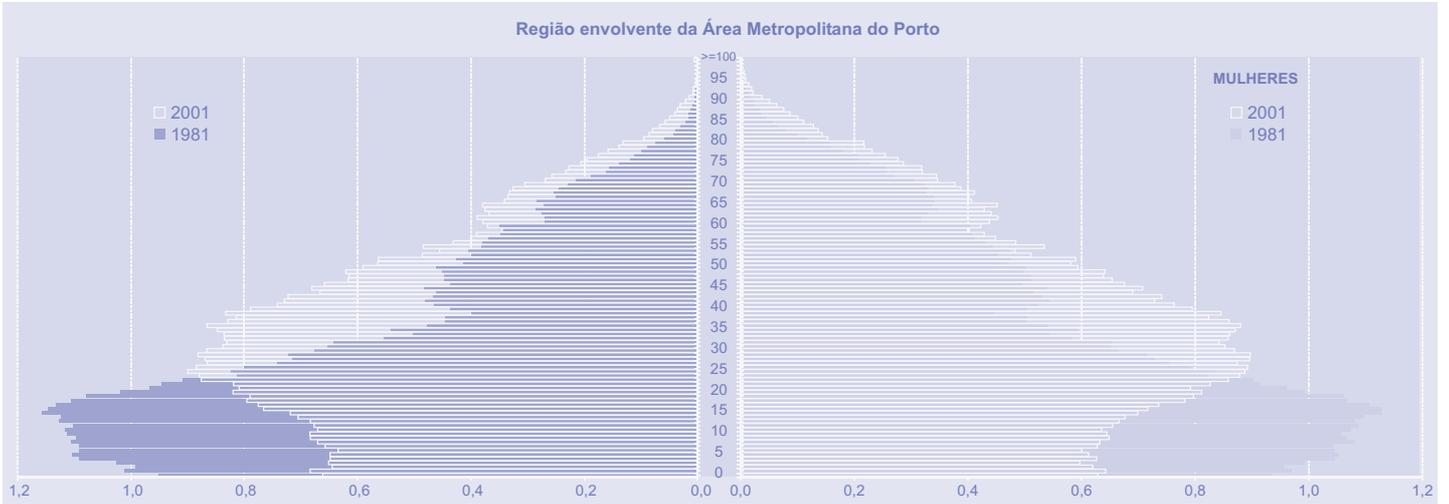
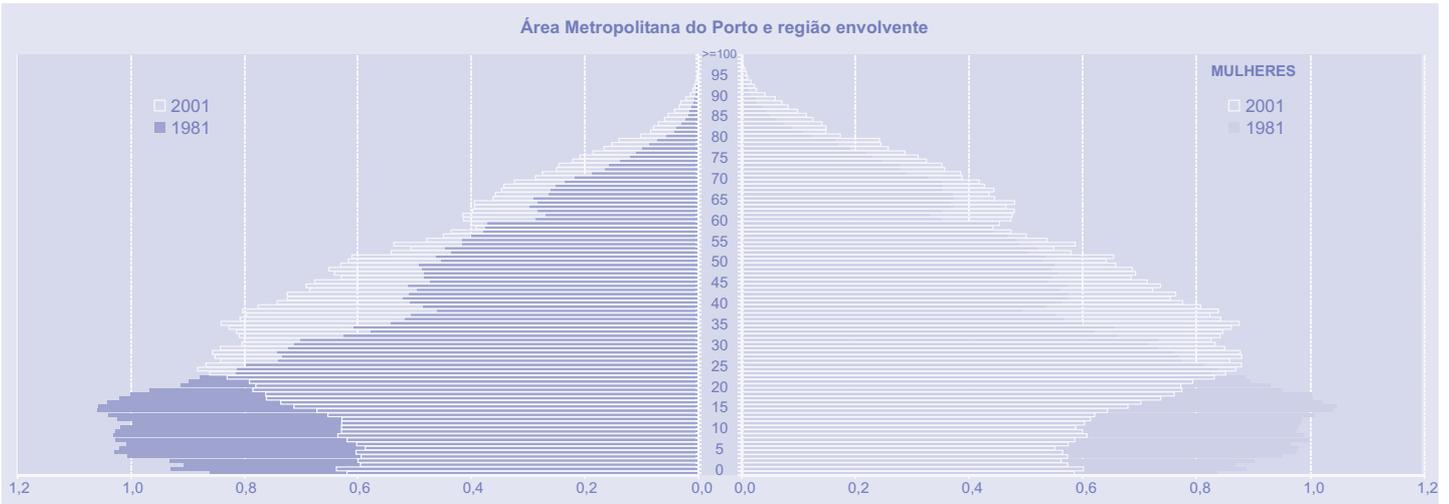
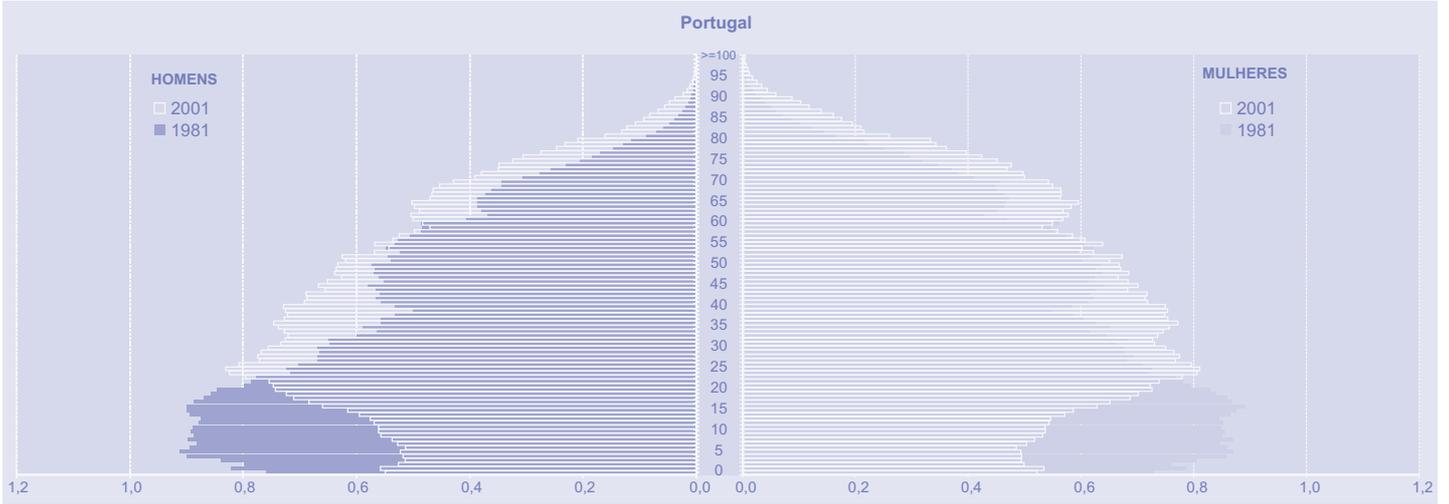
Metropolitana do Porto residiam, em 2001, 57 idosos por cada 100 jovens.

A relação de masculinidade na Área Metropolitana do Porto (número de homens por cada 100 mulheres), tal como em Portugal e na região envolvente, subiu entre 1981 e 2001, quer pela aproximação à esperança média de vida masculina face à das mulheres, quer pelos fluxos migratórios de entrada serem compostos maioritariamente por indivíduos do sexo masculino. Note-se, ainda, que a relação de masculinidade para a Área Metropolitana do Porto era, em 2001, inferior à nacional, enquanto que a da região envolvente era superior.

Em geral, todos os indicadores revelam que, ainda que seja visível um processo de envelhecimento, a Área Metropolitana do Porto, e sobretudo a sua região envolvente, têm uma população mais jovem do que a média nacional.



Pirâmides etárias em 1981 e 2001



O crescimento populacional da Área Metropolitana do Porto, na última década, foi ainda motivado essencialmente pelo saldo natural, ainda que tenham sido muito expressivos os fluxos de entrada de migrantes.

Balanço demográfico de 1981 a 2001

	População residente	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	População residente	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	População residente
	31.12.1981	1982 a 1991	1982 a 1991	1982 a 1991	1982 a 1991	31.12.1991	1992 a 2001	1992 a 2001	1992 a 2001	1992 a 2001	31.12.2001
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 409 270	377 293	192 256	185 037	- 31 884	2 562 423	377 771	227 473	150 298	48 935	2 761 656
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 125 430	158 281	95 776	62 505	- 7 239	1 180 696	159 002	114 150	44 852	28 259	1 253 807
Espinho	32 730	4 864	2 577	2 287	- 63	34 954	4 650	3 228	1 422	- 3 399	32 977
Gondomar	131 820	18 754	9 719	9 035	4 585	145 440	20 345	12 409	7 936	10 766	164 142
Maia	82 300	11 939	6 421	5 518	7 429	95 247	15 031	8 200	6 831	19 396	121 474
Matosinhos	137 420	19 976	11 128	8 848	7 096	153 364	20 574	13 730	6 844	6 005	166 213
Porto	328 800	40 313	33 229	7 084	- 33 758	302 126	32 086	36 419	- 4 333	- 41 547	256 246
Póvoa de Varzim	54 890	9 432	4 310	5 122	- 4 390	55 622	9 508	5 182	4 326	3 495	63 443
Valongo	64 830	10 536	4 351	6 185	4 549	75 564	10 805	5 703	5 102	5 477	86 143
Vila do Conde	64 880	10 061	5 244	4 817	- 3 976	65 721	9 917	6 110	3 807	4 683	74 211
Vila Nova de Gaia	227 760	32 406	18 797	13 609	11 289	252 658	36 086	23 169	12 917	23 383	288 958
Região envolvente da AMP	1 283 840	219 012	96 480	122 532	- 24 645	1 381 727	218 769	113 323	105 446	20 676	1 507 849
envolvente Norte	611 210	105 634	45 054	60 580	1 930	673 720	105 367	53 372	51 995	12 054	737 769
envolvente Este	436 670	78 007	33 568	44 439	- 30 111	450 998	76 948	38 327	38 621	- 2 088	487 531
envolvente Sul	235 960	35 371	17 858	17 513	3 536	257 009	36 454	21 624	14 830	10 710	282 549
Área Metropolitana de Lisboa	2 514 220	292 635	224 204	68 431	11 575	2 594 226	323 221	283 030	40 191	73 465	2 707 882
Portugal	9 883 940	1 291 302	973 492	317 810	- 236 435	9 965 315	1 246 790	1 149 361	97 429	266 596	10 329 340

Fonte:

INE, Estatísticas Demográficas, 1981 a 2001.

O crescimento populacional observado na Área Metropolitana do Porto não teve a mesma origem nas duas últimas décadas. Entre 1981 e 1991, o saldo natural (acumulado) foi positivo e o saldo migratório foi negativo. Não fossem as saídas líquidas de residentes e a Área Metropolitana do Porto teria registado um crescimento superior. Também os concelhos de Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, bem como a região envolvente (sobretudo a Este) e Portugal, registaram um crescimento populacional explicado exclusivamente pela componente natural. No caso do Porto, as saídas de residentes assumiram tal proporção que a população residente diminuiu entre os dois momentos censitários. Nos restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto, ambos os saldos foram positivos, contribuindo, porém, de forma diferenciada para o crescimento populacional. Na Maia prevaleceu o saldo migratório, enquanto

que nos restantes concelhos foi o crescimento natural que mais motivou o crescimento populacional, à semelhança do que ocorreu na Área Metropolitana de Lisboa no mesmo período.

Entre 1991 e 2001, o panorama mudou bastante. O saldo migratório da Área Metropolitana era então positivo e o saldo natural, embora também positivo, teve menor dimensão do que o da década anterior. O mesmo sucedeu na região envolvente, sobretudo nas zonas Norte e Sul. As entradas líquidas de migrantes ganharam, então, um papel acrescido na explicação do crescimento populacional. No entanto, a componente natural era ainda a mais determinante. Note-se, porém, que na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal, ao contrário, foi ao saldo migratório que mais se ficou a dever o crescimento populacional. Dentro da Área Metropolitana do Porto, verifica-se que

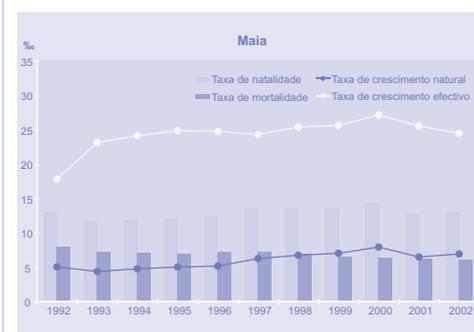
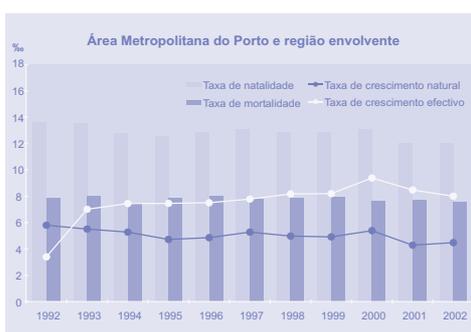
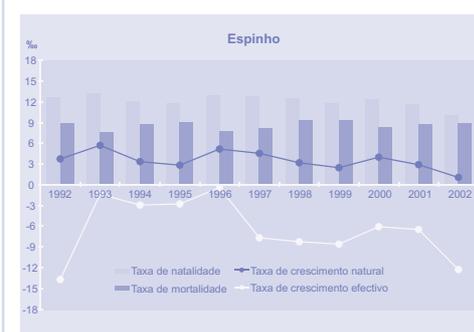
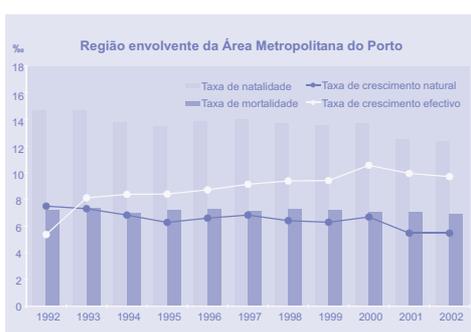
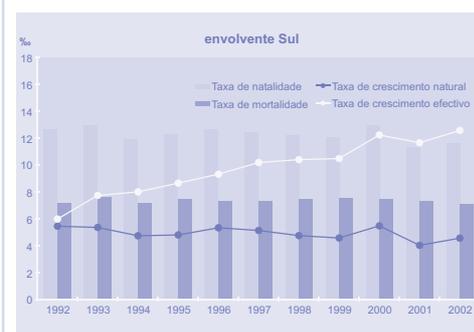
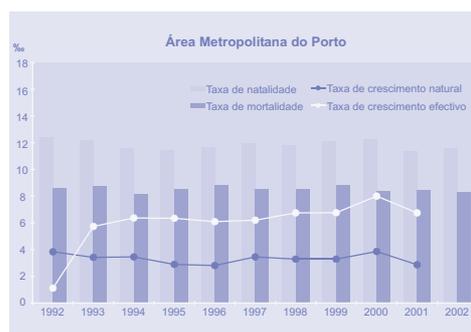
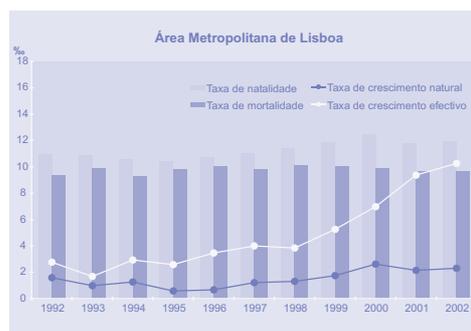
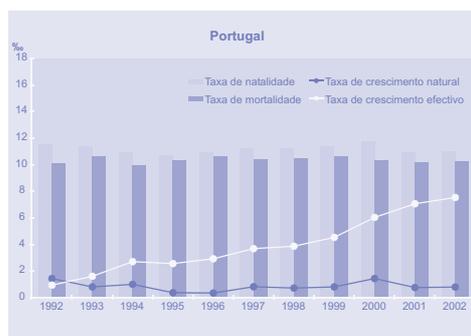
em Espinho a população diminuiu exclusivamente devido ao saldo migratório negativo, enquanto que no Porto ambos os saldos negativos contribuíram para explicar a contracção demográfica, ainda que a saída de residentes tenha constituído o fenómeno dominante. Por outro lado, o acréscimo populacional registado nos restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto foi motivado sobretudo pelo saldo natural positivo. Constituíram excepções os concelhos da Póvoa de Varzim e de Matosinhos.

Ao longo desta última década, nomeadamente entre 1992 e 2003, o crescimento populacional português prosseguiu a ritmos crescentes. Dada a relativa estabilidade temporal da taxa de crescimento natural, pode concluir-se que a taxa de crescimento migratório foi adquirindo progressivamente o estatuto de principal motivo daquele



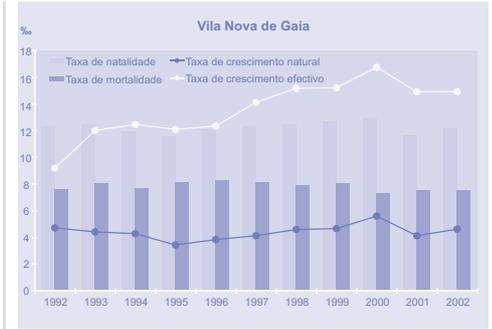
crescimento. Esta constatação é sobretudo válida desde o final dos anos 90. A Área Metropolitana do Porto, apesar de exibir uma taxa de crescimento efectivo superior à portuguesa, não verificou uma aceleração do crescimento populacional tão acentuada. Ao mesmo tempo, verificava acréscimos na taxa de crescimento migratório mais moderados do que os observados globalmente para Portugal, com excepção dos últimos dois anos. Ainda assim, esta foi a principal causa do seu crescimento populacional nos últimos anos, com excepção de 2002. O mesmo cenário pode ser descrito para a evolução da população na região envolvente. Neste espaço, porém, e dada a grandeza da taxa de natalidade, a componente natural tem-se mantido a principal causa do crescimento populacional, ainda que perdendo importância nos anos mais recentes. Na envolvente Sul, todavia, tem-se acompanhado a tendência nacional. Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, assistiu-se a uma grande dispersão no padrão da evolução demográfica. Todos exibiram taxas de crescimento natural positivas, na última década, com excepção do Porto, e sensivelmente constantes. A evolução demográfica acompanhou, assim, o andamento do saldo migratório. Nos concelhos do Porto e de Espinho, a diminuição da população foi explicada pelos fortes movimentos migratórios de saída. Entre os restantes concelhos, destaca-se a taxa de crescimento migratório forte e crescente na Maia, em Valongo e em Vila Nova de Gaia, sobretudo a partir de meados dos anos 90. Na Maia, na última década, $\frac{3}{4}$ do crescimento populacional foi explicado pelo crescimento migratório.

Movimento Demográfico

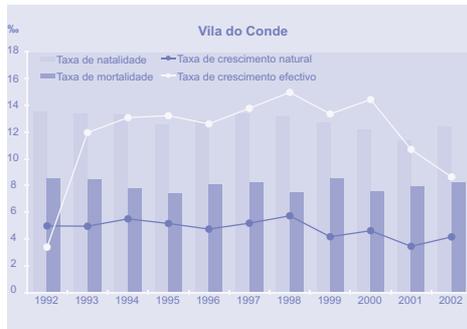
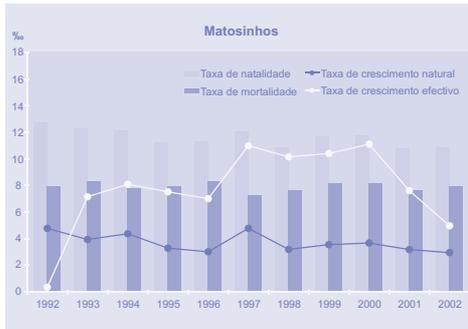


(continua)

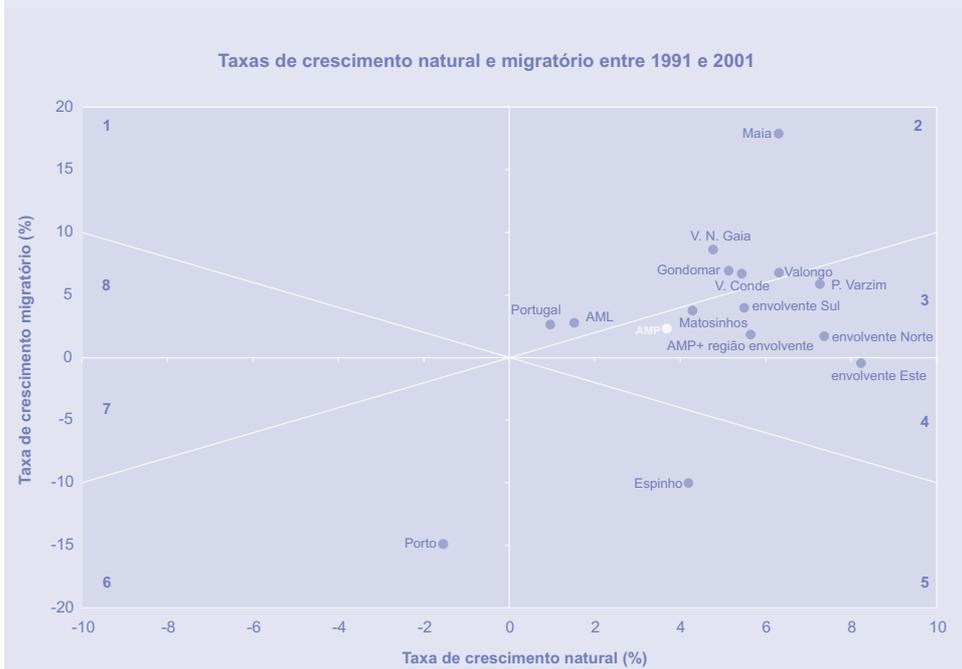
(continuação)



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1991 a 2001.



A representação gráfica das coordenadas das unidades territoriais, definidas pelas taxas de crescimento natural e migratório, permite identificar o sentido, positivo ou negativo, da evolução demográfica, bem como as fontes da variação, se tomarmos em consideração que o crescimento efectivo (ou a taxa de crescimento efectivo) iguala o somatório do saldo natural e migratório (ou da taxa de crescimento natural e migratório). Assim sendo, às zonas assinaladas, de 1 a 8, no gráfico 5.c, correspondem as seguintes situações:



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1991 a 2001.

- Zona 1** - crescimento demográfico explicado exclusivamente pelo saldo migratório;
- Zona 2** - crescimento demográfico explicado sobretudo pelo saldo migratório e complementado pelo saldo natural;
- Zona 3** - crescimento demográfico explicado sobretudo pelo saldo natural e complementado pelo saldo migratório;
- Zona 4** - crescimento demográfico explicado exclusivamente pelo saldo natural;
- Zona 5** - decréscimo demográfico explicado exclusivamente pelo saldo migratório;
- Zona 6** - decréscimo demográfico explicado sobretudo pelo saldo migratório e complementado pelo saldo natural;
- Zona 7** - decréscimo demográfico explicado sobretudo pelo saldo natural e complementado pelo saldo migratório;
- Zona 8** - decréscimo demográfico explicado exclusivamente pelo saldo natural.



A Área Metropolitana do Porto, ao contrário da de Lisboa, era ainda atractiva em 2001, em termos residenciais.

Movimentos residenciais entre 31.12.1995 e 12.03.2001

	População residente em 2001	População que não mudou de unidade territorial		Imigrantes na unidade territorial		Emigrantes da unidade territorial para outra unidade territorial (B)	Saldo das migrações internas (A-B)	Taxa de atracção total	Taxa de repulsão interna
		Total	em proporção da população em 1995	de outra unidade territorial (A)	de outro país				
	Nº de indivíduos		%	Nº de indivíduos				%	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 772 561	2 531 105	91,3	32 375	38 223	25 654	6 721	2,8	1,0
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 260 680	1 145 362	90,9	30 035	14 822	27 700	2 335	3,8	2,4
Espinho	33 701	29 874	87,7	1 628	565	4 175	-2 547	6,4	12,3
Gondomar	164 096	137 184	93,1	15 708	1 228	10 140	5 568	11,5	6,9
Maia	120 111	91 691	90,7	19 255	1 420	9 390	9 865	20,5	9,3
Matosinhos	167 026	142 981	90,8	13 686	1 506	14 413	-727	9,7	9,2
Porto	263 131	232 075	85,0	17 074	3 126	41 497	-24 423	7,4	15,2
Póvoa de Varzim	63 470	54 241	94,4	3 701	1 428	3 221	480	8,9	5,6
Valongo	86 005	69 681	91,3	10 117	869	6 607	3 510	14,4	8,7
Vila do Conde	74 391	64 342	94,1	4 611	912	4 031	580	8,1	5,9
Vila Nova de Gaia	288 749	246 793	95,8	20 755	3 768	10 726	10 029	9,5	4,2
Região envolvente da AMP	1 511 881	1 357 512	89,8	30 571	23 401	26 185	4 386	3,9	1,9
envolvente Norte	739 328	662 556	89,6	16 507	12 592	13 929	2 578	4,3	2,1
envolvente Este	489 568	440 704	90,0	8 409	5 167	10 398	-1 989	3,0	2,3
envolvente Sul	282 985	250 422	88,5	9 485	5 642	5 688	3 797	5,9	2,2
Área Metropolitana de Lisboa	2 682 687	2 403 681	89,6	55 545	81 575	69 987	-14 442	2,1	2,6
Portugal	10 356 117	8 871 617	85,7	--	245 055	--	--	2,4	--

Fonte:
INE, Recenseamento da População, 2001.

Às alterações demográficas referidas surgiram associados movimentos residenciais e, em particular, movimentos migratórios internos. Em 2001, e face à situação que se verificava em 1995, 91% dos residentes no espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente não mudou de residência para concelhos exteriores a este território, revelando um espaço cujos movimentos residenciais da população se processaram sobretudo no seu interior. Esta constatação também é válida se tomarmos separadamente os espaços da Área Metropolitana do Porto e da região envolvente. Os concelhos de Espinho e do Porto, entre os concelhos da Área Metropolitana, apresentavam as menores taxas de permanência (proporção de indivíduos cujo concelho de residência não foi alterado naquele espaço temporal), de 85,0% e 87,7%, respectivamente, enquanto que os concelhos da Póvoa de

Varzim, de Vila do Conde e de Vila Nova de Gaia exibiam os maiores valores para aquele indicador.

O saldo das migrações internas - resultantes de movimentos residenciais realizados entre concelhos de Portugal apenas - assumiu, no espaço temporal considerado, um valor negativo nos concelhos do Porto, Espinho e Matosinhos e tomou os maiores valores positivos em Vila Nova de Gaia, na Maia e em Gondomar. Em termos relativos, tendo em conta a dimensão populacional em 1995, a Maia, Valongo e Gondomar surgiram como os concelhos mais atractivos para localização residencial (por esta ordem), enquanto que o Porto e Espinho constituíam os concelhos mais repelentes de população residente.

Apesar dos movimentos residenciais do espaço formado pela Área Metropoli-

tana do Porto e pelos concelhos da região envolvente com o exterior serem de dimensão reduzida, há fluxos migratórios entre os concelhos deste território de monta assinalável. De facto, a proporção de emigrantes com destino a um qualquer concelho da Área Metropolitana do Porto varia de 42,7%, em Barcelos, até 95,3% em Vizela. Por seu turno, as proporções de imigrantes que são originários de concelhos da Área Metropolitana do Porto são globalmente menores, conferindo à Área Metropolitana do Porto um carácter polarizador em termos residenciais, e varia entre 26,6%, em Barcelos, e 85,0%, na Maia. Em regra, parece existir uma correlação positiva ligeira entre ambos os indicadores, sugerindo que os concelhos mais emissores de população para a Área Metropolitana do Porto, sejam simultaneamente os maiores receptores.

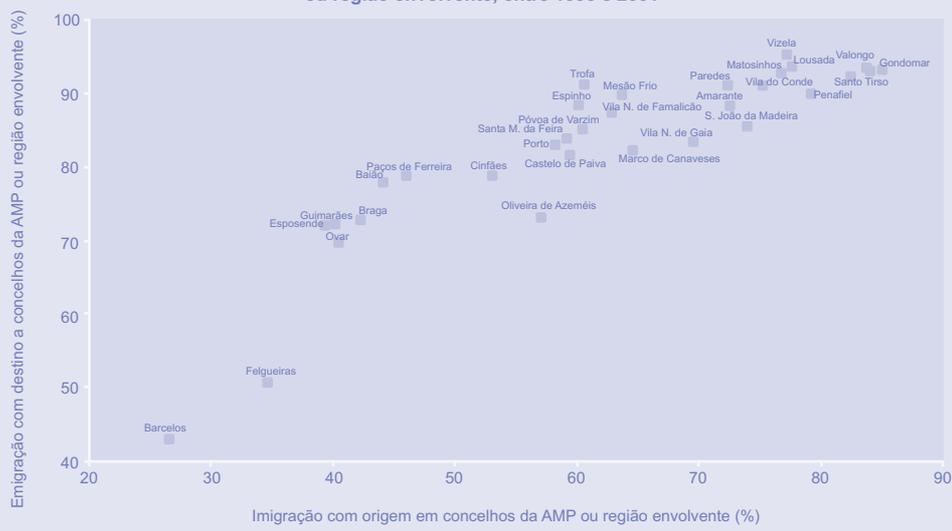
Fluxos migratórios internos com destino ou origem nos concelhos da Área Metropolitana do Porto e região envolvente, entre 1995 e 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001

Os fluxos residenciais no interior da Área Metropolitana do Porto assumem uma dimensão assinalável e processam-se essencialmente do Porto para a periferia ou entre os concelhos desta coroa envolvente do Porto. No concelho do Porto, destacam-se os fortes movimentos migratórios para Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos e Maia, por esta ordem, num total de 28 milhares de indivíduos. O fluxo migratório do Porto para Vila Nova de Gaia envolve mais de 8 milhares de indivíduos, sendo o de maior dimensão dentro do espaço metropolitano. São também de salientar, pela sua expressão, as migrações residenciais de Matosinhos para a Maia e, um pouco ao contrário do que sucede na generalidade dos concelhos com excepção de Vila Nova de Gaia, para o Porto. Nos restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto, sobressaem as saídas em direcção à Maia ou a Valongo. É também interessante notar que os concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde trocam entre si os maiores fluxos migratórios.

Fluxos migratórios internos com destino ou origem nos concelhos da Área Metropolitana do Porto ou região envolvente, entre 1995 e 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001



Capítulo 3

HABITAÇÃO



A Área Metropolitana do Porto apresentava, em 2001, um parque habitacional envelhecido, muito concentrado nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia e caracterizado por elevadas densidades, quer de edifícios, quer de alojamentos.

Em 2001, foram recenseados na Área Metropolitana do Porto cerca de 540 mil alojamentos, 46,1% dos quais concentrados nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia. Se se considerar a Área Metropolitana do Porto e a região envolvente, aquele número mais do que duplica, continuando, no entanto, a ser inferior ao apurado para a Área Metropolitana de Lisboa (mais de 1,3 milhões de alojamentos). Sublinhe-se que o ritmo de crescimento do parque de alojamentos foi superior na década de 90, face ao ocorrido na década anterior, quer na Área Metropolitana do Porto, quer no espaço alargado à região envolvente. Na Área Metropolitana de Lisboa e no conjunto do país sucedeu o contrário. Refira-se, ainda, o crescimento de 61,2% ocorrido no número de alojamentos recenseados na Maia, entre

1991 e 2001, enquanto que, entre 1981 e 1991, a evolução mais expressiva, de entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, tinha ocorrido na Póvoa de Varzim (+50,8%).

O número de edifícios recenseados na Área Metropolitana do Porto e na Área Metropolitana de Lisboa, em 2001, ascendeu a 265 e 403 mil, respectivamente. Quando considerado o espaço correspondente à Área Metropolitana do Porto e à região envolvente, o parque de edifícios ultrapassava claramente o registado para a Área Metropolitana de Lisboa. À semelhança do observado ao nível nacional, o ritmo de crescimento que havia sido observado nos anos 80 excedeu o registado na década de 90. Em ambos os períodos, a variação correspondente à Área Metropolitana do

Porto superou, quer a nacional, quer a exibida pela Área Metropolitana de Lisboa. Do mesmo modo, a evolução do número de edifícios registada no espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente excedeu a verificada na Área Metropolitana do Porto (19,5% contra 16,8%, entre 1981 e 1991, e 14,5% contra 11,3%, entre 1991 e 2001).

A Área Metropolitana do Porto apresentava, em 2001, densidades de alojamentos (665 alojamentos por Km²) e de edifícios (326 alojamentos por Km²) superiores às registadas, quer no espaço alargado à região envolvente, quer na Área Metropolitana de Lisboa. Era ainda notório que qualquer um daqueles três espaços apresentava densidades claramente superiores às médias

Famílias clássicas, alojamentos e edifícios

	Famílias clássicas			Alojamentos			Edifícios		
	2001	crescimento (1981-1991)	crescimento (1991-2001)	2001	crescimento (1981-1991)	crescimento (1991-2001)	2001	crescimento (1981-1991)	crescimento (1991-2001)
	Nº	%		Nº	%		Nº	%	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	901 111	17,9	25,1	1 115 514	29,9	30,4	671 343	19,5	14,5
Área Metropolitana do Porto (AMP)	436 346	15,1	23,4	540 337	28,6	30,4	264 744	16,8	11,3
Espinho	11 584	32,4	4,9	14 571	41,1	9,8	8 027	18,6	-0,2
Gondomar	54 567	20,5	28,6	65 335	30,0	40,5	35 204	19,2	17,4
Maia	40 569	25,4	51,9	48 744	33,1	61,2	24 500	17,2	24,5
Matosinhos	57 771	19,4	24,1	67 766	35,6	28,5	33 703	36,1	4,9
Porto	100 696	1,8	1,4	125 267	14,2	10,0	46 681	9,6	-3,4
Póvoa de Varzim	20 164	10,6	34,9	30 524	50,8	31,0	15 219	20,5	15,5
Valongo	28 070	30,2	31,3	33 455	31,6	43,4	17 246	25,2	16,4
Vila do Conde	23 829	6,4	42,2	31 113	31,4	36,4	20 422	13,5	20,8
Vila Nova de Gaia	99 096	23,7	33,0	123 562	35,6	40,1	63 742	10,6	16,1
Região envolvente da AMP	464 765	20,7	26,7	575 177	31,1	30,4	406 599	21,3	16,8
envolvente Norte	224 865	22,7	28,5	278 946	35,2	33,5	181 897	23,6	17,1
envolvente Este	148 116	15,6	23,0	183 830	23,9	25,5	144 356	17,2	17,3
envolvente Sul	91 784	25,1	28,4	112 401	34,6	31,2	80 346	24,0	15,0
Área Metropolitana de Lisboa	1 013 102	6,3	16,6	1 303 660	22,3	20,1	402 598	16,0	9,8
Portugal	3 650 757	7,6	16,0	5 046 744	21,7	20,7	3 160 043	14,4	10,2

Fonte:

INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001.

nacionais. De entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o Porto destacava-se nos dois indicadores (3 124 alojamentos por Km² e 1 164 edifícios por Km²).

Os espaços metropolitanos analisados (Área Metropolitana do Porto, Área Metropolitana do Porto e região envolvente e Área Metropolitana de Lisboa) apresentavam, em 2001, um número médio de famílias por alojamento superior ao registado para o conjunto do país. Por outro lado, o número de alojamentos por edifício superava a média nacional (1,6 alojamentos por edifício), quer na Área Metropolitana do Porto (2,0), quer na Área Metropolitana de Lisboa (3,2). De entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o Por-

to destacava-se por exibir o rácio mais elevado (2,7) e Vila do Conde por apresentar o mais reduzido (1,5).

O parque habitacional da Área Metropolitana do Porto estava, à luz dos dados de 2001, mais envelhecido que o da Área Metropolitana de Lisboa e que o nacional. Por cada 100 edifícios construídos após 1991, existiam 139,2 edifícios construídos até 1945, na Área Metropolitana do Porto, 85,2, na Área Metropolitana de Lisboa e 98,7, em Portugal. As conclusões invertem-se se se considerar o espaço alargado da Área Metropolitana do Porto que exibia, em 2001, um índice de envelhecimento dos edifícios de 84,6.

Em 2001, a proporção de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário alcançava, na Área Metropolitana do Porto, 65,8%. O máximo concelho correspondia a Vila do Conde (77,3%) e o mínimo concelho ao Porto (50,0%). A proporção observada na Área Metropolitana do Porto era inferior à registada na Área Metropolitana de Lisboa (68,0%). Contudo, considerando a Área Metropolitana do Porto e região envolvente, a proporção de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário (69,2%) passava a ser superior à correspondente à Área Metropolitana de Lisboa. Qualquer uma das três delimitações metropolitanas referidas exibiu uma proporção inferior à média nacional (75,7%).

Indicadores do parque habitacional em 2001

	Famílias clássicas por alojamento	Densidade de alojamentos (alojamentos/Km ²)	Densidade de edifícios (edifícios/Km ²)	Índice de envelhecimento dos edifícios	Alojamentos por edifício	Proporção de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,81	254,0	152,9	84,6	1,7	69,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	0,81	664,9	325,8	139,2	2,0	65,8
Espinho	0,80	690,6	380,4	102,5	1,8	66,3
Gondomar	0,84	500,7	269,8	94,3	1,9	69,3
Maia	0,83	584,5	293,8	79,9	2,0	72,9
Matosinhos	0,85	1 093,0	543,6	164,6	2,0	65,7
Porto	0,80	3 123,9	1 164,1	709,6	2,7	50,0
Póvoa de Varzim	0,66	372,2	185,6	58,5	2,0	74,9
Valongo	0,84	441,9	227,8	62,4	1,9	72,7
Vila do Conde	0,77	208,7	137,0	64,5	1,5	77,3
Vila Nova de Gaia	0,80	732,4	377,8	105,3	1,9	70,2
Região envolvente da AMP	0,81	160,7	113,6	61,3	1,4	72,4
envolvente Norte	0,81	209,4	136,5	52,7	1,5	70,6
envolvente Este	0,81	107,3	84,3	69,8	1,3	70,8
envolvente Sul	0,82	210,6	150,6	65,2	1,4	79,7
Área Metropolitana de Lisboa	0,78	405,7	125,3	85,2	3,2	68,0
Portugal	0,72	54,8	34,3	98,7	1,6	75,7

Fonte:

INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001.

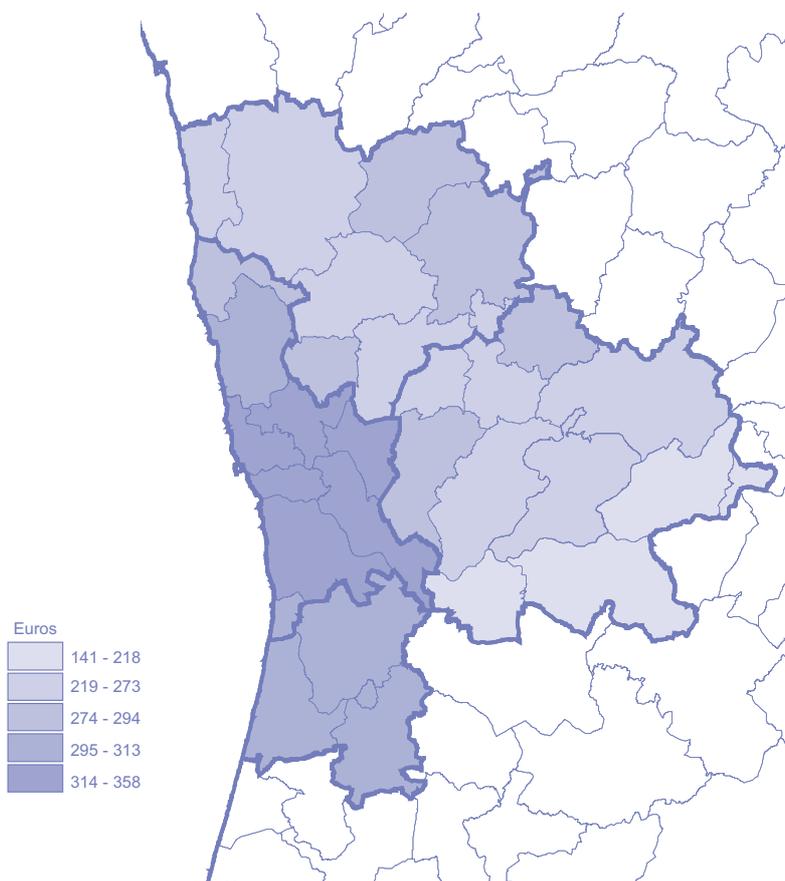


Os preços médios de avaliação bancária da habitação na Área Metropolitana do Porto são notoriamente inferiores aos registados na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2001, era na Póvoa de Varzim que os encargos mensais com alojamentos ocupados pelo proprietário eram mais reduzidos e onde as rendas eram mais elevadas.

Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, os encargos mensais com alojamentos ocupados pelo proprietário eram, em 2001, mais elevados na Maia (358 euros) e mais reduzidos na Póvoa de Varzim (284 euros). Este concelho exibia a média das rendas dos alojamentos arrendados mais elevada (169 euros) por oposição a Gondomar que apresentava o valor mais baixo (93 euros), logo seguido do Porto (94 euros). Com exceção da zona Sul envolvente à Área Metropolitana do Porto e dos concelhos da Trofa, Paredes e Braga, a zona envolvente da Área Metropolitana do Porto registava encargos mensais com alojamentos ocupados pelo proprietário inferiores aos observados na Área Metropolitana do Porto. Considerando a delimitação correspondente à Área Metropolitana do Porto e região envolvente, os concelhos de Castelo de Paiva, Baião e Mesão Frio eram os únicos a registar uma média das rendas dos alojamentos arrendados inferior à observada em Gondomar. Por seu turno, Esposende era o concelho do espaço alargado da Área Metropolitana do Porto com o maior valor médio mensal (194 euros).

No biénio 2001-2002, os preços médios de avaliação bancária da habitação na Área Metropolitana do Porto eram notoriamente inferiores aos registados na Área Metropolitana de Lisboa (1 106 contra 1 318 euros por m²). Em ambos os espaços metropolitanos, aqueles

Média dos encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário, em 2001



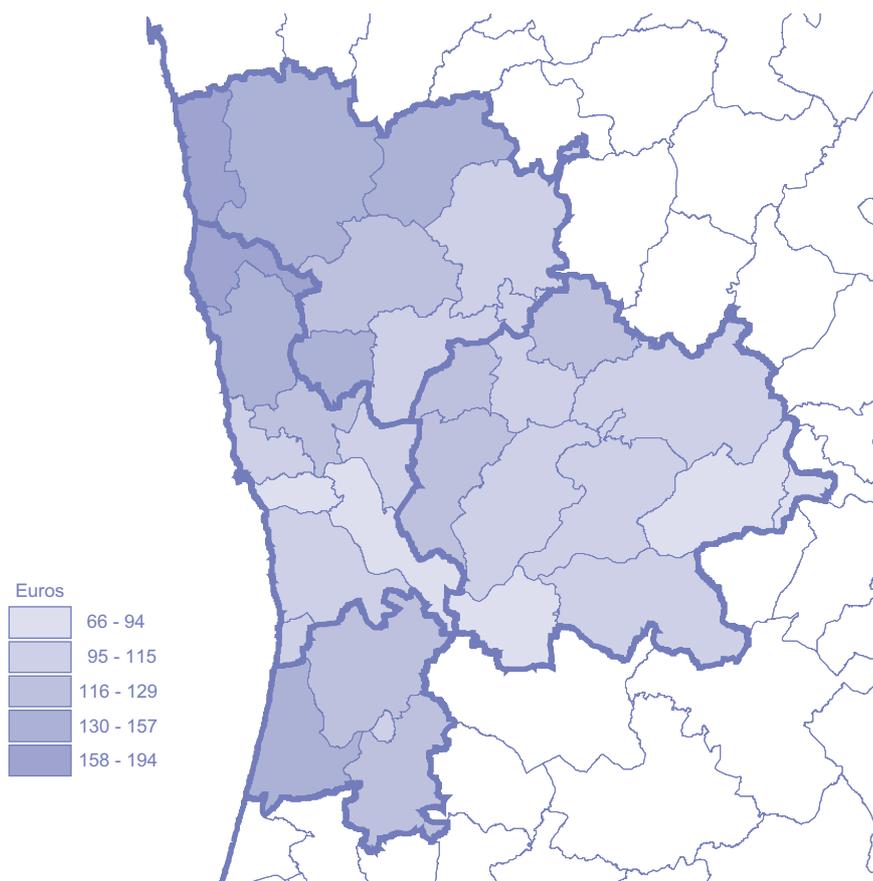
Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Preços médios de avaliação bancária da habitação (total, apartamentos e moradias) em 2001-2002 (euros/m²)



Fonte: INE, Sistema de Indicadores de Preços na Construção e Habitação.

Média das rendas dos alojamentos arrendados, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

preços médios superavam o valor do Continente português (1 049 euros por m²). Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, ao Porto correspondia o preço médio mais elevado e à Póvoa de Varzim o mais reduzido (1 314 contra 973 euros por m²). No Continente e na Área Metropolitana do Porto, os preços médios dos Apartamentos superavam os das Moradias enquanto na Área Metropolitana de Lisboa se observava o contrário.

A decorative graphic consisting of several overlapping squares in various shades of blue, ranging from light to dark. The squares are arranged in a cluster, with some overlapping others, creating a layered effect. The text is overlaid on this graphic.

Capítulo 4

ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

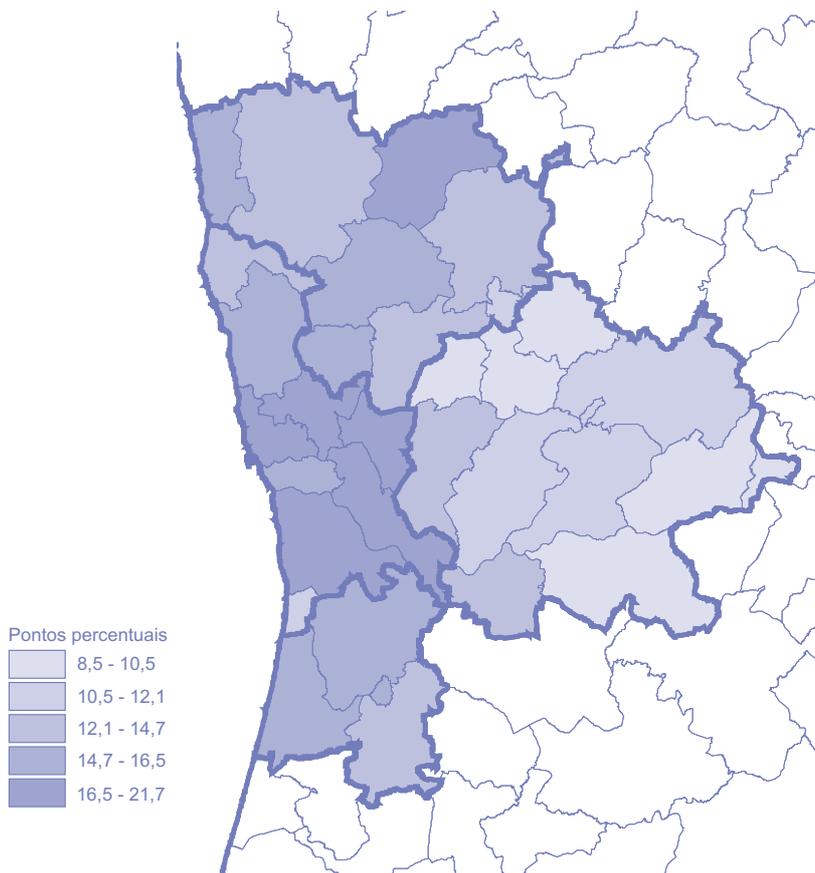


A Área Metropolitana do Porto apresenta níveis de qualificação académica superiores aos nacionais mas inferiores aos da Área Metropolitana de Lisboa; quando se considera o espaço alargado à região envolvente, os indicadores de escolarização tornam-se, em geral, mais desfavoráveis. A evolução ocorrida entre 1991 e 2001 aponta para uma melhoria da qualificação académica da população.

Em 2001, mais de um quinto (21,8%) da população residente na Área Metropolitana do Porto não possuía qualquer qualificação académica. Trata-se de uma proporção inferior à observada para o conjunto do país (26,4%) e próxima da registada na Área Metropolitana de Lisboa (21,0%). Note-se, ainda, que, nos concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, aquela proporção atingia um quarto da população. Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o Porto registava a menor proporção de população residente sem qualquer nível de instrução: 18,5%.

Por outro lado, cerca de 8% da população residente na Área Metropolitana do Porto, em 2001, possuía como qualificação académica o ensino superior. Trata-se de uma proporção superior à observada em Portugal (6,5%) e inferior à

Variação da proporção da população com 15 ou mais anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, entre 1991 e 2001



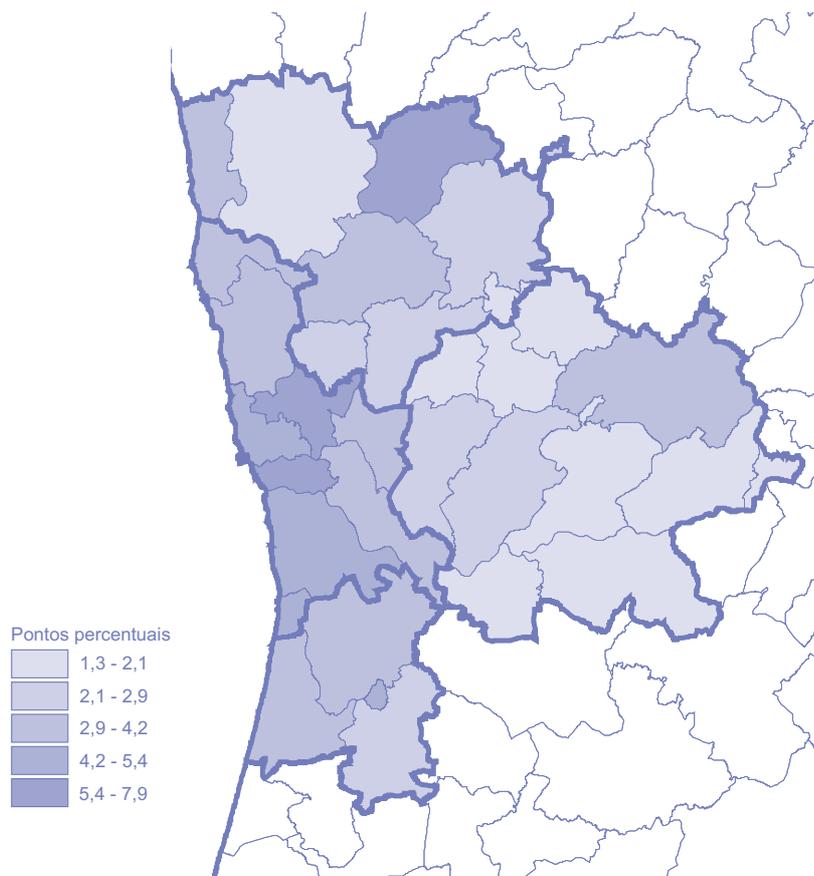
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Nível de qualificação académica da população residente

	2001							Crescimento (1991-2001)						
	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo					1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo			
Nº de indivíduos							%							
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	686 303	827 109	455 800	354 704	274 995	15 329	158 321	-12,4	-8,0	9,7	104,7	102,3	-36,2	150,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	275 248	356 350	169 926	185 445	160 979	10 129	102 603	-10,8	-12,5	-7,2	80,1	78,6	-23,7	124,2
Espinho	8 215	9 812	4 826	4 477	3 706	304	2 361	-17,3	-16,0	-13,8	48,5	46,2	-37,7	102,3
Gondomar	37 026	49 212	23 579	25 188	19 657	826	8 608	-11,2	-4,3	0,2	107,9	131,8	-36,6	186,6
Maia	26 394	32 633	15 369	18 230	16 576	904	10 005	1,5	-4,7	8,5	133,1	165,3	-1,4	265,4
Matosinhos	35 720	47 488	20 872	25 806	22 521	1 224	13 395	-10,7	-11,6	-12,2	87,2	97,7	-17,8	145,5
Porto	48 714	66 696	27 368	38 556	40 632	3 830	37 335	-25,3	-30,6	-35,5	21,1	15,0	-21,5	68,5
Póvoa de Varzim	15 924	18 361	12 134	7 530	5 828	372	3 321	-9,0	-1,8	21,9	126,3	113,9	-36,3	171,1
Valongo	19 378	25 927	13 157	12 954	9 934	413	4 242	-5,5	-5,9	2,4	109,0	136,3	-35,0	209,4
Vila do Conde	18 692	23 444	13 711	8 704	6 150	304	3 386	-5,9	-2,2	12,9	144,8	144,5	-31,8	210,6
Vila Nova de Gaia	65 185	82 777	38 910	44 000	35 975	1 952	19 950	-4,1	-8,1	0,6	106,5	115,5	-23,0	163,9
Região envolvente da AMP	411 055	470 759	285 874	169 259	114 016	5 200	55 718	-13,5	-4,2	22,9	140,7	149,0	-51,7	218,9
envolvente Norte	188 601	220 290	137 428	91 173	65 233	3 417	33 186	-12,2	-5,6	17,7	130,1	142,2	-45,2	204,7
envolvente Este	150 302	163 917	95 925	42 890	24 738	839	10 957	-15,6	-2,5	37,8	172,7	181,4	-68,8	275,5
envolvente Sul	72 152	86 552	52 521	35 196	24 045	944	11 575	-12,3	-3,6	13,8	135,3	138,7	-48,8	216,0
Área Metropolitana de Lisboa	562 471	637 886	288 328	462 314	423 606	28 576	279 506	-5,6	-18,6	-24,5	49,7	58,1	-5,4	113,5
Portugal	2 732 254	2 882 955	1 430 146	1 426 255	1 143 448	66 965	674 094	-19,7	-10,5	-1,5	77,0	86,4	-31,9	146,7

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.

Variação da proporção da população com 21 ou mais anos com ensino superior concluído, entre 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1991 e 2001.

observada na Área Metropolitana de Lisboa (10,4%).

Se se tomar por indicador a proporção da população com pelo menos o ensino obrigatório (3º ciclo do ensino básico) completo, verifica-se que a Área Metropolitana de Lisboa se distancia claramente da Área Metropolitana do Porto com uma proporção de 44,5% contra 36,4% (em Portugal, era inferior a um terço). Os concelhos do Porto e de Vila do Conde destacam-se, novamente, por apresentarem a maior e a menor proporção, respectivamente, da Área Metropolitana do Porto: 46% e 25% da população com o ensino obrigatório completo.

Importa, também, sublinhar que, quando se considera a Área Metropolitana do Porto e a região envolvente, os indicadores de escolarização tornam-se, em geral, mais desfavoráveis.

A evolução ocorrida entre 1991 e 2001 aponta, na generalidade dos espaços geográficos considerados, para uma

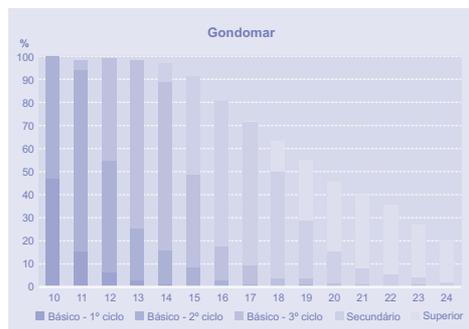
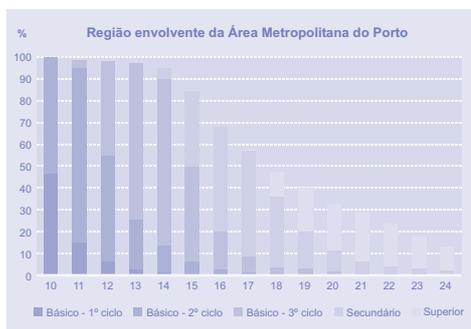
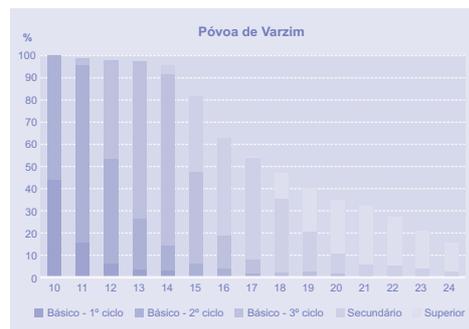
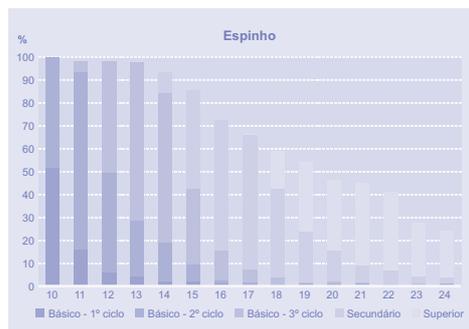
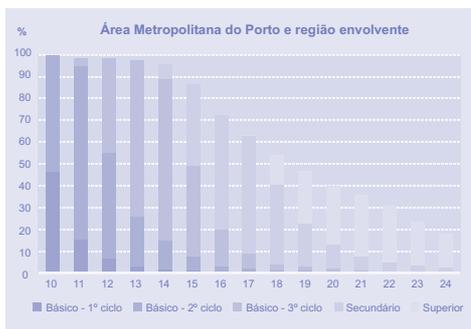
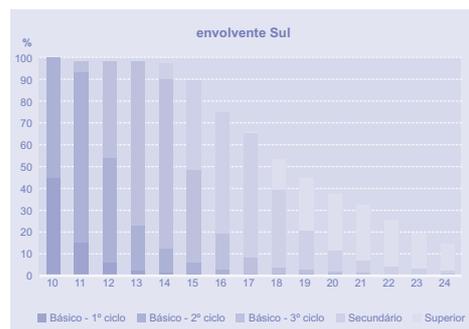
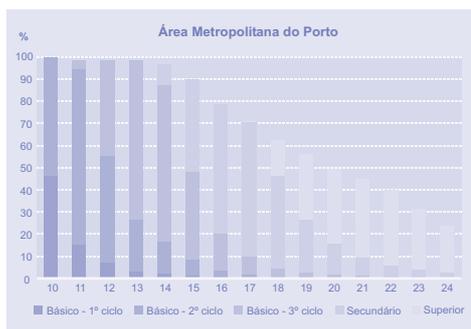
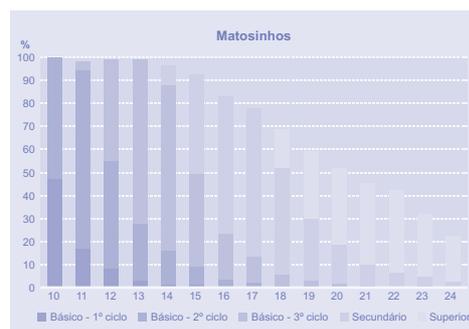
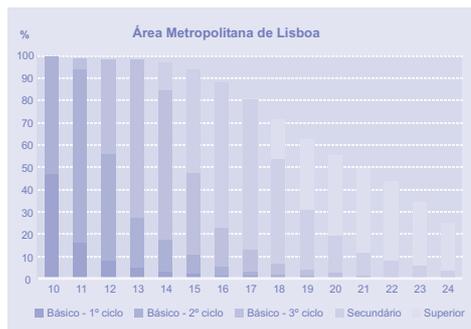
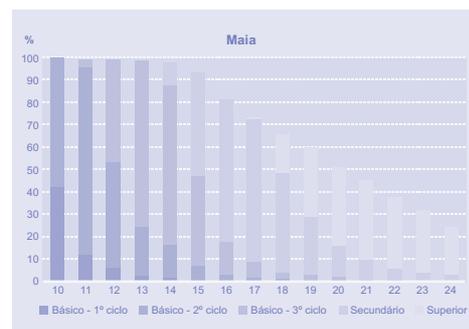
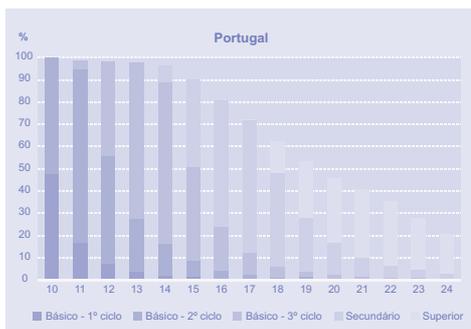
Estabelecimentos de ensino, alunos matriculados e docentes no ano lectivo 2001/2002

	Estabelecimentos de ensino						Alunos matriculados						Docentes			
	Básico			Secundário	Escolas profissionais	Superior	Básico			Secundário	Escolas profissionais	Superior	Básico		Básico - 3º ciclo e Secundário	Escolas profissionais
	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo				1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo				1º ciclo	2º ciclo		
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 732	307	330	137	55	69	150 346	78 734	113 633	88 671	7 538	97 563	10 209	9 538	21 579	1 719
Área Metropolitana do Porto (AMP)	519	117	155	71	28	54	61 621	33 065	48 355	42 746	4 021	74 198	4 189	4 494	10 655	875
Espinho	18	2	5	3	2	-	1 859	987	1 476	1 846	288	-	122	123	378	85
Gondomar	74	11	16	5	1	-	7 237	3 594	5 189	3 139	38	-	480	425	963	16
Maia	44	7	9	3	1	1	4 906	2 708	3 887	2 700	35	3 549	329	367	745	10
Matosinhos	55	13	18	6	2	2	7 378	4 178	6 005	4 247	293	1 458	535	620	1 432	58
Porto	106	40	55	34	18	47	14 738	7 590	11 695	16 804	2 437	65 020	1 035	1 212	3 416	525
Póvoa de Varzim	30	5	7	2	-	-	3 729	1 906	2 710	2 112	-	-	265	237	589	-
Valongo	32	9	9	2	1	-	4 523	2 713	3 677	2 666	91	-	299	365	591	22
Vila do Conde	47	9	6	1	1	-	3 949	2 040	3 092	1 625	227	-	278	253	498	35
Vila Nova de Gaia	113	21	30	15	2	4	13 302	7 349	10 624	7 607	612	4 171	846	892	2 043	124
Região envolvente da AMP	1 213	190	175	66	27	15	88 725	45 669	65 278	45 925	3 517	23 365	6 020	5 044	10 924	844
envolvente Norte	506	90	85	34	18	9	42 156	22 051	33 026	25 122	2 389	20 452	2 847	2 493	5 781	574
envolvente Este	510	72	53	18	7	4	31 422	15 756	20 696	11 699	793	2 202	2 192	1 636	3 024	209
envolvente Sul	197	28	37	14	2	2	15 147	7 862	11 556	9 104	335	711	981	915	2 119	61
Área Metropolitana de Lisboa	1 084	270	342	178	39	108	125 620	64 692	94 076	100 478	6 994	152 750	8 439	9 001	23 077	1 499
Portugal	8 943	1 363	1 351	633	222	308	471 338	249 871	376 792	342 535	31 849	389 957	36 198	33 380	82 643	6 943

Fonte: Ministério da Educação.

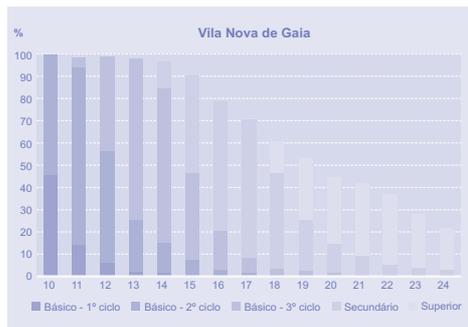
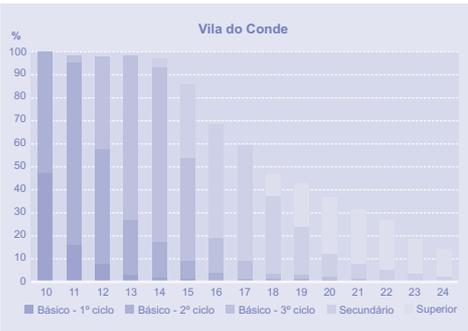


Taxas de participação por idade e nível de ensino, em 2001



(continua)

(continuação)



Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

melhoria da qualificação académica da população. É, também, notória a perda de expressão dos indivíduos com qualificação correspondente ao ensino médio.

Com efeito, a proporção da população com 15 ou mais anos com ensino básico concluído face à população residente daquele grupo etário registou aumentos iguais ou superiores a 12 pontos percentuais em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto, com a Maia a exibir a variação mais expressiva (22 pontos percentuais) e Espinho a menos expressiva (12 pontos percentuais). Nos concelhos da zona envolvente à Área Metropolitana do Porto, observaram-se variações entre 8,5 (Baião) e 18 (Braga) pontos percentuais.

Por outro lado, a proporção da população com 21 ou mais anos com ensino superior concluído face à população daquele grupo etário registou aumentos

superiores a 3,5 pontos percentuais em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto, com o Porto a exibir a variação mais expressiva (7,9 pontos percentuais) e Vila do Conde a menos expressiva (3,7 pontos percentuais). Nos concelhos da zona envolvente à Área Metropolitana do Porto, observaram-se variações entre 1,3 (Baião) e 6,8 (Braga) pontos percentuais. Registe-se, em particular, que, na Área Metropolitana do Porto, a população com qualificação correspondente ao ensino superior mais que duplicou, naquela década.

Na Área Metropolitana do Porto, os dados do recenseamento de 2001 apontam para taxas de participação no sistema de ensino inferiores às observadas para a Área Metropolitana de Lisboa mas superiores às registadas para o país. Constituíam uma excepção, a taxa de participação do ensino básico, definida pela razão entre o número de alunos residentes a frequentar o ensino básico e o número de indivíduos residentes com idade compreendida entre os 6 e os 14 anos, que, na Área Metropolitana do Porto se ficava pelos 109,4% e, no conjunto do país, alcançava 112,1%. A consideração do espaço alargado da Área Metropolitana do Porto, em detrimento dos contornos oficiais da Área Metropolitana do Porto, conduz em geral à redução das taxas de participação. Num outro extremo, a taxa de participação no ensino superior dos indivíduos com idade entre os 18 e os 24 anos era de 42,4% enquanto que, considerando apenas o espaço alargado à região envolvente, aquela taxa de participação caía para 23,4%. Em Portugal,

o mesmo indicador ficava-se pelos 36,1% enquanto na Área Metropolitana de Lisboa atingia 46,6%. De entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o Porto exibia a taxa mais elevada (62,0%) e Vila do Conde apresentava a mais reduzida (25,1%).



O Porto apresenta o maior número de estudantes por indivíduo activo residente, entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, e é o único onde o número de alunos matriculados supera o número de estudantes residentes.

Importa notar que o número de estudantes por indivíduo activo residente era, em 2001, superior na Área Metropolitana do Porto face ao observado na Área Metropolitana de Lisboa, quer se considere a população estudante residente, quer a população estudante matriculada. De entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, cabiam ao Porto os rácios mais expressivos, enquanto em Vila do Conde se registava o menor número de estudantes residentes por indivíduo activo e, em Gondomar, o menor número de estudantes matriculados por indivíduos activo.

No ano lectivo 2001/2002, o número de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico por docente era, em Portugal, de 13, enquanto nas duas áreas

metropolitanas em análise esse número era ligeiramente superior. Vila Nova de Gaia e Matosinhos registavam, respectivamente, o maior e o menor números de entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto (15,7 e 13,8). Porém, o número de alunos matriculados no 2º ciclo do ensino básico por docente observado nas duas áreas metropolitanas era inferior à média nacional (7,4, na Área Metropolitana do Porto, 7,2, na Área Metropolitana de Lisboa e 7,5 em Portugal). Aquele número aumenta, se se considerar a Área Metropolitana do Porto alargada à região envolvente (8,3). Ao Porto correspondia o menor número de entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto (6,3). No conjunto do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, a Área Metropolitana do Por-

to contava, no ano lectivo 2001/2002, com 8,6 alunos por docente. Trata-se de um número superior e inferior, respectivamente, aos apurados para a Área Metropolitana de Lisboa e para Portugal (8,4 e 8,7). Neste caso, era Valongo que se destacava, de entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, com 10,7 alunos por docente.

Importa, por último, referir que o Porto é o único concelho da Área Metropolitana do Porto onde o número de alunos matriculados supera claramente o número de estudantes residentes. No conjunto, a Área Metropolitana exibe um rácio entre aqueles indicadores também superior a 1, semelhante ao observado para a Área Metropolitana de Lisboa.

Indicadores do sistema de ensino

	(População estudante residente / População activa) * 100	(População estudante matriculada / População activa) * 100	Alunos matriculados / Docente			Taxas de participação			
			Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo e Secundário	Total	Básico	Secundário	Superior
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	37,2	38,0	14,7	8,3	9,4	72,3	108,9	84,2	31,7
Área Metropolitana do Porto (AMP)	37,1	40,8	14,7	7,4	8,6	78,6	109,4	98,7	42,4
Espinho	37,0	38,6	15,2	8,0	8,8	76,0	108,8	96,4	38,6
Gondomar	36,7	22,7	15,1	8,5	8,6	50,5	46,5	101,0	35,7
Maia	35,6	27,1	14,9	7,4	8,8	66,4	74,2	104,9	44,4
Matosinhos	38,0	27,5	13,8	6,7	7,2	60,2	61,3	105,6	42,6
Porto	40,6	93,5	14,2	6,3	8,3	68,1	59,8	106,2	62,0
Póvoa de Varzim	36,8	32,3	14,1	8,0	8,2	127,7	251,4	73,3	26,9
Valongo	36,9	30,3	15,1	7,4	10,7	112,0	200,0	93,8	33,7
Vila do Conde	35,1	28,5	14,2	8,1	9,5	148,8	300,0	76,4	25,1
Vila Nova de Gaia	35,4	28,6	15,7	8,2	8,9	77,2	107,8	99,2	38,9
Região envolvente da AMP	37,2	35,6	14,7	9,1	10,2	67,7	108,5	73,7	23,4
envolvente Norte	37,6	37,5	14,8	8,8	10,1	70,6	109,3	80,8	28,0
envolvente Este	38,2	35,8	14,3	9,6	10,7	62,0	107,2	57,7	15,0
envolvente Sul	34,6	30,3	15,4	8,6	9,7	70,5	108,7	85,3	26,3
Área Metropolitana de Lisboa	35,9	38,9	14,9	7,2	8,4	82,9	111,9	119,6	46,6
Portugal	38,3	37,3	13,0	7,5	8,7	76,8	112,1	97,9	36,1

Fontes:

INE, Recenseamento da População, 2001.
Ministério da Educação.

Nota:

As taxas de participação correspondem à relação entre a população a frequentar um determinado nível de ensino e a população do grupo etário específico. Considerou-se, como grupo etário específico, para o ensino básico, o grupo dos 6 aos 14 anos de idade, para o ensino secundário, o grupo dos 15 aos 17 anos de idade, e para o ensino superior, o grupo dos 18 aos 24 anos de idade.

A decorative graphic consisting of several overlapping squares in various shades of blue, ranging from light to dark. The squares are arranged in a somewhat abstract, layered pattern.

Capítulo 5

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA



O nível de qualificação da mão-de-obra disponível na Área Metropolitana do Porto tem vindo a aumentar, em particular entre as mulheres, a um ritmo superior ao observado para a Área Metropolitana de Lisboa mas inferior ao registado no conjunto do país.

A evolução ocorrida entre 1991 e 2001 na estrutura da população activa, na generalidade dos espaços geográficos considerados, aponta para uma melhoria do nível de instrução dos indivíduos activos. Tal como se observa para o conjunto da população, é evidente a perda de expressão dos indivíduos activos com qualificação correspondente ao ensino médio.

Na Área Metropolitana do Porto, a população activa sem qualquer nível de instrução registou, naquela década, um decréscimo de cerca de 40,6%, bem mais acentuado que o ocorrido na Área Metropolitana de Lisboa (-15,5%) mas aquém do registado ao nível nacional (naquela década, a população activa sem qualquer nível de instrução diminuiu em mais de metade).

Por seu turno, a população activa com o ensino superior como nível de instrução mais do que duplicou na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001. Trata-se de um crescimento mais acentuado que o registado para a Área Metropolitana de Lisboa mas aquém do observado para o país. Ainda assim, em 2001, apenas 18,8% da população activa residente na Área Metropolitana do Porto possuía aquele nível de instrução enquanto, na Área Metropolitana de Lisboa, aquela proporção atingia 23,3% e, em Portugal, ficava-se pelos 15,7%.

De entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, importa sublinhar o aumento ocorrido na população activa com o ensino superior como nível de instrução residente na Maia, de 3,6 vezes mais indivíduos do que em 1991.

Ainda assim, o Porto contava com a maior proporção de activos com aquele nível de instrução (31,9%). A menor proporção correspondia a Vila do Conde, ficando-se por um décimo dos activos residentes. Sublinhe-se, também, que, em 2001, 1,2% dos activos residentes em Espinho não possuíam qualquer nível de instrução. Seguiu-se o Porto, com 1,1%, e Matosinhos, com 1,0%.

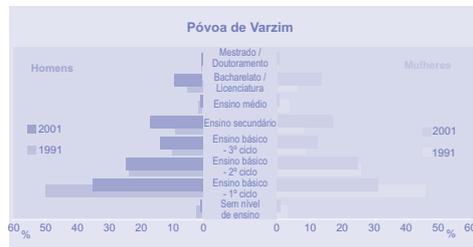
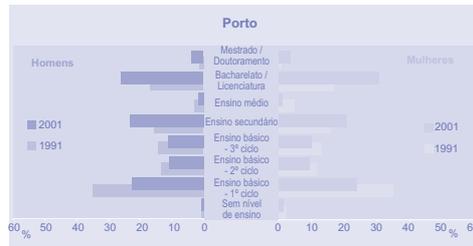
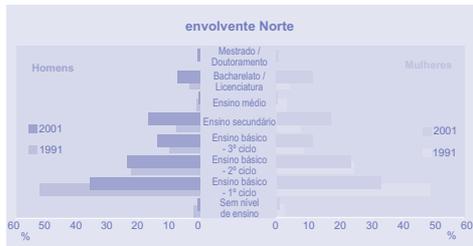
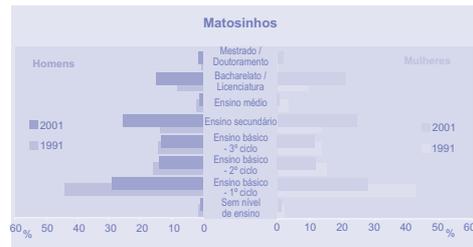
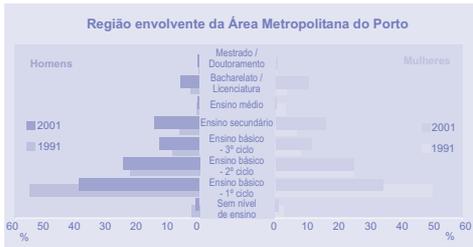
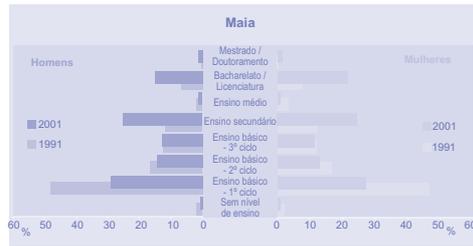
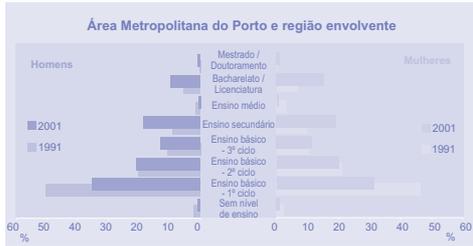
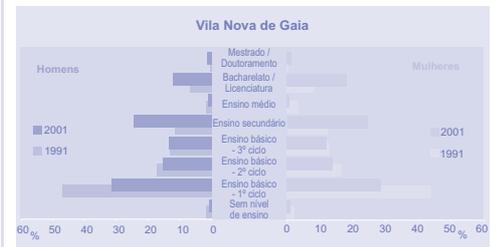
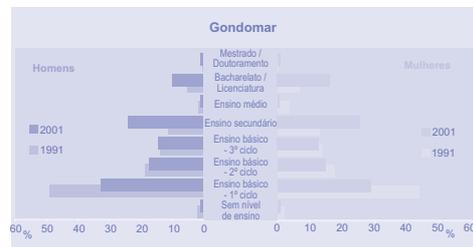
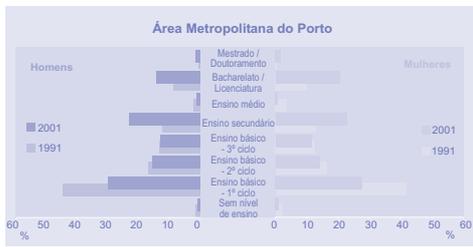
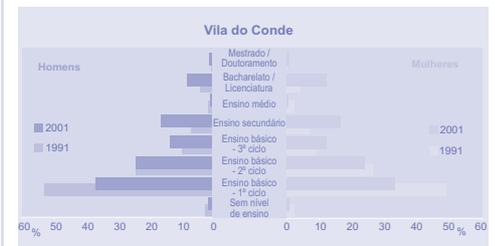
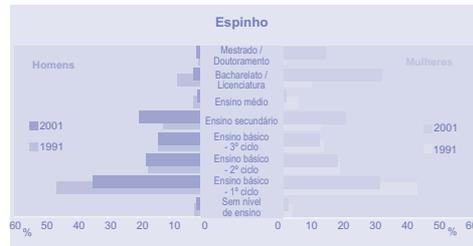
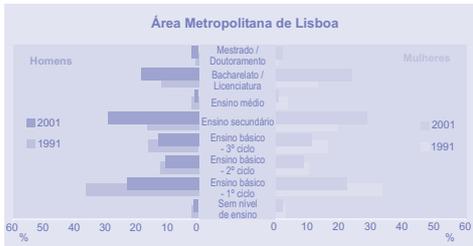
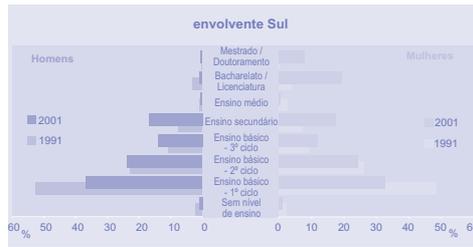
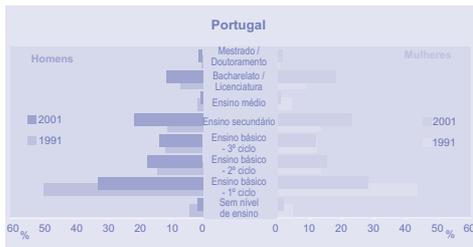
A análise da população activa, por sexo, revela que, na Área Metropolitana do Porto, em 2001, os indivíduos activos do sexo feminino apresentavam uma qualificação superior à dos indivíduos do sexo masculino. Com efeito, 57,2% dos activos femininos possuíam pelo menos o 3º ciclo do ensino básico enquanto, entre os homens, essa pro-

População activa por nível de instrução

	2001							Crescimento (1991-2001)						
	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo					1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo			
Nº de indivíduos							%							
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	14 310	472 531	288 518	174 755	265 643	9 206	187 427	-47,4	-19,8	16,6	36,0	133,9	-66,0	143,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	6 043	187 852	96 702	79 909	149 187	5 886	121 812	-40,6	-23,8	2,0	8,8	109,7	-62,3	117,3
Espinho	198	5 446	2 871	2 081	3 257	151	2 704	-46,6	-27,2	-0,1	-4,8	65,1	-72,1	90,8
Gondomar	683	26 112	13 562	11 487	20 818	571	11 275	-45,6	-18,7	9,1	22,6	157,3	-63,7	180,1
Maia	564	18 415	8 962	7 982	16 207	682	12 719	-36,8	-17,3	15,4	37,8	190,3	-42,1	260,3
Matosinhos	876	24 409	11 097	10 610	21 397	813	16 526	-34,9	-25,8	-5,6	0,3	108,6	-58,0	135,9
Porto	1 372	29 231	12 769	13 347	27 746	1 721	40 358	-34,6	-41,5	-28,4	-32,0	24,5	-68,3	56,6
Póvoa de Varzim	243	10 690	7 913	4 176	5 443	212	3 744	-61,1	-13,1	26,6	76,0	151,3	-64,2	158,7
Valongo	354	14 141	8 109	5 952	10 772	290	5 568	-37,3	-18,5	12,4	29,3	156,2	-63,6	189,1
Vila do Conde	356	13 459	9 184	4 884	6 254	193	3 996	-49,3	-17,6	15,5	68,2	193,9	-62,2	205,7
Vila Nova de Gaia	1 397	45 949	22 235	19 390	37 293	1 253	24 922	-39,7	-17,6	7,2	21,4	158,0	-59,1	158,8
Região envolvente da AMP	8 267	284 679	191 816	94 846	116 456	3 320	65 615	-51,4	-16,9	25,6	72,3	174,2	-71,1	212,5
envolvente Norte	3 498	134 262	92 524	49 477	66 128	2 145	39 000	-53,1	-18,8	20,8	59,6	164,7	-67,9	198,9
envolvente Este	3 330	98 973	63 886	25 991	25 034	499	12 674	-51,5	-13,6	38,7	126,8	204,5	-81,6	269,5
envolvente Sul	1 439	51 444	35 406	19 378	25 294	676	13 941	-46,4	-18,2	17,7	53,8	173,2	-67,8	208,4
Área Metropolitana de Lisboa	25 121	319 684	136 324	170 500	408 048	14 089	325 992	-15,5	-24,2	-2,1	-12,8	92,0	-61,1	101,6
Portugal	89 102	1 531 043	810 947	629 360	1 109 059	35 023	785 674	-50,2	-19,6	44,0	32,2	126,7	-67,6	136,9

Fonte:
INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.

População activa segundo o nível de instrução, por sexo, em 1991 e 2001



porção ficava-se pelos 53,3%, tendo este diferencial aumentado face ao registado em 1991. Também na Área Metropolitana de Lisboa, aquela proporção era, quer em 1991, quer em 2001, superior entre as mulheres mas o diferencial registou uma diminuição naquela década. Sublinhe-se, em particular, que na Área Metropolitana de Lisboa e em 2001, mais de dois terços dos indivíduos activos do sexo feminino possuíam pelo menos o 3º ciclo do ensino básico como nível de instrução.

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.



Capítulo 6

EMPREGO, DESEMPREGO E MOBILIDADE



A Área Metropolitana do Porto dispõe de uma mão-de-obra relativamente jovem, no contexto do país e da Área Metropolitana de Lisboa, embora verificando um envelhecimento nas últimas décadas bem como uma maior participação feminina.

A oferta de mão-de-obra na Área Metropolitana do Porto ascendia, em 2001, a cerca de 650 mil activos¹, o que se associa a uma taxa de actividade (da população em idade activa) de 61,4%. Considerada em conjunto com a região envolvente, esta região alargada concentrava 28,3% da mão-de-obra disponível no país, elevando-se para 62,2% a taxa de actividade. Este resultado é revelador da existência de uma distribuição territorial dos da população activa altamente assimétrica, uma vez que este território ocupa menos de 5% da área total do país. A taxa de actividade da Área Metropolitana do Porto, sendo ligeiramente inferior à do espaço envolvente, superava a média nacional e a da Área Metropolitana de Lisboa. Entre os concelhos que a compõem, importa destacar, pelas maiores taxas que exibem, a Maia (66,1%), Valongo e Vila Nova de Gaia e, no outro extremo, o Porto com a taxa mais baixa (55,4%).

Nos últimos 20 anos, a população activa da Área Metropolitana do Porto e do território envolvente aumentou, espelhando o que também sucedeu ao nível nacional e na Área Metropolitana de Lisboa. O concelho do Porto, no contexto da Área Metropolitana, foi o único a verificar um decréscimo na sua população residente activa.

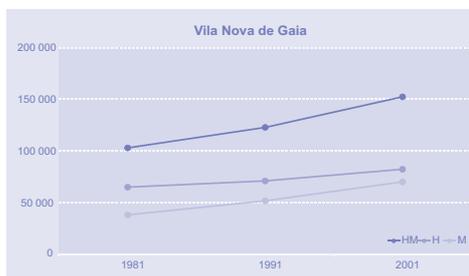
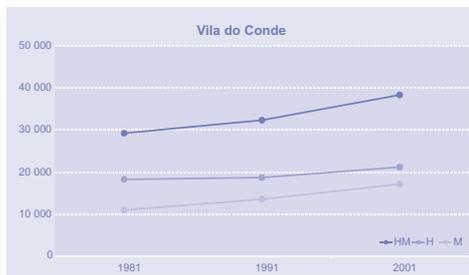
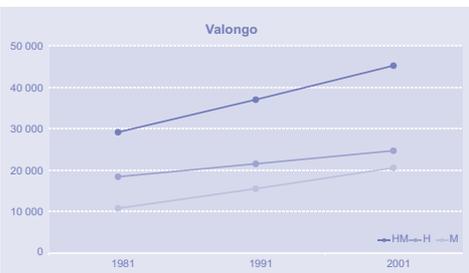
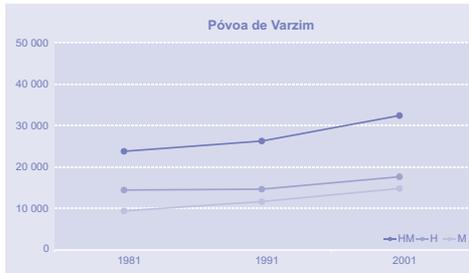
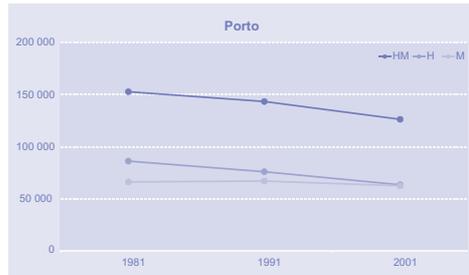
¹ Considerando que a população activa inclui a população empregada e a população desempregada em sentido lato.

Evolução da população activa



(continua)

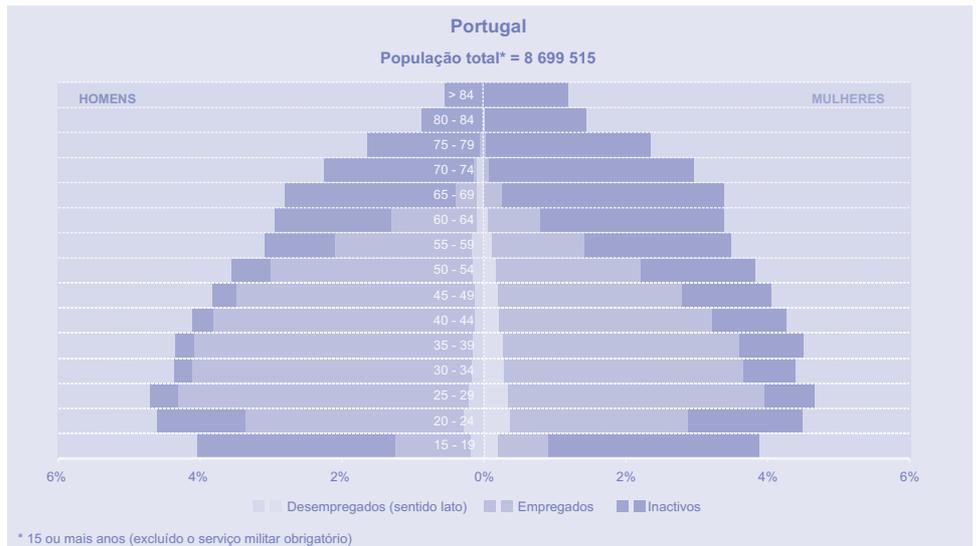
(continuação)



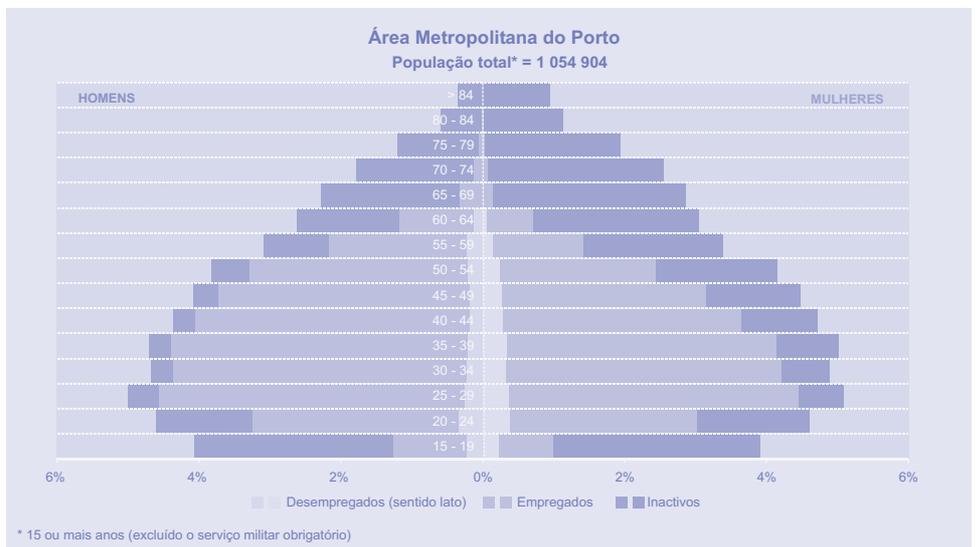
Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1981, 1991 e 2001.

Alguns traços que mais marcaram a evolução da população activa naquele vinténio foram o seu envelhecimento e alteração da composição por sexo. Entre 1981 e 2001, e em particular entre 1981 e 1991, a proporção de mulheres com actividade económica cresceu em todos os espaços

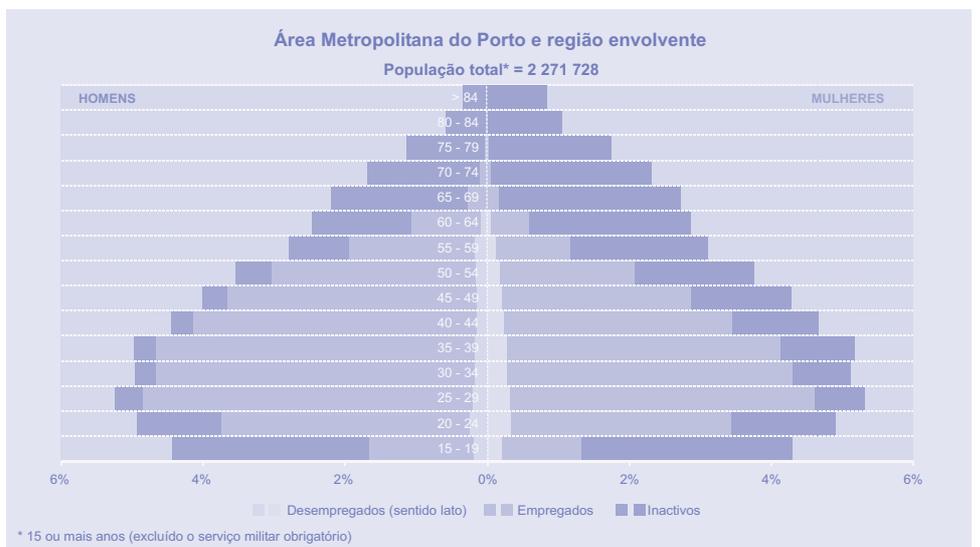
População segundo a situação na actividade económica em 2001



* 15 ou mais anos (excluído o serviço militar obrigatório)

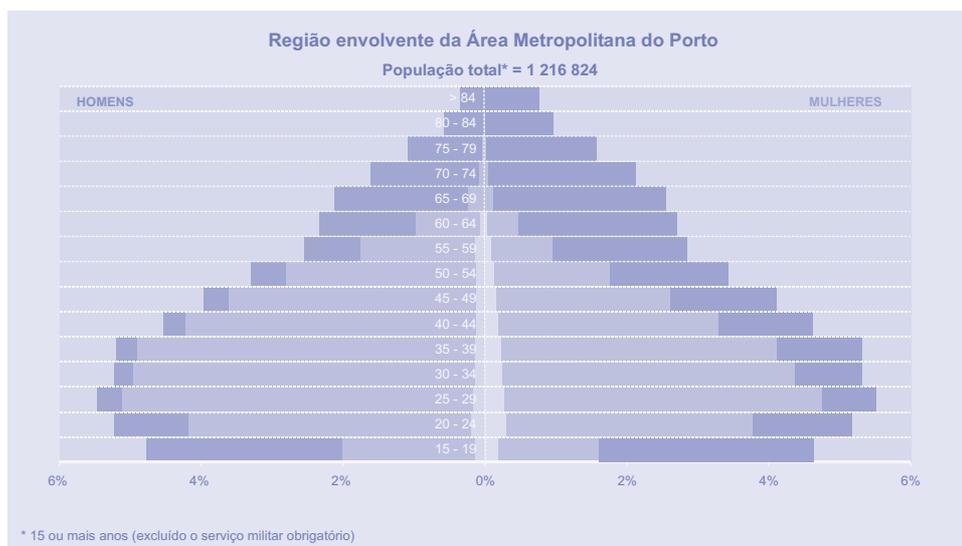


* 15 ou mais anos (excluído o serviço militar obrigatório)



* 15 ou mais anos (excluído o serviço militar obrigatório)

População segundo a situação na actividade económica em 2001



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001

considerados. Ainda assim, a participação feminina assumia, em 2001, uma dimensão inferior à dos homens. Na Área Metropolitana do Porto, 46,5% da população activa era do sexo feminino, traduzindo uma proporção superior à média nacional. No mesmo período, fruto da tendência observada em torno do prolongamento do período de estudos e consequente retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, por um lado, e da redução da fertilidade, por outro, a população activa tornou-se progressivamente mais envelhecida. Na

Área Metropolitana do Porto, cerca de 22% da população activa tinha idade inferior a 25 anos, em 1991, ao passo que em 2001 os mais jovens significavam apenas 14% do total. O envelhecimento da mão-de-obra foi particularmente visível na região envolvente, ainda que esta região continue a constituir um espaço relativamente mais jovem do que a Área Metropolitana do Porto.

O aumento da população empregada, entre 1991 e 2001, ocorreu sobretudo entre a população feminina e mais instruída.

A população empregada na Área Metropolitana do Porto, em 2001, era composta por 596 milhares indivíduos, o que determina uma taxa de emprego de 56,5%. Considerando também o espaço envolvente, o número de empregados mais que duplica e a taxa de emprego sobe para 58,1%. Nos dois casos, as taxas de emprego são inferiores às médias da Área Metropolitana de Lisboa e de Portugal. A distribuição regional da população empregada denota um forte desequilíbrio no seio da Área Metropolitana do Porto. Os concelhos de Vila Nova de Gaia e do Porto concentravam, em conjunto, 42,6% da população residente empregada da Área Metropolitana e as maiores taxas de emprego pertenciam aos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos, todas ainda abaixo dos 70% estabelecidos como meta nacional a atingir até 2010 pela Cimeira de Lisboa de 2000.

Indicadores de emprego

	População empregada em 2001							Crescimento da população empregada total (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução									
	Total	Taxa de emprego	Trabalhador por conta de outrem	Patrão	Agr., silv. e pesca	Indústria e construção	Serviços	Total	H	M	15-24	25-44	45-64	65+	Básico ou inferior	Secundário	Superior
	Milhares																
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 320 514	58,1	83,5	9,9	2,2	65,1	32,7	13,0	4,7	8,3	-8,5	12,2	9,0	0,3	-6,3	11,9	7,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 529	56,5	84,0	9,7	1,7	54,5	43,8	10,8	2,7	8,1	-6,5	8,1	8,9	0,3	-12,0	13,1	9,7
Espinho	15 536	59,6	82,9	10,0	0,7	59,7	39,6	-2,3	-4,6	2,3	-9,1	-1,9	8,4	0,3	-14,4	7,1	5,1
Gondomar	78 063	61,2	83,8	9,2	0,7	57,5	41,8	19,0	5,9	13,2	-6,8	14,3	11,2	0,3	-7,7	17,8	8,9
Maia	61 123	56,6	84,0	10,0	1,0	57,9	41,1	35,4	16,3	19,1	-5,1	25,5	14,3	0,6	-4,7	21,7	18,4
Matosinhos	78 877	60,5	85,4	8,9	1,1	51,9	47,0	11,4	2,7	8,7	-5,1	4,9	11,3	0,4	-14,2	14,4	11,2
Porto	113 593	56,7	84,7	9,8	0,4	40,6	59,0	-15,0	-10,8	-4,3	-6,8	-9,7	1,3	0,2	-25,3	2,9	7,4
Póvoa de Varzim	30 409	53,5	77,2	13,6	9,5	57,8	32,8	21,6	10,5	11,2	-7,4	18,2	10,5	0,3	2,4	12,0	7,2
Valongo	41 866	54,4	84,3	9,3	0,7	61,1	38,3	21,0	7,8	13,2	-7,3	16,2	11,8	0,3	-4,9	17,4	8,5
Vila do Conde	35 981	57,5	82,6	10,6	8,8	63,8	27,4	16,0	7,0	9,0	-9,1	14,0	10,7	0,5	-3,6	12,5	7,1
Vila Nova de Gaia	140 081	61,6	84,7	9,2	0,7	58,5	40,7	20,8	7,7	13,1	-6,0	15,4	11,0	0,4	-7,8	17,8	10,8
Região envolvente da AMP	724 985	56,2	83,1	10,1	2,6	73,8	23,6	14,9	6,5	8,5	-10,1	15,7	9,1	0,3	-1,4	11,0	5,4
envolvente Norte	365 611	49,7	83,4	10,4	2,3	72,8	24,9	14,9	6,8	8,2	-9,8	14,3	10,2	0,2	-3,4	12,1	6,3
envolvente Este	218 977	59,2	83,5	9,3	3,7	74,2	22,0	15,0	5,9	9,1	-10,8	18,8	6,8	0,2	3,2	8,3	3,5
envolvente Sul	140 397	59,3	82,0	10,6	1,6	75,6	22,8	14,9	6,6	8,3	-9,9	14,3	10,0	0,4	-3,6	12,3	6,2
Área Metropolitana de Lisboa	1 293 902	59,0	84,7	9,4	1,2	41,4	57,4	15,2	3,6	11,6	-0,5	7,4	7,3	1,0	-12,7	15,9	12,0
Portugal	4 650 947	58,5	81,6	10,3	5,0	51,6	43,4	12,6	2,9	9,7	-4,6	10,3	6,4	0,5	-9,3	13,3	8,7

Fonte:
INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.

Trabalhadores por conta de outrem, por sector de actividade e escalão de pessoal, em 2000

	Trabalhadores por conta de outrem												
	Total			Sector			Escalão de pessoal						
	HM	H	M	Primário	Secundário	Terciário	1 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 ou +
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	641 935	372 715	269 220	2 357	392 232	247 346	126 645	81 353	117 317	83 897	89 334	42 228	101 161
Área Metropolitana do Porto (AMP)	285 554	171 015	114 539	776	125 566	159 212	55 684	35 102	47 038	31 808	35 197	21 637	59 088
Espinho	5 855	3 257	2 598	2	2 672	3 181	1 414	801	887	787	423	394	1 149
Gondomar	17 628	11 471	6 157	20	10 973	6 635	5 888	2 870	3 560	2 036	1 695	556	1 023
Maia	32 659	20 326	12 333	46	17 101	15 512	4 821	4 206	5 576	3 872	5 296	3 920	4 968
Matosinhos	38 623	24 817	13 806	182	15 727	22 714	6 637	4 231	6 723	4 254	5 907	3 106	7 765
Porto	95 961	55 802	40 159	167	20 730	75 064	17 498	10 863	14 172	9 573	9 555	8 605	25 695
Póvoa de Varzim	11 153	5 692	5 461	66	6 543	4 544	2 483	1 700	2 351	1 226	1 437	288	1 668
Valongo	15 503	8 709	6 794	51	10 372	5 080	3 868	1 917	2 702	1 806	1 266	963	2 981
Vila do Conde	15 079	8 711	6 368	169	10 691	4 219	2 835	2 147	2 984	2 307	2 879	305	1 622
Vila Nova de Gaia	53 093	32 230	20 863	73	30 757	22 263	10 240	6 367	8 083	5 947	6 739	3 500	12 217
Região envolvente da AMP	356 381	201 700	154 681	1 581	266 666	88 134	70 961	46 251	70 279	52 089	54 137	20 591	42 073
envolvente Norte	192 692	103 555	89 137	752	141 535	50 405	36 809	23 673	34 940	26 662	30 223	14 624	25 761
envolvente Este	89 844	55 419	34 425	635	69 127	20 082	20 528	14 046	20 574	14 965	12 419	2 621	4 691
envolvente Sul	73 845	42 726	31 119	194	56 004	17 647	13 624	8 532	14 765	10 462	11 495	3 346	11 621
Área Metropolitana de Lisboa	633 360	367 505	265 855	4 175	174 163	455 022	122 933	67 747	85 921	63 053	76 996	56 978	159 732
Portugal	2 048 444	1 198 815	849 629	34 316	924 536	1 089 592	458 499	254 688	336 477	236 347	252 276	144 371	365 786

Fonte:
Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Quadros de Pessoal, 2000.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sector de actividade e escalão de pessoal, em 2000

	Ganho médio mensal												
	Total			Sector			Escalão de pessoal						
	HM	H	M	Primário	Secundário	Terciário	1 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 ou +
	Euros												
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	630	702	531	482	566	734	471	523	569	611	670	759	915
Área Metropolitana do Porto (AMP)	735	817	611	563	651	801	510	586	662	728	797	893	1 000
Espinho	580	648	495	989	532	621	457	521	612	572	541	579	769
Gondomar	567	613	483	369	540	613	461	504	570	579	692	714	1 039
Maia	729	809	596	440	682	780	552	650	705	723	767	858	852
Matosinhos	782	861	640	679	739	813	542	630	754	778	795	914	1 033
Porto	872	983	717	703	796	893	556	651	749	847	1 008	1 036	1 152
Póvoa de Varzim	539	611	465	520	479	626	441	473	488	576	491	699	814
Valongo	579	617	530	531	570	598	453	512	559	547	568	640	807
Vila do Conde	574	641	482	425	567	598	459	509	537	602	617	488	828
Vila Nova de Gaia	660	730	552	454	635	695	478	528	583	712	750	745	834
Região envolvente da AMP	547	605	471	443	526	612	440	475	506	540	587	619	794
envolvente Norte	557	621	482	453	535	621	444	483	518	556	581	610	782
envolvente Este	477	512	421	425	449	575	410	439	458	473	515	557	844
envolvente Sul	606	685	497	460	598	631	478	516	547	593	683	707	801
Área Metropolitana de Lisboa	955	1079	783	614	887	984	577	730	876	986	1 096	1 124	1 243
Portugal	729	818	605	512	646	807	497	585	655	720	801	895	1 080

Fonte:
Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Quadros de Pessoal, 2000.

O acréscimo da população residente empregada da Área Metropolitana do Porto, face a 1991, que ocorreu em todos os seus concelhos com excepção do Porto e de Espinho, deveu-se essencialmente ao forte aumento da população empregada feminina, menos jovem e com nível de instrução elevado o que, aliás, seguiu o padrão observado em Portugal e na Área Metropolitana de Lis-

boa. A proporção de mulheres empregadas era, em 2001, 45,8%, superando a média nacional e para o que contribuiu a especialização produtiva de alguns concelhos em torno da indústria têxtil. Na década anterior, o emprego feminino representava apenas 42,8% da população empregada. A proporção de empregados jovens passou, entre 1991 e 2001, de 20,3% para 13,1%

e a proporção de activos empregados com ensino superior como nível de instrução subiu de 12,8% para 20,3% (ao mesmo tempo, a proporção daqueles que tinham, no máximo, os nove anos de instrução que hoje correspondem ao ensino obrigatório desceu de 74,8% para 56,7%).



A população empregada da Área Metropolitana do Porto, em 2001, exercia a sua actividade maioritariamente em ramos da *Indústria e construção* (54,5%), aos quais se seguiam os *Serviços* (43,8%), sobretudo de natureza comercial (31,9%) e, com uma expressão diminuta, a *Agricultura, silvicultura e pesca* (1,7%). Esta repartição sectorial da mão-de-obra empregada deixa transparecer um espaço relativamente mais especializado na *Indústria* do que o que se observava em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa (que concentrava, no mesmo ano, a maior parte do seus residentes empregados nas actividades dos *Serviços*). A região envolvente da Área Metropolitana do Porto denotava uma especialização industrial ainda mais vincada, destacando-se a *Indústria têxtil* nas suas zonas mais a Norte e Este e o *Couro e calçado* na franja a Sul. Dentro do espaço da Área Metropolitana do Porto, os concelhos de Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, demarcam-se por uma concentração de emprego no sector secundário superior à média metropolitana, sobretudo na *Indústria têxtil*, em Vila do Conde, e na *Construção* nos outros dois concelhos. Num outro extremo, o concelho do Porto concentrava a maior parte da sua população empregada em ramos dos *Serviços*, sobretudo de natureza comercial (42,2%). A proporção de empregados que exerciam a sua profissão como trabalhadores por conta de outrem situava-se nos 84,0%, tanto na Área Metropolitana do Porto, como na região envolvente, em 2001. Esta proporção

era ligeiramente superior à observada globalmente para Portugal. A Póvoa de Varzim, todavia, conhecida a sua especialização produtiva, era o concelho da Área Metropolitana que apresentava o menor valor para este indicador (77,2%).

O padrão da especialização produtiva da Área Metropolitana do Porto e da sua região envolvente e o baixo nível de qualificação da população empregada (em termos médios), quando comparado com o da Área Metropolitana de Lisboa, entre outros factores, concorrem para explicar o facto de os ganhos médios mensais (que incluem a remuneração base, os subsídios regulares e as horas extraordinárias) dos trabalhadores por conta de outrem se situarem abaixo dos da média da Área Metropolitana de Lisboa (em 23% e 34%, respectivamente, na Área Metropolitana do Porto e na região envolvente, em 2000). Na Área Metropolitana do Porto, o ganho médio mensal de um trabalhador por conta de outrem cifrava-se em 735 euros, em 2000, posicionando-se 2% acima da média nacional e 17% acima da média da região envolvente. Em regra, o ganho médio no sector terciário excede o do secundário, ficando os concelhos/regiões com perfil industrial mais penalizados em termos remuneratórios. Por outro lado, observa-se ainda uma clivagem, em termos de remunerações, entre os dois sexos, situação que, no entanto, se tem esbatido nos últimos anos. As diferenças salariais entre sexos são mais intensas nos concelhos do

Porto, Matosinhos e Maia, da Área Metropolitana do Porto, na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal, entre os territórios analisados. Também parece haver uma relação positiva entre a dimensão da empresa (expressa em número de trabalhadores) e as remunerações auferidas. Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, assiste-se a uma desigualdade concelhia, destacando-se o Porto com os maiores ganhos médios mensais. Esta desigualdade é mais marcante entre os homens, nas actividades do sector primário e nas empresas de dimensão média/elevada.

A população desempregada da Área Metropolitana do Porto está muito concentrada geograficamente e exibiu um crescimento, entre 1991 e 2001, superior ao da Área Metropolitana de Lisboa e de Portugal.

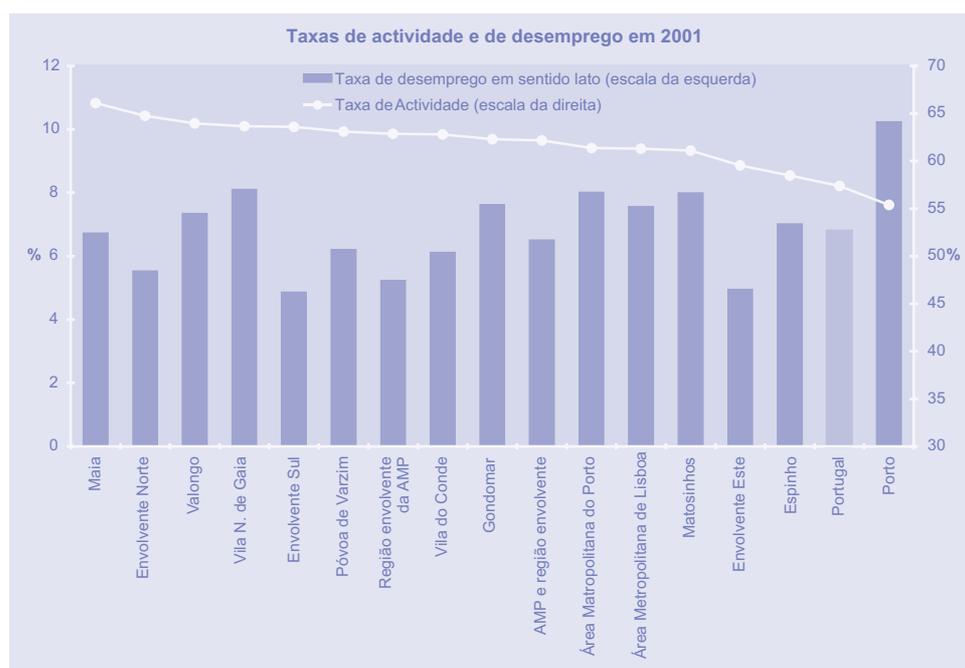
A década de 90 saldou-se por um crescimento notório da população desempregada (em sentido lato²), tanto na Área Metropolitana do Porto, como na região envolvente, acompanhando o que globalmente se verificou em Portugal. Aquele território alargado respondeu, aliás, por quase metade do acréscimo nacional no desemprego, entre 1991 e 2001, elevando a taxa de desemprego de 4,8% para 6,5%. Em 2001, a Área Metropolitana do Porto e a região envolvente concentravam já 27,1% (contra 21,9% em 1991) do total de indivíduos desempregados do país. O aumento do desemprego na Área Metropolitana do Porto excedeu o

² Inclui os desempregados, definidos de acordo com o conceito sugerido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os indivíduos considerados desencorajados (que não têm um emprego, remunerado ou não, e pretendem ter, mas que não o buscam activamente).

Indicadores de desemprego (sentido lato)

	População desempregada em 2001	Taxas de desemprego em 2001				Crescimento da população desempregada total (1991-2001) e decomposição por sexo e grupo etário e nível de instrução									
		Total	H	M	Jovens (15-24)	1991-2001	H	M	15-24	25-44	45-64	65+	Básico ou inferior	Secundário	Superior
		Milhares	%				%								
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	91 876	6,5	5,3	8,0	9,8	56,8	24,2	32,6	2,3	26,3	28,9	-0,6	24,8	21,5	10,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	51 862	8,0	6,8	9,4	13,9	51,4	25,0	26,4	2,6	22,6	26,9	-0,7	17,4	22,9	11,0
Espinho	1 172	7,0	6,2	8,0	13,6	5,1	14,2	-9,1	-8,2	5,3	10,9	-2,9	-16,9	14,6	7,4
Gondomar	6 445	7,6	6,3	9,3	13,6	72,1	36,1	35,9	7,3	36,0	29,3	-0,5	33,2	28,1	10,7
Maia	4 408	6,7	5,3	8,4	11,7	99,2	39,9	59,3	9,0	46,4	44,0	-0,2	43,8	37,0	18,3
Matosinhos	6 851	8,0	6,9	9,3	13,5	26,3	13,7	12,7	-4,5	6,6	24,8	-0,6	0,5	17,4	8,5
Porto	12 951	10,2	10,1	10,3	20,7	30,3	19,2	11,0	-2,2	12,4	20,7	-0,7	3,6	16,4	10,3
Póvoa de Varzim	2 012	6,2	5,2	7,4	9,0	57,8	29,3	28,5	11,9	31,5	16,5	-2,0	27,8	20,9	9,1
Valongo	3 320	7,3	5,8	9,2	12,0	39,8	20,2	19,6	4,3	13,8	21,9	-0,2	8,5	22,9	8,3
Vila do Conde	2 345	6,1	4,3	8,3	8,2	77,5	22,0	55,6	8,9	34,2	35,9	-1,4	45,2	19,8	12,5
Vila Nova de Gaia	12 358	8,1	6,5	9,9	13,7	80,4	34,8	45,6	8,6	37,0	35,3	-0,5	35,1	31,8	13,5
Região envolvente da AMP	40 014	5,2	4,1	6,7	7,1	64,5	23,1	41,4	1,9	31,4	31,7	-0,5	35,3	19,6	9,6
envolvente Norte	21 423	5,5	4,8	6,4	7,1	73,8	30,1	43,7	1,8	32,2	40,0	-0,2	39,1	22,5	12,3
envolvente Este	11 410	5,0	3,1	7,7	6,6	42,3	7,6	34,7	-2,8	27,9	18,1	-0,9	24,7	12,6	5,1
envolvente Sul	7 181	4,9	3,8	6,2	8,4	80,1	32,6	47,5	11,3	36,1	33,3	-0,6	44,8	24,7	10,6
Área Metropolitana de Lisboa	105 856	7,6	6,6	8,6	15,8	12,3	11,5	0,9	-2,8	2,0	13,8	-0,6	-10,7	15,8	7,3
Portugal	339 261	6,8	5,2	8,7	12,5	26,6	13,3	13,3	-2,5	12,8	16,8	-0,6	2,7	15,9	8,0

Fonte:
INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001.

da Área Metropolitana de Lisboa, circunstância que contribuiu para explicar o facto de a taxa de desemprego, em 2001, ter sido superior à da Área Metropolitana de Lisboa, quando havia sucedido o inverso em 1991.

A distribuição da população desempregada no interior da Área Metropolitana do Porto é bastante desigual. Dos cerca

de 52 milhares de indivíduos desempregados, em 2001, quase metade residia nos concelhos do Porto (25,0%) e Vila Nova de Gaia (23,8%), cabendo ao Porto a maior taxa de desemprego (10,2%) entre os concelhos do espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente, a par com Baião também com 10,2%.

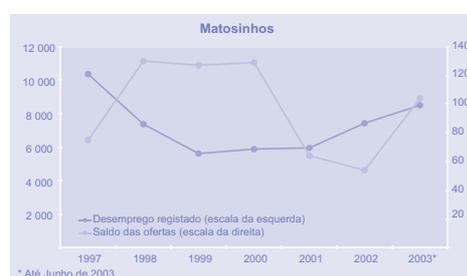
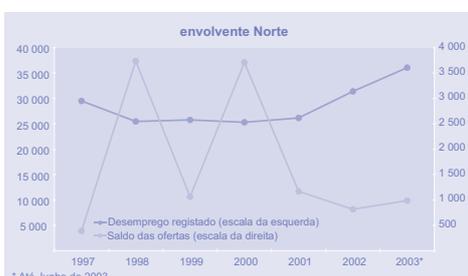
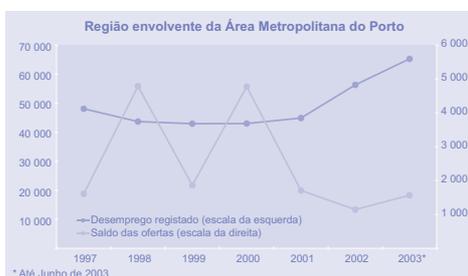
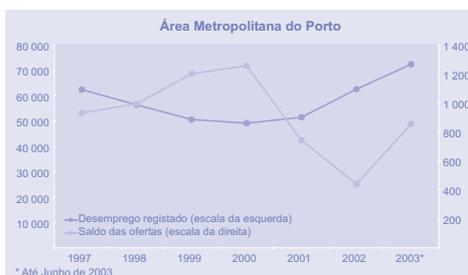
A população feminina e os jovens são geralmente os segmentos populacionais onde o desemprego se faz sentir com maior intensidade. A população feminina, além de ter contribuído maioritariamente para o acréscimo do desemprego na Área Metropolitana do Porto (este fenómeno não é comum a todos os concelhos) e, sobretudo, na região envolvente, entre 1991 e 2001, também exibiu taxas de desemprego superiores às masculinas. A clivagem era, todavia, inferior à observada globalmente para Portugal, assumindo uma expressão diminuta no concelho do Porto. Por outro lado, o acréscimo no desemprego, entre 1991 e 2001, processou-se essencialmente à custa dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos ou entre os 45 e os 64 anos, dependendo do concelho em causa. Ainda assim, o desemprego de jovens cresceu, na Área Metropolitana do Porto (excepto em Espinho, Porto e Póvoa de Varzim) e na região envolvente (excepto na zona mais a



Este), ao contrário do que sucedeu em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa. Também de modo diverso do sucedido nesta região, as taxas de desemprego de jovens, entre 1991 e 2001, subiram na Área Metropolitana do Porto, na região envolvente e nos respectivos concelhos. Ainda assim, em 2001, a taxa de desemprego de jovens era, na Área Metropolitana do Porto, superior à de Portugal mas inferior à da Área Metropolitana de Lisboa, enquanto que na região envolvente a taxa era mesmo inferior à nacional. Outros indicadores podem ajudar a medir a expressão do desemprego de jovens na região: a relação entre a taxa de desemprego de jovens e de adultos aumentou em todas as regiões, novamente ao contrário do que sucedeu na Área Metropolitana de Lisboa, entre 1991 e 2001 e, no entanto, a proporção de jovens no total de desempregados diminuiu entre os dois momentos censitários.

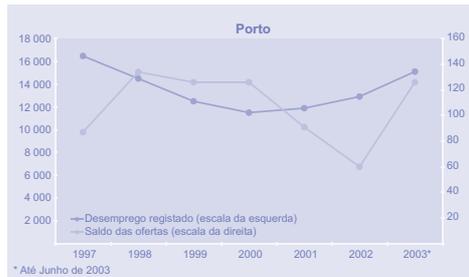
O acréscimo do desemprego, entre 1991 e 2001, foi também motivado maioritariamente por indivíduos com ensino secundário como nível de instrução, na Área Metropolitana do Porto (variando entre os ensinos básico e secundário, consoante o concelho em questão), tal como na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal. Na região envolvente, foi determinante o desemprego dos indivíduos com ensino básico como nível de instrução. O ensino superior surgia com uma contribuição positiva mas mais modesta para a explicação do aumento do desemprego, em todos os espaços/regiões considerados. Note-se, porém, que o número de

Evolução do desemprego registado e das ofertas de emprego IEFP (fim de período)



(continua)

(continuação)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

indivíduos desempregados com ensino superior nível de instrução mais do que duplicou no decénio, com excepção do Porto, Espinho e da Área Metropolitana de Lisboa.

O desemprego registado nos últimos anos deixa antever que a trajectória do desemprego neste decénio não foi sempre crescente, espelhando variações de ordem mais conjuntural. Entre 1997 e 2000, assistiu-se a um afluxo decrescente de indivíduos aos Centros de Emprego da Área Metropolitana do Porto e dos respectivos concelhos, o mesmo sendo verdade para Portugal e para a Área Metropolitana de Lisboa. Desde então, o desemprego registado voltou a subir. O padrão das ofertas de emprego neste período, nos concelhos considerados, parece não ter influenciado o andamento do desemprego registado, senão em momentos pontuais.



O concelho do Porto continua a ser, entre os da Área Metropolitana do Porto, o mais polarizador de emprego, embora tenha reduzido o seu poder de atracção entre 1991 e 2001.

Em 2001, exerciam a sua profissão num qualquer concelho da Área Metropolitana do Porto cerca de 610 mil indivíduos. Destes, 90% eram residentes naquele território, pelo que se estima que cerca de 60 mil indivíduos, não residentes, se desloquem diariamente para o concelho da Área Metropolitana do Porto onde trabalham. Descontando os movimentos de trabalhadores de sentido contrário, ou seja, aqueles que, residindo na Área Metropolitana do Porto, exercem actividade num concelho exterior, verifica-se que este território é, em termos líquidos, atractivo ou polarizador de emprego. O índice de polarização deste território metropolitano, que relaciona o número de indivíduos que trabalham (sendo ou não residentes) com o número de indivíduos residentes,

situava-se nos 1,02, confirmando o poder de atracção da Área Metropolitana do Porto como pólo empregador. Considerando a Área Metropolitana do Porto em conjunto com os concelhos da região envolvente, o mesmo indicador assume um valor marginalmente inferior à unidade, denunciando uma área em que as entradas assumem uma menor dimensão do que as saídas diárias de trabalhadores, ainda que ambos os fluxos sejam quase equivalentes. Então, os movimentos pendulares mais expressivos desta região alargada processam-se essencialmente no seu interior.

Os concelhos do Porto e da Maia, bem como a envolvente Sul da Área Metropolitana do Porto, à semelhança do que sucede globalmente na Área Metropoli-

tana de Lisboa, eram em termos líquidos, regiões atractivas para trabalhadores em 2001. Neste contexto, destaca-se claramente o concelho do Porto, onde o índice de polarização do emprego atingia 1,92, o que equivale a dizer que neste concelho trabalhava um conjunto de pessoas quase duplo da população que lá residia. Olhando para os números de uma forma diferente, pode dizer-se que dos 218 mil indivíduos que trabalhavam no Porto (e estes correspondem a 36% dos que trabalham na Área Metropolitana do Porto), apenas 86 mil lá residiam. Resultam, então, entradas diárias num total de 132 mil indivíduos. Este é também o concelho que apresenta uma densidade de emprego 7 vezes superior à média metropolitana e 80 vezes superior à média

Mobilidade casa-trabalho em 2001

	População empregada que reside na unidade territorial ¹	População empregada na unidade territorial ²	População que reside e trabalha na mesma unidade territorial	Densidade de emprego	Densidade de emprego na indústria e construção	Índice de polarização de emprego	Crescimento do emprego (1991-2001)	Proporção da população que entra na região	Proporção da população que sai na região	Duração média dos movimentos pendulares
	Nº de indivíduos			Indivíduos / Km ²			%		Minutos	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 319 746	1 310 160	1 265 456	298,1	115,9	0,99	9,8	3,4	4,1	21,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 261	610 116	546 692	748,8	270,0	1,02	4,6	10,4	8,2	26,1
Espinho	15 529	13 241	8 681	627,3	219,9	0,85	-5,6	34,4	44,1	19,4
Gondomar	78 030	44 271	36 621	336,8	148,4	0,57	11,5	17,3	53,1	33,3
Maia	61 104	61 495	32 022	738,9	343,4	1,01	30,5	47,9	47,6	24,2
Matosinhos	78 836	71 621	44 367	1156,9	384,8	0,91	4,1	38,1	43,7	24,4
Porto	113 556	218 101	85 615	5252,9	1186,8	1,92	-9,9	60,7	24,6	26,6
Póvoa de Varzim	30 377	27 344	21 461	333,2	133,3	0,90	8,8	21,5	29,4	16,9
Valongo	41 849	29 379	20 234	387,5	197,9	0,70	29,4	31,1	51,6	27,4
Vila do Conde	35 962	32 360	23 532	217,2	114,2	0,90	17,6	27,3	34,6	18,2
Vila Nova de Gaia	140 018	112 304	92 011	665,8	303,4	0,80	15,4	18,1	34,3	27,6
Região envolvente da AMP	724 485	700 044	643 230	195,6	80,9	0,97	14,6	8,1	11,2	17,7
envolvente Norte	365 367	364 993	330 911	273,9	66,8	1,00	11,2	9,3	9,4	16,7
envolvente Este	218 782	192 142	178 096	112,2	65,0	0,88	21,1	7,3	18,6	20,8
envolvente Sul	140 336	142 909	124 523	267,6	166,8	1,02	15,2	12,9	11,3	15,6
Área Metropolitana de Lisboa	1 293 199	1 310 923	1 246 613	407,3	97,9	1,01	7,7	4,9	3,6	32,4
Portugal	6 303 118	6 232 468	6 232 468	67,6	17,5	0,99	8,2	--	1,1	22,6

Fonte:

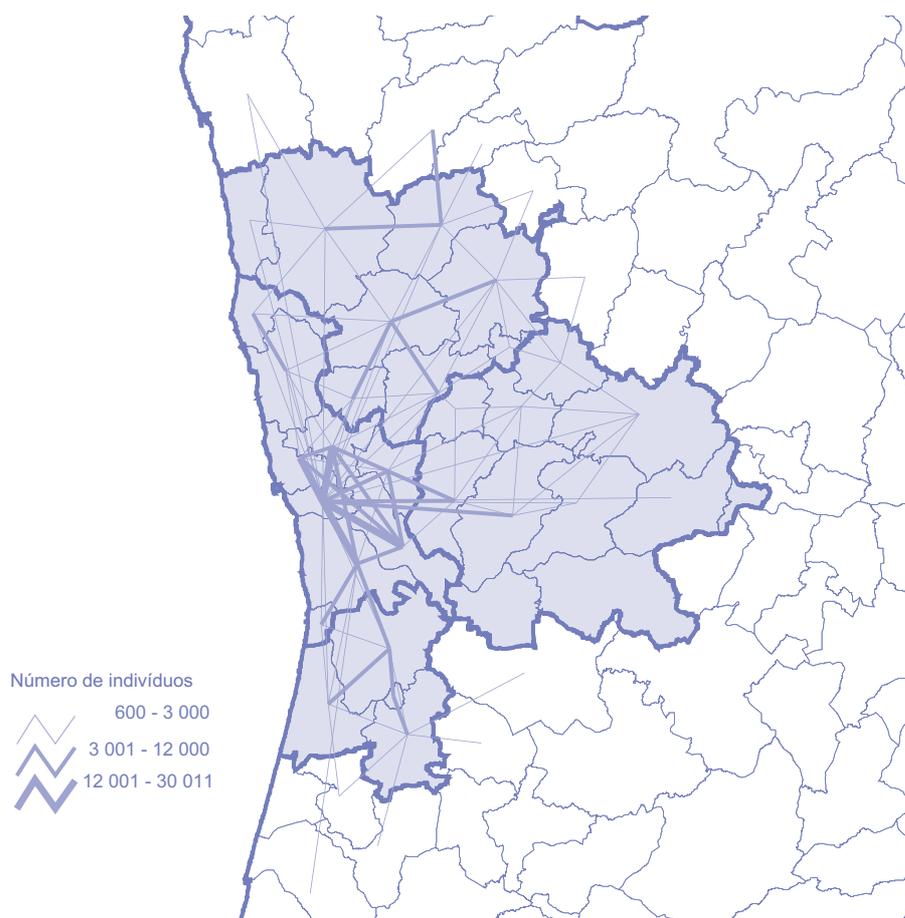
INE, Recenseamentos da População, 1991 e 2001.

Notas:

1. População empregada que reside na unidade territorial = população residente na unidade territorial e que está empregada, independentemente do local de trabalho.
2. População empregada na unidade territorial = população empregada que reside na unidade territorial + entradas - saídas = população que trabalha na unidade territorial independentemente do local de residência = emprego.
3. O crescimento do emprego (1991-2001) e a duração média dos movimentos pendulares foram calculados com base na população residente *presente*.

nacional. Num outro extremo, os concelhos de Gondomar e de Valongo, seguidos pelos de Espinho e de Vila Nova de Gaia, são os que apresentam os índices de polarização mais baixos e inferiores à unidade. Apesar de verificarem igualmente uma fraca densidade de emprego, o valor mais baixo para este indicador cabia então a Vila do Conde. As saídas diárias de trabalhadores (líquidas das entradas) de Gondomar e de Vila Nova de Gaia são as que assumem maiores proporções. Na região envolvente da Área Metropolitana, as saídas líquidas de trabalhadores ocorrem sobretudo na zona Este, com um índice de polarização de 0,88, em contraste com a zona Sul mais atractiva, com um índice de polarização do emprego de 1,02.

Entre 1991 e 2001, o emprego na Área Metropolitana do Porto e, sobretudo na sua região envolvente, cresceu, sendo as taxas de crescimento de 4,6% e 14,6%, respectivamente. Este crescimento foi comum a todos os concelhos da Área Metropolitana e região envolvente com as excepções de Espinho e Porto. No entanto, aquelas taxas de crescimento foram inferiores às que se apuraram para a população residente empregada (independentemente do local de trabalho, conforme pontos anteriores), denunciando uma perda de poder de atracção, em termos de emprego, entre 1991 e 2001. Esta perda de poder de atracção foi comum à generalidade dos concelhos da Área Metropolitana do Porto - com excepção de Valongo e de Vila do Conde - e à zona Norte da região envolvente.



Fonte: INE, Recenseamento da População, 2001

Notas: 1. Estão apenas representados os movimentos que envolvem mais de 600 indivíduos.

2. Os pontos de destino dos movimentos pendulares correspondem ao centróide do polígono que representa o concelho.

3. As interacções correspondem ao somatório dos movimentos nos dois sentidos.

Em média, as deslocações para o trabalho dos residentes nas Áreas Metropolitanas excedem o tempo médio requerido para o mesmo fim ao nível nacional. Na Área Metropolitana do Porto, no entanto, as deslocações são menos demoradas do que na Área Metropolitana de Lisboa e, em regra, mais prolongadas nos concelhos de Gondomar, Vila Nova de Gaia e Valongo, precisamente os que originam o maior número de deslocações de saída que, na sua maioria, se destinam ao Porto. As deslocações pendulares de menor duração ocorrem para os residentes nos concelhos mais periféricos da Área Metropolitana: Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

A decorative graphic consisting of several overlapping squares in various shades of blue, ranging from light to dark. The squares are arranged in a cluster, with some overlapping others, creating a layered effect. The text is overlaid on this graphic.

Capítulo 7

ACTIVIDADE ECONÓMICA



O tecido produtivo da Área Metropolitana do Porto, e em particular da região envolvente, assenta ainda em sectores muito intensivos em mão-de-obra e de baixa produtividade e de forte orientação exportadora.

Na Área Metropolitana do Porto estavam sediadas, em 2001, 13,6% das sociedades portuguesas, abrangendo uma proporção superior de pessoal ao serviço (15,0%) e de volume de vendas (15,3%). No espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente, estavam sediadas 25,9% das sociedades do país, as quais concentravam 31,3% do pessoal ao serviço mas apenas 24,7% do volume de vendas. Na mesma altura, a Área Metropolitana de Lisboa concentrava 36,4% das sociedades e 38,8% do pessoal ao serviço, mas mais de metade do volume de vendas no país. Esta distribuição não sofreu alterações notórias face àquilo que se observava em 1996. No contexto da Área Metropoli-

tana do Porto e da região envolvente, destaca-se claramente a Área Metropolitana do Porto por albergar a maior parcela da actividade empresarial, traduzida por 52,7% das sociedades, uma proporção menor de emprego (47,9%), mas uma proporção bastante superior do volume de vendas (61,1%). Entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, sobressaem o Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia, onde estavam sediadas 76,2% das sociedades e se concentrava 80,4% do emprego e 86,9% do volume de vendas daquele espaço.

Da reunião destes factos, resulta claro que a região envolvente apresenta uma maior dimensão média das sociedades

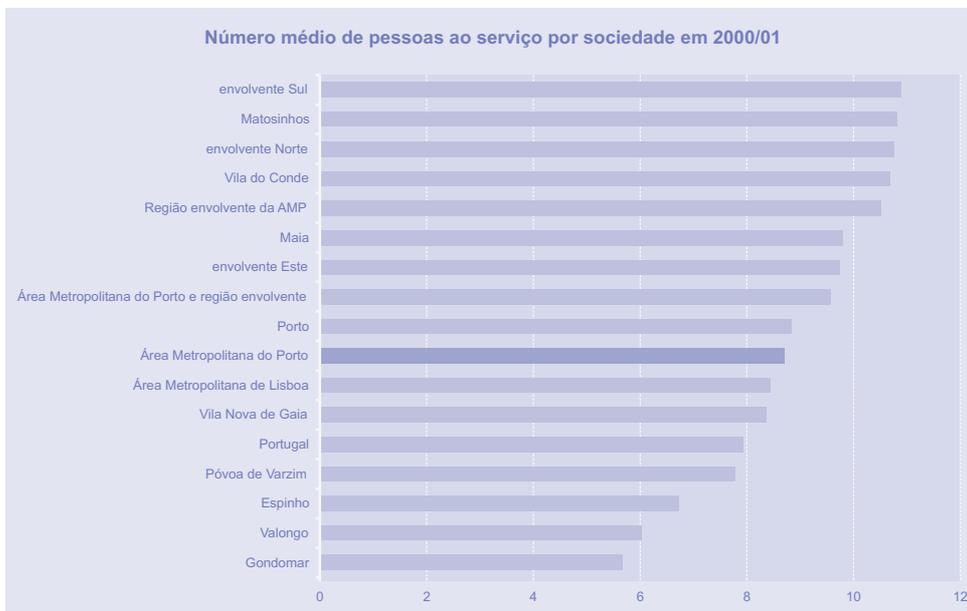
(em termos de pessoas ao serviço) do que a Área Metropolitana do Porto e um menor volume de vendas por trabalhador, o que é verdade para as três zonas envolventes consideradas. De facto, em média, cada sociedade da Área Metropolitana do Porto tinha ao serviço, em 2000, nove trabalhadores, número que era inferior ao da região envolvente, mas superior ao da Área Metropolitana de Lisboa e ao de Portugal. No entanto, o volume de vendas médio por sociedade na Área Metropolitana do Porto ascendia a 971 milhares de euros, o que era superior à média nacional e, ainda mais marcadamente, à da região envolvente, mas bastante aquém do que registava a Área Metropolitana de Lisboa. Entre os vários concelhos da Área

Indicadores de caracterização empresarial

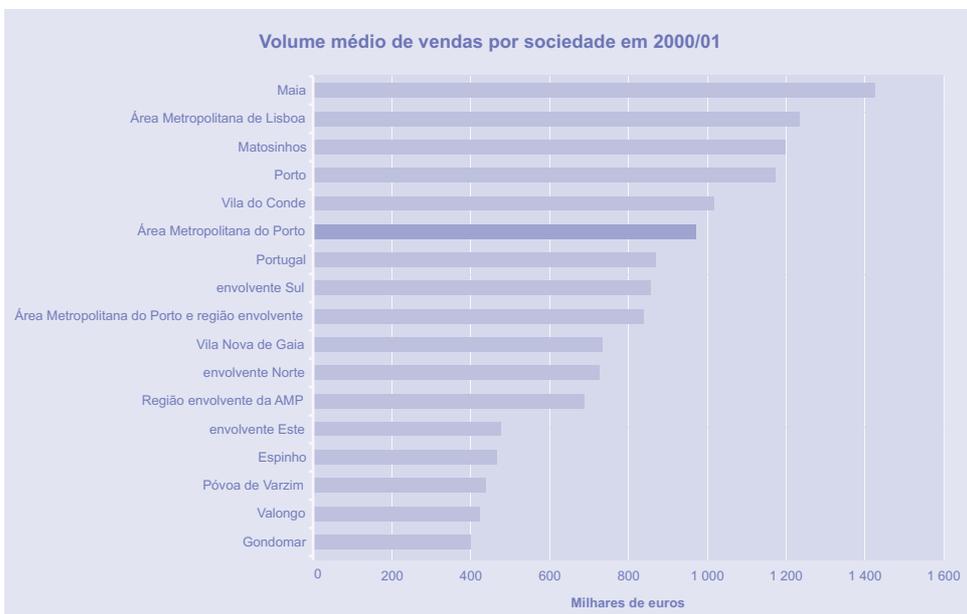
	Sociedades com sede		Pessoal ao serviço		Volume de vendas	
	1996	2001	1995	2000	1995	2000
	Nº		Nº de indivíduos		Milhares de euros	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	61 108	79 948	757 451	764 632	43 038 686	66 966 182
Área Metropolitana do Porto (AMP)	34 555	42 099	365 636	366 498	25 501 822	40 890 171
Espinho	816	999	6 946	6 725	299 299	465 457
Gondomar	2 596	3 408	19 516	19 343	846 695	1 356 570
Maia	3 035	4 142	39 730	40 608	3 293 304	5 900 662
Matosinhos	4 532	5 514	52 434	59 647	3 240 003	6 608 215
Porto	14 080	15 086	141 656	133 158	12 296 560	17 665 373
Póvoa de Varzim	1 376	1 770	14 027	13 773	550 719	776 458
Valongo	1 419	1 970	12 392	11 885	563 671	833 564
Vila do Conde	1 290	1 876	20 269	20 039	1 098 468	1 906 855
Vila Nova de Gaia	5 411	7 334	58 666	61 320	3 313 102	5 377 017
Região envolvente da AMP	26 553	37 849	391 815	398 134	17 536 864	26 076 011
envolvente Norte	14 070	19 512	213 246	209 860	9 634 277	14 136 290
envolvente Este	5 916	9 916	89 072	96 541	3 148 247	4 717 823
envolvente Sul	6 567	8 421	89 497	91 733	4 754 340	7 221 898
Área Metropolitana de Lisboa	95 140	112 261	901 032	948 245	92 033 349	138 587 211
Portugal	246 641	308 681	2 322 224	2 446 510	174 150 922	268 093 358

Fonte:

INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Metropolitana do Porto, importa destacar os de Matosinhos, Vila do Conde, Maia e Porto, como os que apresentavam simultaneamente um maior número médio de pessoas ao serviço e de volume de vendas por sociedade. Num outro extremo, os concelhos de Gondomar, Valongo, Espinho, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia apresentavam uma dimensão média e um volume médio de vendas por sociedade inferiores aos das duas Áreas Metropolitanas e de Portugal. Na região envolvente, destacam-se as zonas Norte e Sul, com

uma dimensão média das sociedades bastante superior, mas com um volume de vendas médio muito inferior ao das duas Áreas Metropolitanas e ao de Portugal.

Face a 1996, o número de sociedades aumentou significativamente na Área Metropolitana do Porto, (21,8%), o que gerou um acréscimo ainda superior no volume de vendas, de 60,3%. No entanto, esta dinâmica não se revelou muito favorável à criação de emprego, tendo o pessoal ao serviço registado um

acréscimo de apenas 0,2%. O mesmo padrão de desequilíbrio no dinamismo empresarial ocorreu na região envolvente, na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal. Na Área Metropolitana do Porto, verificou-se que apenas os concelhos da Maia, de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia aumentaram os seus níveis de pessoal ao serviço, o mesmo sucedendo nas zonas Este e Sul da região envolvente. Em consequência, os últimos anos caracterizaram-se por uma redução na dimensão média das sociedades, acompanhada por um acréscimo no volume de vendas que, em média, cada uma delas realiza, em todos os espaços analisados.

A estrutura produtiva da Área Metropolitana do Porto é próxima da que se verifica em Portugal, concentrando quase metade das sociedades sediadas e do respectivo volume de vendas, e 36,1% da mão-de-obra, em actividades do *Comércio e reparação, alojamento e restauração, transportes e comunicações*, em 2001. Seguem-se as actividades da *Indústria e electricidade*, concentradoras sobretudo de mão-de-obra. O interior da Área Metropolitana do Porto apresenta-se, contudo, como um espaço relativamente heterogéneo. Em termos do número de sociedades, em todos os concelhos surgem em primeiro lugar as actividades comerciais referidas, as quais, no caso de Matosinhos, dominam grande parte do tecido empresarial. No entanto, em termos de pessoal ao serviço, estas actividades surgem em primeiro lugar apenas nos concelhos de Matosinhos, Porto e Espinho. Nos restantes concelhos, surgem primordial-



mente as actividades industriais. Já o volume de vendas está essencialmente concentrado nas actividades comerciais em Matosinhos e Espinho, nas actividades financeiras no Porto e nos ramos da indústria e energia, nos restantes concelhos. Na região envolvente, é também em actividades comerciais que se concentra o maior número de sociedades (36,9%, em 2001), mas são as actividades industriais as que absorvem a maior parte do emprego (70,3%) e do volume de negócios (53,7%).

A leitura dos quocientes de localização (que permite estabelecer o confronto entre a importância que uma actividade assume numa dada região com a importância que essa mesma actividade assume em Portugal, neste caso em termos de pessoal ao serviço¹⁾) revela a especialização produtiva dos espaços em análise, permitindo comparar a concentra-

ção do pessoal ao serviço de uma região numa dada actividade com o que se verifica ao nível nacional. A especialização sectorial dos espaços em causa contribui para explicar a dimensão média dos estabelecimentos da região e dos níveis de volume de vendas por trabalhador anteriormente apurados. A Área Metropolitana do Porto exibiu, em 2001, e comparando com Portugal, uma concentração muito superior de emprego nos ramos das actividades financeiras, e quase igual no caso da construção e do comércio. No caso da região envolvente, surgem claramente as actividades da indústria, com uma importância regional quase dupla da nacional, nas zonas Norte e Este, e mais do que dupla da nacional no caso da zona Sul. Na zona Este, destaca-se também a construção. Nos concelhos da Área Metropolitana do Porto, verifica-se que Gondomar, Maia, Vila do Conde e

Vila Nova de Gaia apresentam o maior quociente de localização nas actividades da indústria e, num segundo plano, nas da construção. Ao contrário, Valongo encontrava a sua especialização nas actividades da construção e, em segundo plano, da indústria. A Póvoa do Varzim especializava-se, sobretudo, nos serviços não mercantis e na construção, Matosinhos apresenta o maior quociente de localização nos serviços mercantis e o Porto nas generalidade das actividades de serviços, com especial destaque para as actividades financeiras.

Em 2001, a Área Metropolitana do Porto e a região envolvente consumiam 31,1% do total nacional de electricidade para fins industriais, o que excedia largamente o consumo de electricidade realizado na Área Metropolitana de Lisboa (21,3%). A zona Norte da região envolvente consumia quase tanta ener-

Quocientes de localização (pessoal ao serviço) em 31.12.2000

	Quocientes de localização (CAE Rev.2) - Portugal = 1,00					
	A+B	C a E	F	G a I	J+K	L a P
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,29	1,47	0,98	0,73	0,64	0,68
Área Metropolitana do Porto (AMP)	0,32	0,94	1,04	1,03	1,14	0,98
Espinho	0,25	0,90	0,44	0,99	0,38	5,68
Gondomar	0,03	1,48	1,11	0,82	0,32	0,82
Maia	0,06	1,25	1,04	1,00	0,56	0,60
Matosinhos	0,39	0,60	0,88	1,41	1,31	0,44
Porto	0,21	0,44	1,03	1,15	2,05	1,27
Póvoa de Varzim	1,08	1,29	1,43	0,73	0,27	2,18
Valongo	0,18	1,33	1,68	0,77	0,50	0,49
Vila do Conde	1,12	1,74	1,17	0,61	0,14	0,37
Vila Nova de Gaia	0,36	1,54	1,01	0,76	0,39	0,66
Região envolvente da AMP	0,27	1,97	0,93	0,45	0,19	0,41
envolvente Norte	0,22	1,98	0,84	0,47	0,19	0,44
envolvente Este	0,37	1,82	1,54	0,44	0,15	0,46
envolvente Sul	0,28	2,11	0,50	0,43	0,21	0,31
Área Metropolitana de Lisboa	0,46	0,55	0,86	1,22	1,67	1,35
Portugal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte:

INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Legenda:

A+B: Agricultura, produção animal, caça e sicultura; pesca.

C a E: Indústria (incluindo energia).

F: Construção.

G a I: Comércio e reparação de veículos automóveis e bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações.

J+K: Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

L a P: Outras actividades de serviços.

¹ Para maior detalhe, consultar a secção dos conceitos.

Quocientes de localização (volume de vendas) em 31.12.2000

	Quocientes de localização (CAE Rev.2) - Portugal = 1,00					
	A+B	C a E	F	G a I	J+K	L a P
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,34	1,17	1,07	0,93	0,94	0,79
Área Metropolitana do Porto (AMP)	0,26	0,69	1,06	1,05	1,42	0,93
Espinho	0,20	0,72	0,73	1,06	0,31	12,31
Gondomar	0,03	1,27	1,30	1,07	0,24	0,79
Maia	0,06	0,68	0,80	1,49	0,33	0,37
Matosinhos	0,23	0,41	1,11	1,50	0,62	0,40
Porto	0,10	0,35	0,96	0,79	2,78	0,97
Póvoa de Varzim	1,16	0,91	2,02	0,97	0,22	6,37
Valongo	0,23	0,90	2,70	1,09	0,22	0,44
Vila do Conde	0,49	1,84	1,00	0,84	0,10	0,30
Vila Nova de Gaia	0,88	1,52	1,19	0,90	0,36	0,58
Região envolvente da AMP	0,47	1,93	1,09	0,74	0,17	0,58
envolvente Norte	0,36	1,94	1,09	0,74	0,13	0,56
envolvente Este	0,69	1,54	1,87	0,83	0,20	0,67
envolvente Sul	0,54	2,14	0,57	0,67	0,22	0,54
Área Metropolitana de Lisboa	0,32	0,87	0,89	1,01	1,28	1,18
Portugal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte:

INE, Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE).

Legenda:

A+B: Agricultura, produção animal, caça e sicultura; pesca.

C a E: Indústria (incluindo energia).

F: Construção.

G a I: Comércio e reparação de veículos automóveis e bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações.

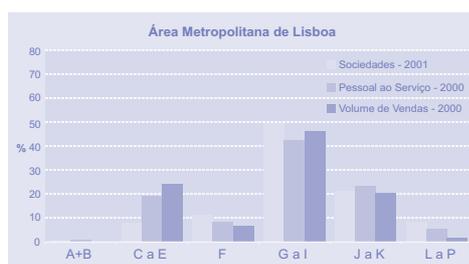
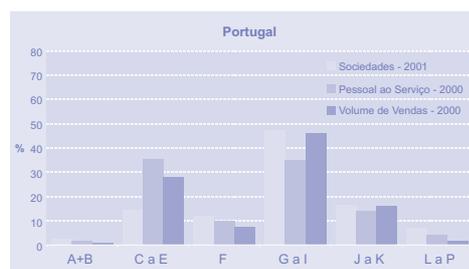
J+K: Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

L a P: Outras actividades de serviços.

gia, para fins industriais, como a Área Metropolitana do Porto, distinguindo-se claramente das outras duas zonas. Dentro da Área Metropolitana do Porto destaca-se o concelho da Maia, não só por concentrar 35,9% do consumo industrial de electricidade da Área Metropolitana do Porto, mas também por ter exibido o maior crescimento dos últimos cinco anos, acompanhando o desenvolvimento industrial do concelho. O Porto foi o único concelho a verificar um decréscimo no consumo industrial de electricidade, o que se associa à perda de importância das actividades industriais, que se deslocaram para zonas mais periféricas, nos últimos anos.

O contributo da Área Metropolitana do Porto para a actividade económica nacional correspondia, em 2000, a 12,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e 12,8% do emprego nacionais. A Área Metropolitana de Lisboa² contribuía com 37,6% para PIB e 28,1% para o emprego. O período de 1996 a 2000 caracterizou-se por um forte crescimento nominal do PIB nacional, mas com diferente expressão nas duas Áreas Metropolitanas consideradas, tendo a Área Metropolitana do Porto registado um crescimento do PIB inferior à média nacional. Tendo em conta que a evolução do emprego foi similar, embora pautada por crescimentos mais moderados, e

Repartição do número de sociedades, pessoal ao serviço e volume de vendas por sectores de actividade, em 2000/01

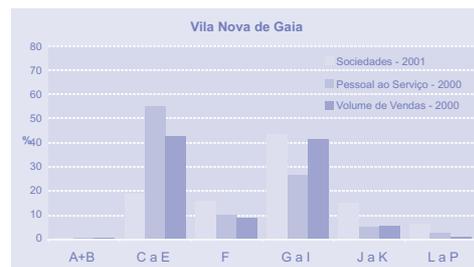
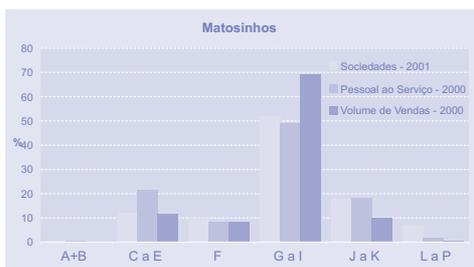
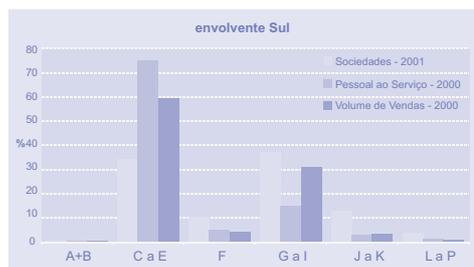
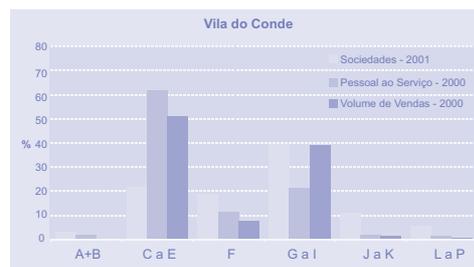
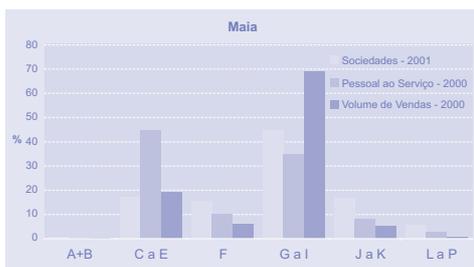
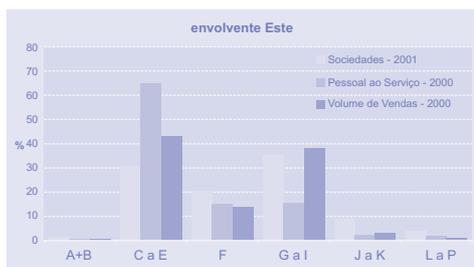
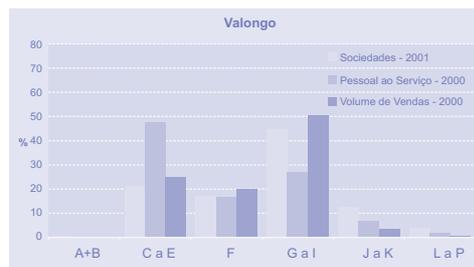
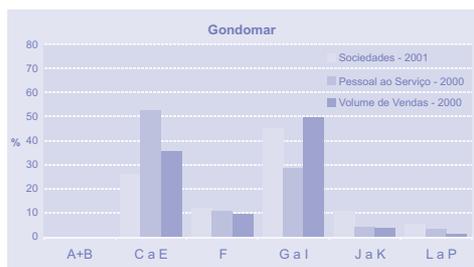
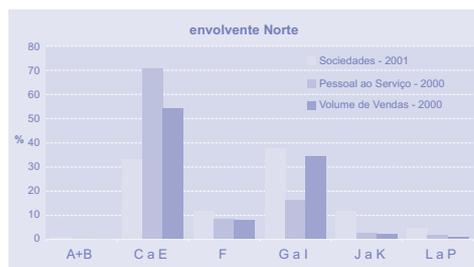
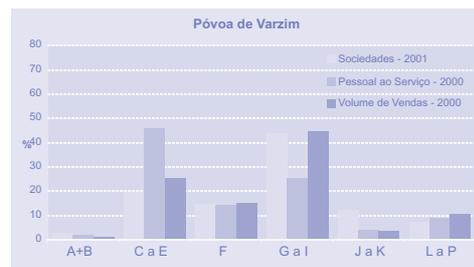
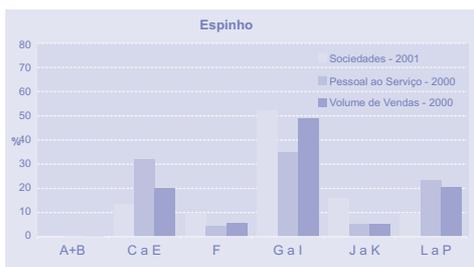
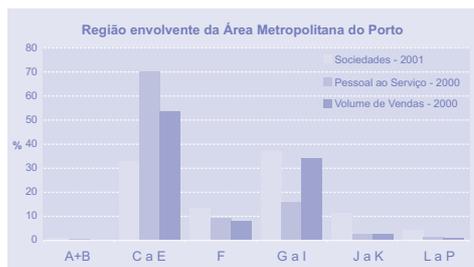
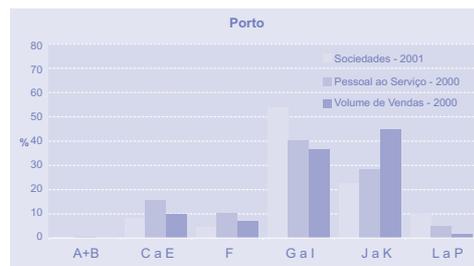
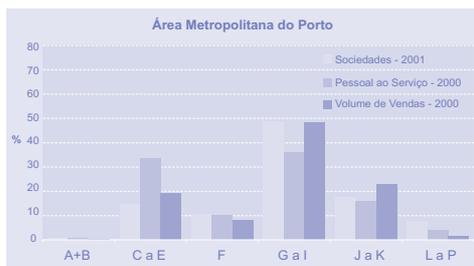
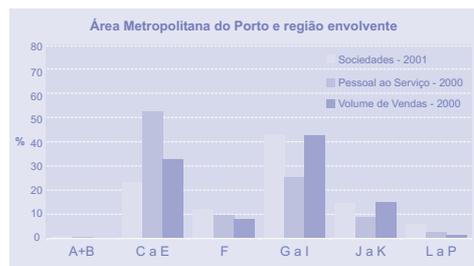


² De facto, trata-se antes de uma aproximação, uma vez que corresponde apenas às regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, por dizer respeito a informação proveniente das Contas Regionais, a qual se encontra disponível, na sua desagregação máxima, por região NUTSIII. Ficam, então, excluídos desta aproximação, os concelhos de Azambuja e Mafra.

(continua)



(continuação)



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

que a população da Área Metropolitana do Porto cresceu mais do que a da Área Metropolitana de Lisboa, a riqueza das duas regiões, avaliada pelo PIB *capita*, divergiu, entre 1996 e 2001. Em 1996, o PIB *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa era superior em 26,2% ao da Área Metropolitana do Porto. Em 2000, aquela superioridade ascendia já a 38,8%. Em todo o caso, os níveis de rendimento *per capita* cresceram em ambas as regiões, mas com maior intensidade na Área Metropolitana de Lisboa. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) por empregado permite concluir que o afastamento entre as duas regiões não é tão forte. Ainda assim, o VAB por empregado na Área Metropolitana de Lisboa excedia em 24,6% o da Área Metropolitana do Porto, em 1996, e em 32,0%, em 2000.

A tendência de terciarização da economia nacional, traduzida pela perda de importância, nos últimos anos, dos sectores primário e, sobretudo, do secun-

dário em favor do terciário, foi também patente ao nível das regiões consideradas, em termos de número de sociedades, de pessoal ao serviço, de volume de vendas e de contribuição para o VAB. Esta perda de importância das actividades industriais foi ainda mais expressiva nos casos da Área Metropolitana do Porto e da região envolvente.

Em 2001, a Área Metropolitana do Porto concentrava 13,5% das entradas de mercadorias do país, em valor, e 13,3% das saídas (enquanto que a Área Metropolitana de Lisboa concentrava 60,0% das entradas e 33,5% das saídas). Se se considerar também a região envolvente, o espaço resultante era responsável por 23,9% das entradas e 41,5% das saídas do país, sendo reveladora a capacidade exportadora deste território, sobretudo da região envolvente, o que não pode deixar de estar associado à especialização produtiva. Do total exportado a partir da Área Metropolitana

do Porto e da região envolvente, 68,0% era proveniente de empresas sediadas na região envolvente. Por seu turno, apenas 43,4% dos montantes importados se destinava a empresas com sede no território envolvente. Mais de metade dos fluxos de comércio internacional da região envolvente, de entrada ou de saída, cabiam à zona Norte daquela região.

Este quadro corresponde globalmente ao que se verificava em 1996, com a diferença de que, tanto a Área Metropolitana do Porto, como a região envolvente, perderam importância no contexto nacional, em termos das entradas e das saídas. Os concelhos do Porto, de Matosinhos, da Maia e de Vila Nova de Gaia, dentro da Área Metropolitana do Porto, eram responsáveis por 76,7% das entradas da Área Metropolitana (quase todas para o Porto) e por 66,1% das saídas. Face a 1996, em conjunto, perderam importância nos dois fluxos.

Fluxos de comércio internacional por sede de operador

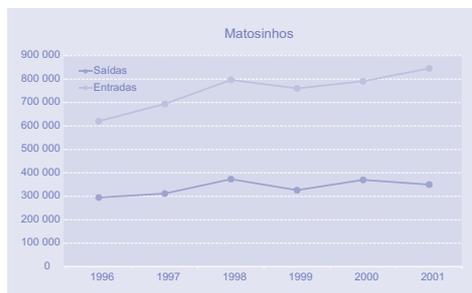
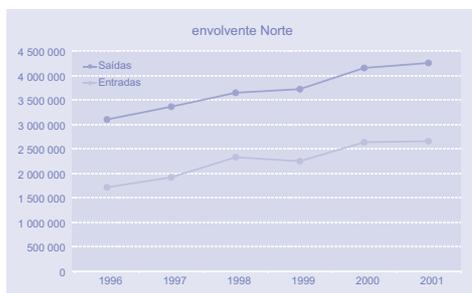
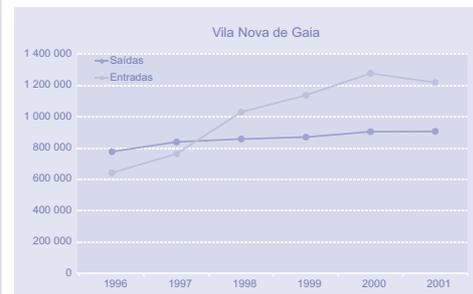
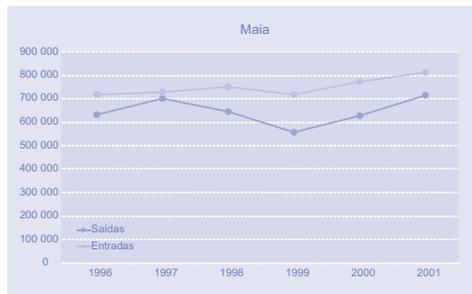
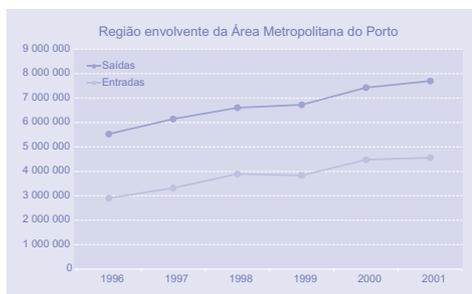
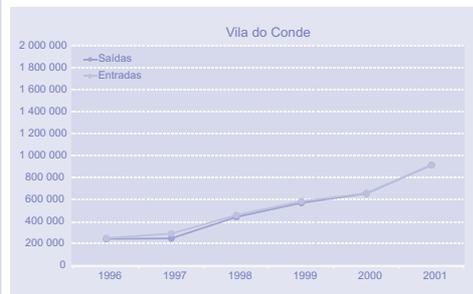
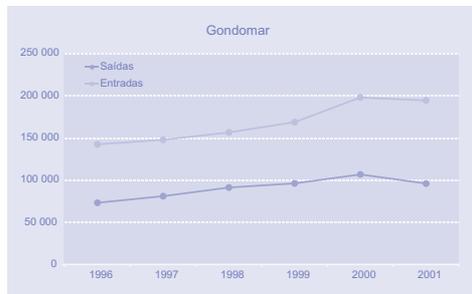
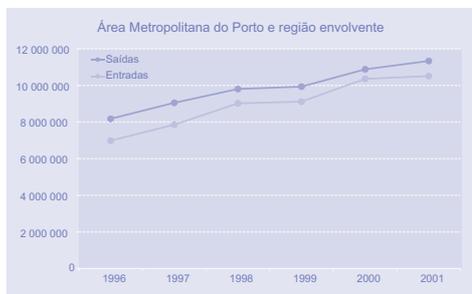
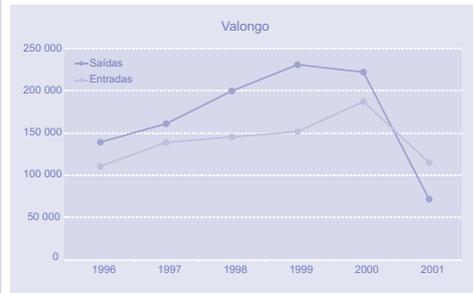
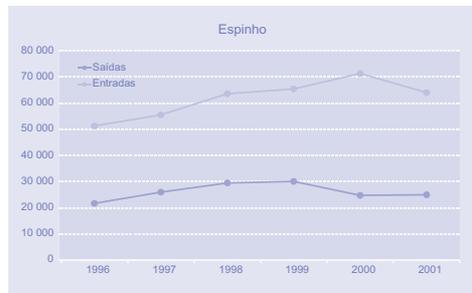
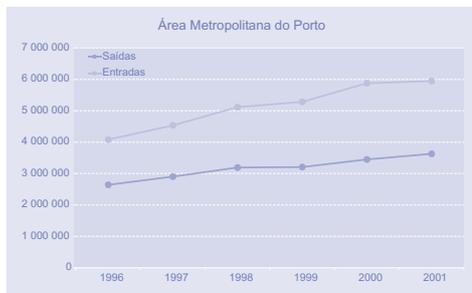
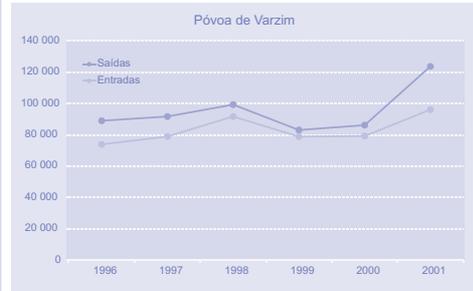
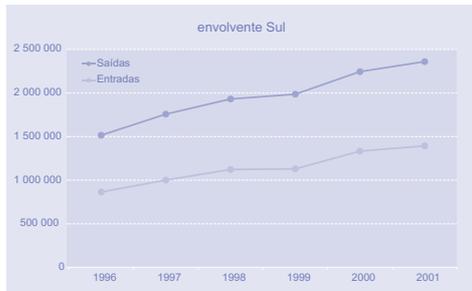
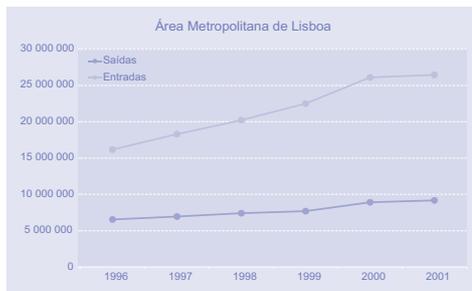
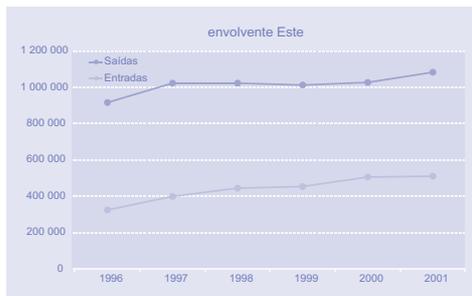
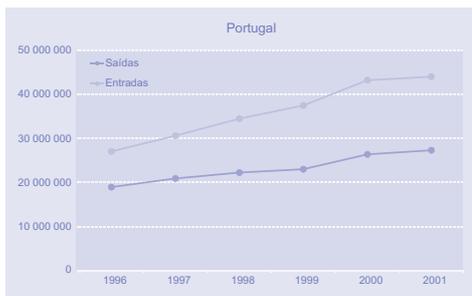
	Entradas			Saídas		
	1996	2001	Crescimento (1996-2001)	1996	2001	Crescimento (1996-2001)
	Milhares de euros		%	Milhares de euros		%
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	6 983 376	10 509 409	50,5	8 176 745	11 333 704	38,6
Área Metropolitana do Porto (AMP)	4 080 000	5 945 905	45,7	2 642 729	3 630 646	37,4
Espinho	51 291	64 009	24,8	21 660	24 967	15,3
Gondomar	142 473	194 552	36,6	73 225	95 984	31,1
Maia	717 644	812 597	13,2	631 833	714 517	13,1
Matosinhos	620 862	845 580	36,2	294 716	349 873	18,7
Porto	1 469 483	1 683 235	14,5	370 670	427 655	15,4
Póvoa de Varzim	73 865	96 047	30,0	88 943	123 558	38,9
Valongo	110 620	114 934	3,9	139 259	71 734	-48,5
Vila do Conde	251 144	917 304	265,2	244 868	916 290	274,2
Vila Nova de Gaia	642 617	1 217 648	89,5	777 554	906 068	16,5
Região envolvente da AMP	2 903 376	4 563 504	57,2	5 534 017	7 703 058	39,2
envolvente Norte	1 713 306	2 658 683	55,2	3 101 238	4 259 214	37,3
envolvente Este	324 831	510 448	57,1	916 442	1 082 838	18,2
envolvente Sul	865 239	1 394 374	61,2	1 516 337	2 361 007	55,7
Área Metropolitana de Lisboa	16 142 408	26 423 511	63,7	6 533 257	9 154 588	40,1
Portugal	27 070 418	44 053 966	62,7	18 933 711	27 322 792	44,3

Fonte:

INE, Estatísticas do Comércio Internacional.



Evolução dos fluxos de comércio internacional, por sede de operador



O poder de compra manifestado na Área Metropolitana do Porto, fortemente influenciado pelo concelho do Porto, era, em 2002, inferior ao da Área Metropolitana de Lisboa mas superior ao do país. A região envolvente, apesar de ter verificado uma melhoria nos últimos cinco anos, ficava ainda muito aquém da média nacional.

O indicador *per capita* do poder de compra na Área Metropolitana do Porto, em 2002, situava-se 22,0% acima da média nacional, mas abaixo do que se observava para a Área Metropolitana de Lisboa. O poder de compra na região envolvente situava-se 28,4% abaixo da média nacional sendo, ainda assim, a zona Sul a que estava mais bem posicionada. Dentro da Área Metropolitana do Porto, destacam-se claramente os concelhos do Porto e de Matosinhos, ambos com poder de compra manifestado acima da média da Área Metropol-

tana do Porto e, num segundo plano, a Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia, com um índice de poder de compra superior ao do país. Face a 1997, parece ter-se assistido, a este nível, a uma convergência entre os espaços analisados, com as Áreas Metropolitanas a verem reduzido o seu poder de compra, em relação à média do país, sucedendo o inverso na região envolvente. A mesma evolução ocorreu em termos da percentagem de poder de compra concentrado em cada um daqueles espaços. Em 2001, 14,8% do poder de compra nacional situava-se na Área Metropolitana do Porto (cabendo a maior fatia ao Porto, logo seguido de Vila Nova de Gaia). Se se somar os 10,4% da região envolvente (provenientes, sobretudo, da zona Norte), obtém-se, ainda assim, uma concentração de poder de compra inferior à da Área Metropolitana de Lisboa (38,3%). Entre 1997 e 2002, assistiu-se a uma aproximação das duas

Áreas Metropolitanas, a uma diminuição das desigualdades dentro da Área Metropolitana do Porto e a uma aproximação da região envolvente à média nacional.

O concelho do Porto demarcou-se dos restantes da Área Metropolitana do Porto, por exhibir, nos últimos anos, decréscimos na actividade de construção de edifícios, na transacção de prédios e no crédito concedido.

Em 2001, a Área Metropolitana do Porto era responsável por 9,8% do montante de crédito concedido no país, para habitação, para fins empresariais ou pessoais, por oposição aos 55,1% da Área Metropolitana de Lisboa. Dentro da Área Metropolitana do Porto, o Porto concentrava 60,7% do montante de crédito concedido, seguindo-se os concelhos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Póvoa do Varzim que, em conjunto, concederam

Indicadores da actividade económica

	Indicador <i>per capita</i> do poder de compra		Percentagem do poder de compra		Crédito concedido		Depósitos		Transacções de prédios		Edifícios concluídos		Consumo industrial de electricidade	
	1997	2002	1997	2002	2001	Crescimento (1996-2001)	2001	Crescimento (1996-2001)	2001	Crescimento (1996-2001)	2001	Crescimento (1996-2001)	2001	Crescimento (1996-2001)
	Portugal = 100		%		Milhares de euros	%	Milhares de euros	%	Nº	%	Nº	%	Milhares de Kw/h	%
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	95	95	24,9	25,2	31 498 992	6,8	22 593 402	32,9	71 369	13,9	13 537	42,0	5 210 403	22,1
Área Metropolitana do Porto (AMP)	131	122	15,7	14,8	20 420 022	1,7	12 482 213	33,6	36 116	9,3	3 332	33,9	2 079 669	18,3
Espinho	111	116	0,4	0,4	382 078	63,5	421 196	20,4	434	-0,2	73	1,4	20 260	-5,5
Gondomar	87	93	1,3	1,5	1 111 506	144,8	768 768	41,4	3 431	-6,4	536	57,6	76 011	16,8
Maia	116	118	1,2	1,3	1 111 352	37,2	684 232	41,9	4 368	17,7	462	10,5	747 560	37,4
Matosinhos	131	134	2,1	2,1	1 445 925	50,4	1 137 937	53,0	5 418	39,7	388	85,6	441 104	1,8
Porto	221	177	6,3	4,5	12 395 624	-17,9	6 505 593	27,3	6 770	-8,1	201	-8,2	133 837	-1,4
Póvoa de Varzim	85	90	0,5	0,5	469 990	-17,2	578 845	20,8	1 752	-1,2	297	71,7	36 529	2,1
Valongo	94	99	0,7	0,8	780 562	207,5	530 054	54,0	2 701	55,4	394	39,2	51 943	6,9
Vila do Conde	74	80	0,5	0,6	467 312	61,3	402 330	34,1	2 113	27,4	415	17,2	179 878	23,2
Vila Nova de Gaia	103	108	2,7	3,0	2 255 674	59,5	1 453 258	46,7	9 129	3,5	566	34,4	392 547	19,6
Região envolvente da AMP	65	72	9,2	10,4	11 078 970	17,8	10 111 188	32,0	35 253	19,0	10 205	44,8	3 130 734	24,7
envolvente Norte	71	78	4,9	5,6	5 975 007	6,6	5 433 682	28,1	17 752	13,4	4 232	18,8	2 029 026	21,1
envolvente Este	49	55	2,3	2,6	2 572 945	36,0	2 740 655	43,0	10 650	29,6	3 971	76,3	382 943	31,5
envolvente Sul	74	82	2,0	2,2	2 531 018	32,7	1 936 851	29,1	6 851	18,9	2 002	62,4	718 764	32,4
Área Metropolitana de Lisboa	164	147	42,2	38,3	114 360 844	68,7	47 738 664	54,2	77 363	67,3	5 829	28,1	3 573 342	10,6
Portugal	100	100	100,0	100,0	207 507 972	68,5	127 611 847	45,5	326 732	39,6	55 452	32,1	16 765 103	22,6

Fontes:

INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 1997 e 2002.
 INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 1996 e 2001.
 INE, Estatísticas da Construção de Edifícios, 1996 e 2001.
 Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.
 Direcção Geral de Energia.

Notas:

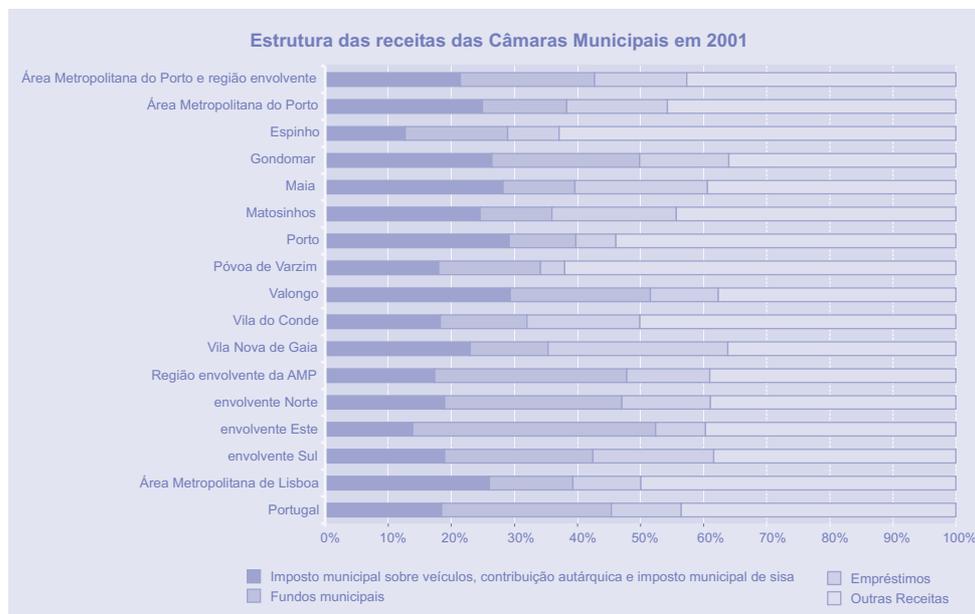
- O total de edifícios concluídos engloba também as demolições.
- Os valores dos edifícios concluídos de Portugal, da Área Metropolitana de Lisboa, da Área Metropolitana do Porto, da região envolvente e da região envolvente Norte encontram-se sub-avaliados pelo facto de não estarem disponíveis os valores do licenciamento dos concelhos de Trofa e de Odivelas.
- O total de prédios transaccionados inclui os prédios urbanos, rústicos e mistos.
- As transacções de prédios são apresentadas segundo o local do imóvel.
- Os valores apresentados para o consumo de energia eléctrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem o autoconsumo e a cogeração.
- O consumo industrial de electricidade inclui a bombagem de água para usos municipais e, em termos de actividades produtivas diz respeito aos ramos da Indústria e da Construção.



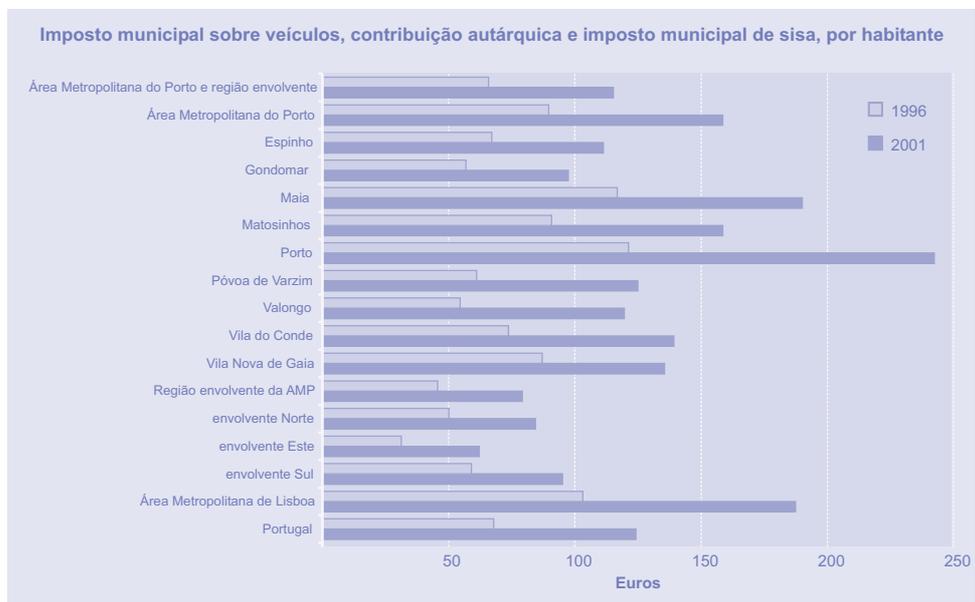
29,0% do crédito atribuído na Área Metropolitana do Porto. Na região envolvente, destaca-se a zona Norte. Não obstante ter ocorrido um crescimento muito expressivo, nos últimos cinco anos, na concessão de crédito no país e na Área Metropolitana de Lisboa, a Área Metropolitana do Porto, motivada em grande parte pela forte redução no Porto, viu aumentar apenas em 1,7% o montante de crédito concedido.

Os depósitos realizados pelas famílias nos estabelecimentos bancários tomam, na generalidade dos concelhos e/ou regiões analisadas, valores inferiores aos do crédito concedido. Além disso, a sua distribuição espacial não é tão heterogénea como a do crédito. Na Área Metropolitana do Porto concentrava-se 9,8% do total de depósitos nacionais e na Área Metropolitana de Lisboa 37,4%. O Porto volta a destacar-se, absorvendo 52,1% dos depósitos realizados em bancos da Área Metropolitana. Nos últimos cinco anos, para a generalidade dos espaços considerados, o volume de depósitos cresceu substancialmente, ainda que a um ritmo inferior na Área Metropolitana do Porto e na região envolvente, quando comparado com a Área Metropolitana de Lisboa e com Portugal.

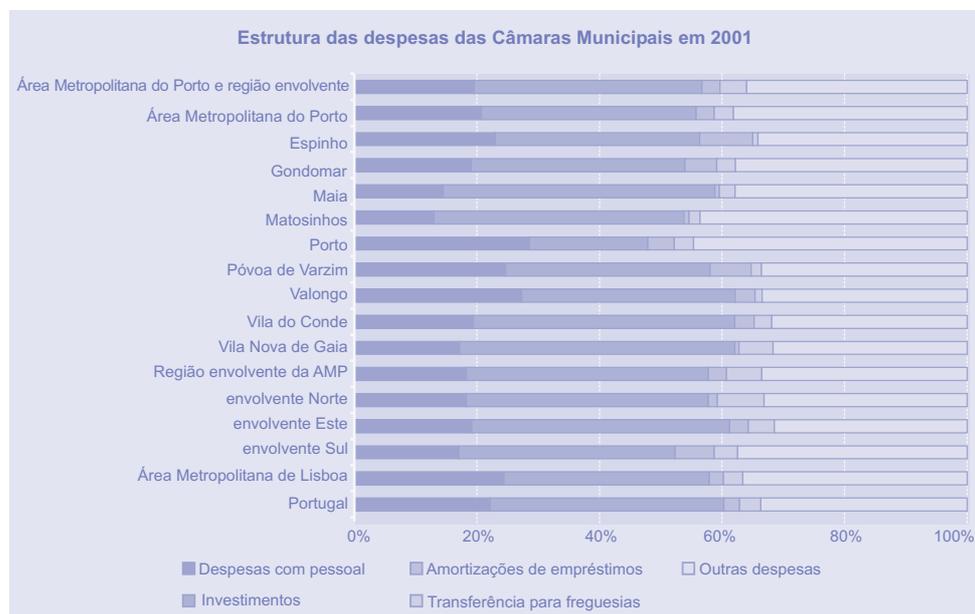
A construção de edifícios na Área Metropolitana do Porto e na região envolvente, nos últimos anos, mostrou um maior dinamismo do que na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2001, foram concluídos 3.332 edifícios na Área Metropolitana do Porto e 10.205 na região envolvente. Em conjunto, neste território alargado localizavam-se



Fonte: Câmaras Municipais.



Fonte: Câmaras Municipais.



Fonte: INE, Câmaras Municipais.

Alguns indicadores das Contas Regionais

	Produto interno bruto (PIB) a preços de mercado		Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços de base		Emprego total		PIB per capita		
	2000	Crescimento (1996-2000)	2000	Crescimento (1996-2000)	2000	Crescimento (1996-2000)	1996	2000	Crescimento (1996-2000)
	Milhões de euros	%	Milhões de euros	%	Milhares de indivíduos		Portugal = 100	Portugal = 100	%
Área Metropolitana do Porto	14 931	26,5	13 527	25,8	629	5,0	114	106	23,0
Grande Lisboa + Península de Setúbal	43 399	37,8	39 318	37,1	1 386	7,9	144	148	35,3
Portugal	115 548	34,0	104 687	33,3	4 924	8,1	100	100	31,6

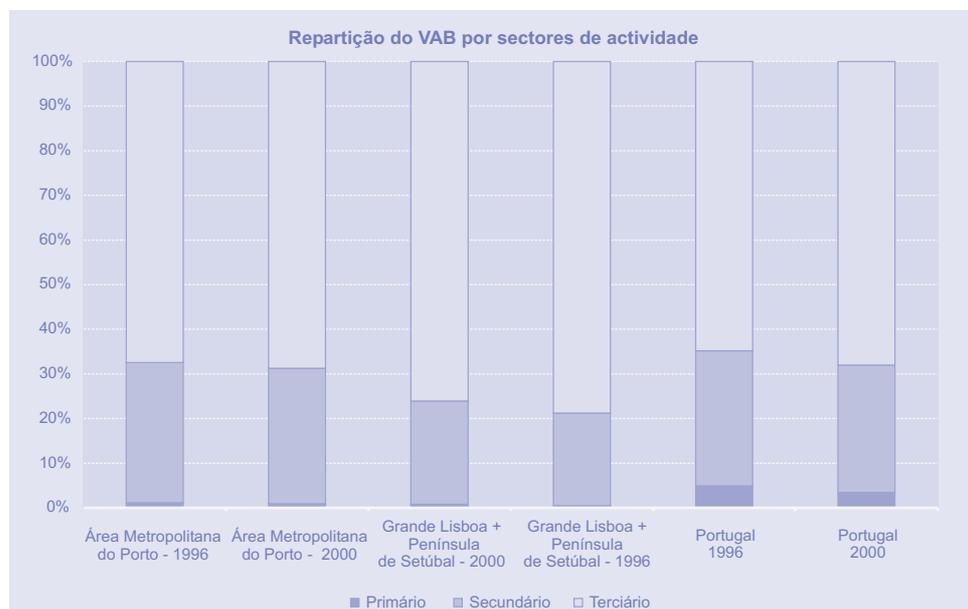
Fonte:
INE, Contas Regionais.

24,4% dos edifícios concluídos em Portugal. Quer na zona Norte, quer na zona Este da região envolvente, o número de edifícios concluídos superava o da Área Metropolitana do Porto. Entre os concelhos da Área Metropolitana, cabe destacar Vila Nova de Gaia, Gondomar e Maia, com o maior número, e os de Espinho e Porto, com o menor. Face à situação que se verificava cinco anos antes, assistiu-se a um crescimento que se generalizou a todos os territórios analisados, com excepção do Porto, que verificou um decréscimo. No mesmo ano de 2001, foram realizadas na Área

Metropolitana do Porto 11,1% das transacções de prédios do país. Considerando também a região envolvente, aquela proporção subia para 21,8%, enquanto que a Área Metropolitana do Lisboa concentrava 23,7% do total de transacções. Dentro da região envolvente, o destaque vai novamente para a zona Norte, onde ocorreram mais de metade das transacções de prédios daquele espaço. Na Área Metropolitana do Porto, destaca-se o concelho de Vila Nova de Gaia, seguido do Porto, Matosinhos e Maia, com o maior número prédios transaccionados.

Os impostos municipais constituíam a maior fonte de financiamento das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto, em 2001. Na região envolvente, eram determinantes os fundos municipais.

A maior parcela das receitas das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto era proveniente, em 2001, de impostos municipais (abrangendo o imposto municipal sobre veículos, a contribuição autárquica e o imposto municipal de sisa), circunstância válida para todos os concelhos que a integram, com excepção de Espinho. Em 2001, aquela receita equivalia a 24,9% do total de receitas das Câmaras da Área Metropolitana do Porto, proporção próxima da que se observava na Área Metropolitana de Lisboa, mas bastante superior à média portuguesa. Os concelhos de Valongo, Porto, Maia e Gondomar exibiam uma parcela ainda maior. Por seu turno, na região envolvente da Área Metropolitana do Porto ganhavam expressão os fundos municipais, os quais constituem 30,4% das receitas. Na região Este daquele espaço, esta proporção era ainda maior, atingindo os 38,5%.



Fonte: INE, Contas Regionais.



O montante dos impostos municipais por habitante na Área Metropolitana do Porto, equivalente a 159 euros, ficava aquém da média apurada para a Área Metropolitana de Lisboa, mas acima das médias de Portugal e, sobretudo, da região envolvente. Na Área Metropolitana do Porto, destacam-se os concelhos do Porto e da Maia, com contribuições médias por habitante superiores à média metropolitana. Nos últimos cinco anos, assistiu-se a um crescimento nos impostos municipais médios por habitante em todos os espaços analisados.

A maior fatia das despesas das Câmaras Municipais, em qualquer um dos espaços analisados, correspondia, em 2001, a despesas de investimento ou com o pessoal. Em conjunto, representavam mais de metade das despesas das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto e da região envolvente, com excepção do Porto, onde assumiam uma importância de 47,9%. Também se verifica que, na Área Metropolitana do Porto, os montantes afectos a despesas de investimento excediam os relativos a despesas com o pessoal, à semelhança do que sucedia na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal. Novamente, o Porto constitui excepção. Na região envolvente, no entanto, a diferença de importância, em favor das despesas de investimento, é superior à das Áreas Metropolitanas e de Portugal.

An abstract graphic consisting of several overlapping squares in various shades of blue, ranging from light to dark. The squares are arranged in a cluster, with some overlapping others, creating a layered effect. The text 'Capítulo 8' is positioned to the right of the central part of this graphic.

Capítulo 8

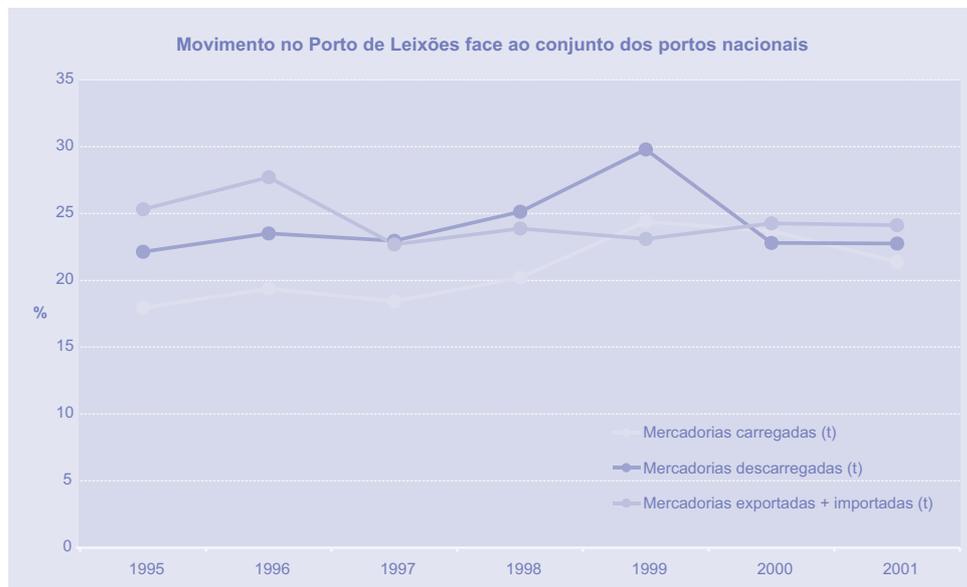
INFRA-ESTRUTURAS



O tecido empresarial do espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente é caracterizado por ter uma forte vocação exportadora. Nesse sentido, as infra-estruturas de apoio ao comércio internacional assumem uma importância que pode ser decisiva para a competitividade internacional das empresas localizadas naquela área geográfica, bem como para o seu desempenho no mercado interno, dada a dependência de matérias primas e de equipamentos do exterior. Do mesmo modo, as infra-estruturas de apoio à internacionalização assumem especial relevo na dinamização e crescimento económico da região e do seu tecido empresarial, especialmente numa época de crescente globalização e de alargamento da União Europeia a Leste.

Nos últimos anos, o porto de Leixões perdeu alguma importância no contexto do comércio internacional português. Ainda assim, regista o segundo maior volume de mercadorias movimentadas ao nível nacional e superior aos dos portos da Galiza.

Em 2001, 62,6% das mercadorias transaccionadas por Portugal, no âmbito



Fontes: INE, Estatísticas dos Transportes; INE, Estatísticas do Comércio Internacional.

do comércio internacional, foram transportadas por via marítima. Face a 1995, assistiu-se a uma perda de importância daquele tipo de transporte em favor do transporte rodoviário, o qual, no mesmo período, passou de 22,4% para 33,4%. Considerando os fluxos de comércio internacional em valor, o principal meio de transporte utilizado, em 2001, foi o rodoviário, representando 64,4% (61,6% em 1995) dos fluxos internacionais de mercadorias, enquanto o transporte marítimo representou 27,3% (29,4% em 1995).

Relativamente às empresas com sede na Área Metropolitana do Porto e região

envolvente, e para o período de 2000 a 2002, o meio de transporte mais utilizado nos fluxos do comércio internacional foi o rodoviário. De facto, 77,3% das mercadorias transaccionadas (em valor) internacionalmente a partir daquele espaço geográfico, naquele período, foram transportadas por via rodoviária e 16,3% por via marítima. No entanto, fazendo uma análise em volume, aquelas proporções foram, respectivamente, de 54,7% e 44,7%.

Entre 1995 e 2001, passaram pelo porto de Leixões, em média, 16,9% das mercadorias transaccionadas no âmbito das trocas internacionais portuguesas e

Indicadores do porto de Leixões

	Mercadorias carregadas		Mercadorias descarregadas		Navios entrados	Pessoal ao serviço	Investimento
	10 ³ toneladas	Exportação*	10 ³ toneladas	Importação*			
		%		%	Nº	10 ³ euros	
1995	3 015	78,6	9 762	90,8	2 584	348	5 679
1996	2 964	69,2	9 537	90,5	2 525	351	5 953
1997	2 524	67,1	9 029	87,4	2 606	365	10 039
1998	2 774	64,9	10 516	83,5	2 684	395	10 621
1999	2 625	65,0	10 488	83,3	2 817	389	x
2000	2 981	70,0	9 988	87,8	2 882	299	22 210
2001	2 647	73,1	9 958	85,7	2 976	257	11 745

Fontes:

INE, Estatísticas dos Transportes.

INE, Estatísticas do Comércio Internacional.

Nota:

* Engloba os fluxos do comércio intra e extracomunitário.

Movimento de mercadorias nos principais portos nacionais e da Galiza

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
		10 ³ toneladas						
Portugal	Carregadas	16 802	15 301	13 681	13 733	10 758	12 584	12 386
	Descarregadas	44 095	40 571	39 340	41 862	35 195	43 820	43 779
Viana do Castelo	Carregadas	85	72	87	86	100	89	73
	Descarregadas	385	300	118	97	113	919	996
Leixões	Carregadas	3 015	2 964	2 524	2 774	2 625	2 981	2 647
	Descarregadas	9 762	9 537	9 029	10 516	10 488	9 988	9 958
Aveiro	Carregadas	725	649	763	645	494	491	523
	Descarregadas	1 501	1 440	1 888	2 172	2 141	1 972	2 309
Lisboa	Carregadas	2 652	2 569	2 333	2 197	(a)	2 753	2 835
	Descarregadas	10 975	10 183	8 486	8 325	(a)	7 999	7 782
Setúbal	Carregadas	1 478	1 635	1 550	1 769	1 712	1 498	1 368
	Descarregadas	3 804	2 975	3 586	4 718	4 859	4 900	5 348
Sines	Carregadas	7 551	6 190	5 659	5 593	5 231	4 185	4 436
	Descarregadas	15 020	12 711	15 285	14 860	16 218	15 772	15 168
Espanha	Carregadas	86 151	86 077	90 293	87 118	88 643	92 075	97 086
	Descarregadas	192 492	182 940	189 327	202 854	218 586	232 491	239 275
Galiza	Carregadas	5 148	4 859	5 166	5 011	5 094	5 477	5 076
	Descarregadas	16 417	15 394	17 115	18 702	19 762	20 750	20 876
Vigo	Carregadas	1 134	1 059	1 121	1 170	1 267	1 459	1 489
	Descarregadas	2 055	1 470	1 557	1 793	1 804	2 021	2 137
Ferrol	Carregadas	990	985	1 023	936	1 018	1 089	1 010
	Descarregadas	5 883	6 195	6 285	7 089	7 423	7 428	7 701
Corunha	Carregadas	3 024	2 814	2 588	2 406	2 136	2 329	1 932
	Descarregadas	8 479	7 729	7 766	8 314	8 788	9 326	8 849

Fontes:

INE, Estatísticas dos Transportes.

INE, Anuário Estatístico Galiza-Norte de Portugal.

Nota:

(a) Não se obtiveram dados relativamente a mercadorias, da Administração do Porto de Lisboa no âmbito da Directiva 95/64/CE, de 8 de Dezembro de 1995.

24,4% das mercadorias transportadas por via marítima. No entanto, a importância relativa do porto do Leixões para o comércio internacional diminuiu no período 1999-2001.

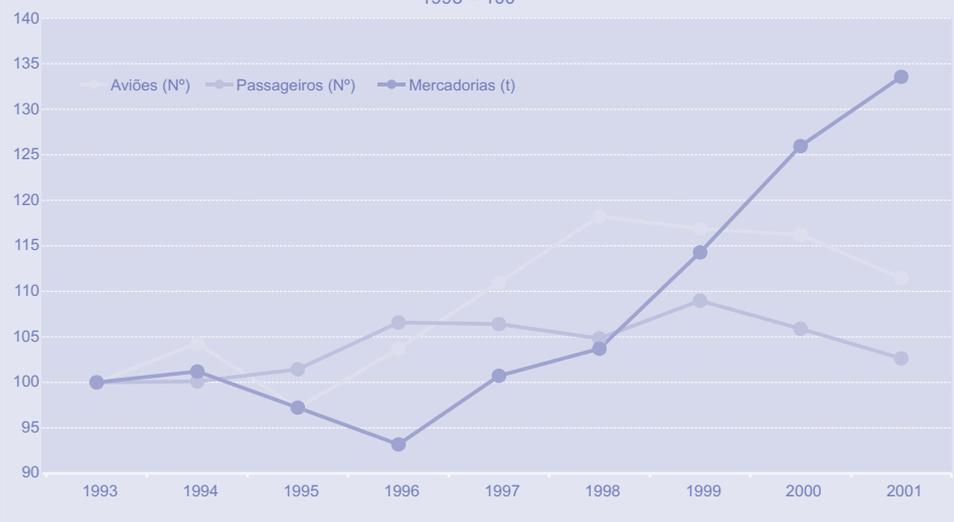
O movimento anual de mercadorias no porto de Leixões ascendeu, em média, a cerca de 13 milhões de toneladas, entre 1995 e 2001, dos quais cerca de quatro quintos corresponderam a descar-

gas. Do total de mercadorias movimentadas, 16,9% teve como destino ou origem outros portos nacionais. Naquele período, o número de navios entrados no porto de Leixões cresceu a uma taxa média anual de 2,3%. Por sua vez, a mercadoria movimentada por trabalhador ao serviço (rácio calculado como indicador de produtividade) aumentou de 36,7 para 49,1 milhares de toneladas, entre 1995 e 2001, em resultado da diminuição do número de trabalhadores ao serviço, dado que o movimento de mercadorias registou uma taxa de crescimento média anual praticamente nula naquele período.

Em 2001, passaram pelo porto de Leixões 22,4% das mercadorias movimentadas

Evolução do contributo do aeroporto Francisco Sá Carneiro para o tráfego comercial nacional

1993 = 100



Fonte: INE, Estatísticas dos Transportes.



nos portos nacionais. Ainda assim, aquela proporção foi inferior à registada em anos anteriores¹. Importa salientar que, desde 1997, o porto de Leixões constitui o segundo porto nacional com o maior volume de mercadorias movimentadas, apenas ultrapassado pelo porto de Sines.

Entre 1995 e 2001, o porto de Leixões registou volume anual de mercadorias movimentadas superior a qualquer um dos principais portos da Galiza. No entanto, registou, naquele período, um crescimento médio anual das mercadori-

as movimentadas negativo, mas, ainda assim, superior ao do porto da Corunha, o principal porto da Galiza em termos de mercadorias movimentadas. Importa salientar a evolução do porto de Vigo, o mais próximo geograficamente do porto de Leixões, que registou, no mesmo período, uma taxa de crescimento média anual superior à do porto de Leixões.

O aeroporto Francisco Sá Carneiro registou, entre 1993 e 2001, um crescimento do tráfego comercial superior ao do país, com destaque para o transpor-

te de mercadorias. No entanto, em comparação com os principais aeroportos localizados na Galiza, o aeroporto Francisco Sá Carneiro apresenta, em geral, taxas de crescimento inferiores.

Em 2001, o aeroporto Francisco Sá Carneiro, disponibilizou mais ligações aéreas permanentes (voos que se realizam durante todo o ano) do que em 1995. Relativamente aos destinos dessas ligações permanentes, predominavam os principais centros económico-financeiros da Europa Ocidental, seguidos das regiões onde existem importantes

Tráfego comercial nos aeroportos nacionais e da Galiza

Movimento de Aviões									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
	Nº								
Portugal	79 217	81 683	85 994	87 569	92 055	104 599	114 664	120 585	119 385
Porto	12 690	13 644	13 387	14 547	16 369	19 811	21 470	22 446	21 317
Lisboa	32 112	32 794	34 961	36 580	38 422	45 818	51 612	54 260	54 264
Faro	11 551	12 304	13 107	12 457	12 730	13 620	14 953	16 797	15 166
Espanha	860 499	928 227	1 003 132	1 090 759	1 200 642	1 090 759	1 392 347	1 497 107	1 547 983
Galiza	20 333	20 687	22 738	29 352	31 440	31 046	32 774	35 606	36 671
Corunha	3 531	3 423	3 841	5 691	5 691	5 993	7 363	9 012	9 744
Santiago	11 922	12 383	13 836	17 782	17 879	17 270	14 717	16 328	16 363
Vigo	4 880	4 881	5 061	5 879	7 870	7 783	10 694	10 266	10 564

Passageiros (embarcados e desembarcados)									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
	milhares de indivíduos								
Portugal	12 142	13 179	14 067	14 372	15 140	17 000	18 842	20 101	20 362
Porto	1 558	1 693	1 832	1 966	2 068	2 287	2 636	2 732	2 683
Lisboa	5 413	5 756	6 010	6 183	6 631	7 762	8 437	9 213	9 212
Faro	2 943	3 345	3 653	3 513	3 663	3 916	4 405	4 569	4 579
Espanha	81 409	89 937	94 869	100 711	108 623	116 370	126 345	138 614	142 651
Galiza	1 612	1 589	1 799	2 098	2 220	2 209	2 300	2 593	2 683
Corunha	273	259	296	361	377	433	506	581	641
Santiago	963	967	1 112	1 298	1 287	1 193	1 157	1 291	1 248
Vigo	376	364	391	438	555	583	637	721	795

Mercadorias (carregadas e descarregadas)									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
	Toneladas								
Portugal	111 640	120 667	129 239	134 427	149 632	153 293	154 847	166 436	139 675
Porto	21 608	23 635	24 322	24 244	29 167	30 768	34 250	40 574	36 110
Lisboa	74 545	80 895	89 307	89 993	99 678	99 896	96 992	103 209	82 572
Faro	2 403	2 346	2 064	2 226	2 016	2 140	2 201	2 547	1 923
Espanha	379 112	407 006	446 858	491 878	542 022	547 967	589 911	607 520	578 815
Galiza	4 436	4 484	5 225	5 967	8 401	7 350	5 751	10 795	8 570
Corunha	279	277	284	384	603	427	486	869	702
Santiago	3 288	3 286	3 961	4 470	5 923	5 765	3 949	6 628	6 140
Vigo	869	921	980	1 113	1 875	1 159	1 317	3 298	1 728

Fontes:

INE, Estatísticas dos Transportes.

INE, Anuário Estatístico Galiza-Norte de Portugal.

¹ Os valores de 1999 devem ser lidos com alguma cautela, dada a ausência de informação relativa ao porto de Lisboa.

comunidades de emigrantes portugueses e, por último, os destinos turísticos.

Entre 1993 e 2001, o tráfego comercial do aeroporto Francisco Sá Carneiro registou uma taxa média de crescimento anual superior ao do conjunto dos aeroportos nacionais. Esta evolução foi comum ao movimento comercial de aviões, ao de passageiros e ao de mercadorias.

Entre 1993 e 2001, o movimento comercial de aviões no aeroporto Francisco Sá Carneiro registou um crescimento médio anual de 6,7%, valor apenas ultrapassado, no território continental, pelo aeroporto da Portela. Esta evolução proporcionou um aumento do contributo daquele aeroporto para o tráfego comercial nacional de aviões de 16,0% para 17,9%. Por sua vez, o movimento de passageiros e de mercadorias no aeroporto Francisco Sá Carneiro apresentou, no período em análise, as maiores taxas de crescimento médio anual entre os três aeroportos do continente, o que se traduziu, também, no crescimento do seu contributo para o tráfego comercial, mais acentuado no caso das mercadorias embarcadas e desembarcadas do que nos fluxos de passageiros.

O aeroporto de Lisboa destacou-se por deter o maior tráfego comercial (aviões, passageiros e mercadorias). Por sua vez, o aeroporto Francisco Sá Carneiro registou um movimento comercial de aviões superior ao do aeroporto de Faro (quase 1,5 vezes mais), mas menos passageiros (cerca de 1,7 vezes menos), traduzindo, de algum modo, um padrão de especialização destes dois aeroportos.

O aeroporto Francisco Sá Carneiro apresentou, no período em análise, um movimento de passageiros praticamente idêntico e um movimento de mercadorias claramente superior ao do conjunto dos três aeroportos da Galiza. No entanto, estes apresentaram um maior movimento comercial de aviões.

No mesmo período (1993-2001), o aeroporto Francisco Sá Carneiro registou taxas de crescimento médio anual do tráfego comercial de aviões, de passageiros e de mercadorias, inferiores às dos aeroportos da Corunha e de Vigo. Apenas relativamente ao aeroporto de Santiago (o que registou o maior tráfego comercial na Galiza), o aeroporto Francisco Sá Carneiro apresenta taxas de crescimento superiores ao nível do movimento comercial de aviões e passageiros.

A Exponor registou, entre 1996 e 2002, um crescimento no número de expositores e de visitantes, assim como no número de feiras por si organizadas e certificadas internacionalmente.

A EXPONOR - Feira Internacional do Porto é uma entidade especializada na realização de feiras internacionais, constituindo, ao nível Ibérico, uma das cinco maiores organizadoras de feiras e, em Portugal, a líder na organização de feiras profissionais. A Exponor pertence à Associação Empresarial de Portugal e é membro da UFI - *Union des Foires Internationales* desde 1991. A Exponor disponibiliza a maior área para eventos do género em Portugal, num total de 100 mil m² de superfície coberta de exposição, dos quais 60 mil m² no recinto da EXPONOR e 40 mil m² no EUROPARQUE, em Santa Maria da Feira.

Em 2002, realizaram-se 47 feiras na Exponor, das quais 26 destinavam-se a profissionais e 13 ostentavam o selo de garantia da UFI. O número de expositores participantes nas feiras organizadas pela Exponor, em 2002, ascendeu a perto de 9,5 milhares, praticamente o dobro do observado em 1996. É de notar que, entre 1996 e 2002, os expositores estrangeiros representaram cerca de metade do total de expositores.

Alguns indicadores relativos à Exponor

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Nº						
Feiras*	38	42	57	50	56	50	47
Expositores	4 865	4 837	6 572	5 712	8 616	8 806	9 489
Expositores estrangeiros	2 257	2 090	3 141	2 329	4 237	4 161	4 418
Visitantes	659 458	307 780	308 363	398 773	387 689	412 950	453 035
Visitantes profissionais estrangeiros	8 175	5 803	7 177	6 547	7 234	6 943	9 123

Fonte:

Associação Empresarial de Portugal.

Nota:

* O número de feiras refere-se quer às organizadas pela Exponor, quer às organizadas por outras entidades. A restante informação diz respeito apenas às feiras organizadas pela Exponor.



Área infra-estruturada para acolhimento empresarial em 2002

	Km ²	em % da área total
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	81,96	1,87
Área Metropolitana do Porto (AMP)	30,13	3,70
Espinho	0,18	0,85
Gondomar	0,84	0,64
Maia	7,12	8,55
Matosinhos	3,68	5,94
Porto	0,00	0,00
Póvoa de Varzim	4,54	5,53
Valongo	0,10	0,13
Vila do Conde	5,75	3,86
Vila Nova de Gaia	7,92	4,70
Região envolvente da AMP	51,83	1,45
Norte	31,85	2,39
Este	16,37	0,96
Sul	3,61	0,68
Área Metropolitana de Lisboa	42,66	1,33
Portugal (excepto Açores)	248,87	0,27

Fonte:

INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002.

Por sua vez, o número de visitantes, em 2002, ultrapassou os 450 mil indivíduos e registou no período de 1997 a 2002, um crescimento médio anual de 8,0%. No entanto, o número de visitantes foi inferior ao observado em 1996, ano em que se ultrapassaram os 650 mil indivíduos. A maioria dos visitantes, nas feiras organizadas pela Exponor, eram profissionais.

Localizado em Santa Maria da Feira, o EUROPARQUE é um projecto de desenvolvimento económico e cultural da responsabilidade da AEP - Associação Em-

presarial de Portugal. O EUROPARQUE integra um Centro de Congressos, um Centro Cultural, o Centro de Ciência Visionarium, dedicado à divulgação científica, o IDIT - Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, estrutura de apoio às empresas industriais na área da investigação e desenvolvimento e o PortusPark - Parque de Ciência e Tecnologia, cujo objectivo é o acolhimento de empresas tecnológicas, instituições de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino.

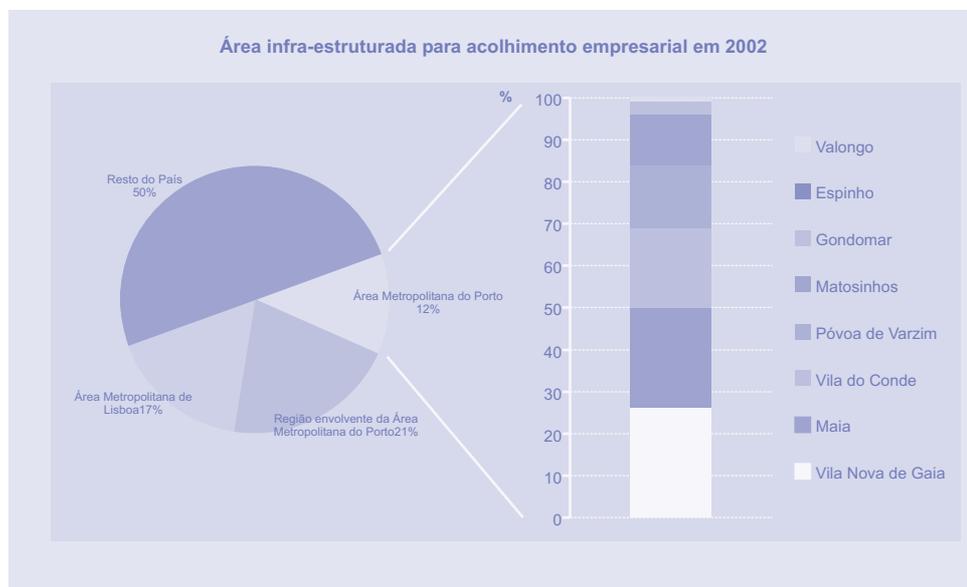
A Área Metropolitana do Porto e a região envolvente dispõem de cerca de um terço da área infra-estruturada para acolhimento empresarial existente no país.

Em 2002, a Área Metropolitana do Porto dispunha de cerca de 30 Km² de terrenos infra-estruturados para acolhimento empresarial, que ocupavam cerca de 3,7% da superfície total da região. Esta proporção era superior à da Área Metropolitana de Lisboa (1,3%) e à de Portugal² (0,3%).

Entre os concelhos da Área Metropolitana, Vila Nova de Gaia, Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim destacavam-se por disponibilizar as maiores áreas para aquele efeito, por oposição ao concelho do Porto que não dispunha daquela infra-estrutura.

Por sua vez, na região envolvente existiam perto de 52 Km² para acolhimento empresarial, que correspondiam a quase 1,5% da área total, com destaque para a região envolvente Norte, que apresentava a maior área e a maior proporção da superfície total destinada àquele fim.

Importa, ainda, referir que, no espaço formado pela Área Metropolitana do Porto e pela região envolvente, se localizava cerca de um terço da área infra-estruturada para acolhimento empresarial disponível em Portugal.



Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População.

² Excluindo a Região Autónoma dos Açores.